



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
Câmpus de Marília

**MARCOS VINÍCIUS SANTOS DE CARVALHO TERRA**

**O TESAURO DAS NAÇÕES UNIDAS E A DIMENSÃO POLÍTICA DA  
ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:  
MULTILINGUISMO E DIREITOS HUMANOS**

**Marília**  
**2023**

**MARCOS VINÍCIUS SANTOS DE CARVALHO TERRA**

**O TESAURO DAS NAÇÕES UNIDAS E A DIMENSÃO POLÍTICA DA  
ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:**

**MULTILINGUISMO E DIREITOS HUMANOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Deise Maria Antonio Sabbag

**Área de concentração:** Informação, Tecnologia e Conhecimento

**Linha de Pesquisa:** Produção e Organização da Informação

**Marília  
2023**

T323t

Terra, Marcos Vinícius Santos de Carvalho

O TESAURO DAS NAÇÕES UNIDAS E A DIMENSÃO POLÍTICA DA  
ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO : MULTILINGUISTO E DIREITOS  
HUMANOS / Marcos Vinícius Santos de Carvalho Terra. -- Marília, 2023

187 p. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e  
Ciências, Marília

Orientadora: Deise Maria Antonio Sabbag

1. Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. 2. Análise do  
Discurso. 3. Regime de Informação. 4. Direitos Humanos. 5. Multilinguismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Esta tese, inserida na dimensão política da organização do conhecimento, apresenta um impacto potencial para a sociedade em âmbito científico, sociocultural e tecnológico. Pode-se relacionar tal impacto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 e 16. No que diz respeito ao ODS 10 – redução das desigualdades –, espera-se contribuir com a meta 10.2: “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra”. É possível que os sistemas de organização do conhecimento, dispositivos com mecanismos de controle de sentidos, produzam efeitos de inclusão, subvertendo os efeitos de sentido único e considerando outros sentidos possíveis, diferentes dos sentidos dominantes e estabilizados. Esta pesquisa ressalta que as barreiras linguísticas podem gerar violação de direitos humanos. No que tange ao ODS 16 – paz, justiça e instituições eficazes – busca-se contribuir com a meta 16.8 : “ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global”. Nesse sentido, este trabalho alerta sobre o perigo de relações linguísticas desiguais, pois tais relações podem comprometer a participação dos países em desenvolvimento nos espaços de poder de organizações internacionais, devido ao silenciamento de suas línguas nos sistemas de organização do conhecimento. Há diferentes valorações linguísticas em certas organizações que impactam no modo como os documentos são organizados e os sujeitos se veem representados. Além disso, busca-se contribuir com a meta 16.10: “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”. As organizações internacionais, responsáveis pela gestão de complexos sistemas de organização do conhecimento multilíngues, incluindo os tesouros, não devem tratar alguns idiomas, por questões políticas e econômicas, como oficiais, excluindo outros, sobretudo as línguas dos países em desenvolvimento, a fim de que diferentes sujeitos tenham acesso público à informação. Tendo isso em conta, de modo geral, esse trabalho denuncia sentidos que excluem sujeitos e convoca uma resistência às imposições idiomáticas atreladas aos interesses políticos e econômicos de certos países em um regime de informação.

## POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This thesis, inserted in the political dimension of the knowledge organization, presents a potential impact for society in the scientific, sociocultural, and technological fields. This impact can be related to the Sustainable Development Goals (SDGs) 10 and 16. Regarding SDG 10 - Reduced inequalities - it is expected to contribute to target 10.2: "empower and promote the social, economic and political inclusion of all, irrespective of age, sex, disability, race, ethnicity, origin, religion or economic or other status". It is possible that the systems of knowledge organization, devices with mechanisms to control senses, produce effects of inclusion, subverting the effects of a single sense and considering other possible senses, different from the dominant and stabilized senses. This research highlights that language barriers can generate human rights violations. With regard to SDG 16 - peace, justice, and strong institutions - it seeks to contribute to target 16.8: "broaden and strengthen the participation of developing countries in the institutions of global governance". In this sense, this paper warns about the danger of unequal linguistic relations, since such relations can compromise the participation of developing countries in the power spaces of international organizations, due to the silencing of their languages in the knowledge organization systems. There are different linguistic values in certain organizations that impact the way documents are organized and subjects are represented. In addition, it seeks to contribute to target 16.10: "ensure public access to information and protect fundamental freedoms, in accordance with national legislation and international agreements". International organizations, responsible for managing complex multilingual knowledge organization systems, including thesaurus, should not treat some languages, for political and economic reasons, as official, excluding others, especially languages of developing countries, so that different subjects have public access to information. Taking this into account, in general, this work denounces senses that exclude subjects and calls for a resistance to idiomatic impositions tied to the political and economic interests of certain countries in an information regime.

# **MARCOS VINÍCIUS SANTOS DE CARVALHO TERRA**

## **O TESAURO DAS NAÇÕES UNIDAS E A DIMENSÃO POLÍTICA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:**

### **MULTILINGUISMO E DIREITOS HUMANOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Maria Antonio Sabbag  
**Área de concentração:** Informação, Tecnologia e Conhecimento  
**Linha de Pesquisa:** Produção e Organização da Informação

### **Banca Examinadora**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Maria Antonio Sabbag**

UNESP – Câmpus de Marília  
USP – Câmpus de Ribeirão Preto  
Orientadora

**Prof. Dr. Daniel Martínez-Ávila**

UNESP – Câmpus de Marília  
ULE – Câmpus de Vegazana

**Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida**

UNESP – Câmpus de Marília

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucília Maria Abrahão e Sousa**

USP – Câmpus de Ribeirão Preto

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dantielli Assumpção Garcia**

UNIOESTE – Câmpus de Cascavel

Marília, 28 de março de 2023.

*À Helena Souza de Carvalho Terra, minha filha.*

## **Agradecimentos**

É importante agradecer !

Meus ternos agradecimentos à Profa. Dra. Deise Sabbag, por me orientar nessa travessia tão inquietante: você me trouxe tanta segurança !; à Profa. Dra. Lucília Maria Abrahão Sousa, por me abrir portas largas e apontar caminhos por meio do discurso; à Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia, pela leitura generosa, pela cordialidade, pelo carinho com as palavras; ao Prof. Dr. Daniel Martínez-Ávila, pelas questões levantadas e por me mostrar possibilidades futuras; ao Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida pelos apontamentos que emanam das tensões epistemológicas; ao Prof. Dr. Walter Moreira, pelo olhar tão atencioso para o texto e pelas sugestões precisas; ao meu amor, Tânia Santana de Souza, por ser meu refúgio, por me abrigar em seus braços: amo estar com você; à minha mãe, Cármen Sílvia Santos Cezário, meu exemplo de força, meu alicerce: obrigado por me dar a oportunidade de estudar; a todos os professores que passaram pela minha vida, deixando marcas profundas; à escola pública por ser um lugar que me fez e faz sonhar com outras realidades; ao Logos, o maior de todos os mistérios, pela presença constante durante esse caminho.

No dia de hoje, me lembrei de Dom Quixote de La Mancha e da versão de Chico Buarque e Ruy Guerra (1972) de "The impossible dream" de Joe Darion e Mitch Leigh:

### **Sonho Impossível**

Sonhar mais um sonho impossível

Lutar quando é fácil ceder

Vencer o inimigo invencível

Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável

Romper a incabível prisão

Voar num limite improvável

Tocar o inacessível chão

É minha lei, é minha questão  
Virar esse mundo, cravar esse chão  
Não me importa saber se é terrível demais  
Quantas guerras terei que vencer por um pouco de paz ?  
E amanhã, se esse chão que eu beijei  
For meu leito e perdão  
Vou saber que valeu delirar  
E morrer de paixão  
E assim, seja lá como for  
Vai ter fim a infinita aflição  
E o mundo vai ver uma flor  
Brotar do impossível chão

## RESUMO

Nesta tese, busca-se construir um percurso reflexivo articulado à dimensão política da organização do conhecimento, aos conceitos ligados às bases epistemológicas da vertente francesa de análise do discurso, ao sentido de multilinguismo, ao Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas e à rede discursiva sobre direitos humanos na sociedade contemporânea. Propõe-se o tesouro como objeto de análise, a partir de dois pressupostos: a) O tesouro como um dispositivo de controle dos sujeitos pelo controle dos vocabulários, contribuindo com a institucionalização de determinados sentidos e podendo materializar sentidos de exclusão; b) Inseridos no regime de informação da ONU, os discursos presentes em documentos que ajudaram a edificar o conceito de direitos humanos e no Tesouro de Informação Bibliográfica das Nações Unidas contêm representações sobre como se deve subjetivar a relação do indivíduo com seu corpo e com sua língua. Sob a perspectiva da análise do discurso, como dispositivo teórico e metodológico, foram elencados os conceitos de sujeito, leitura, condições de produção, formação discursiva, memória discursiva, ideologia e arquivo com o objetivo de analisar o Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas com ênfase no termo direitos humanos, considerando três documentos que influenciaram a construção do conceito de direitos humanos, isto é, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Esta pesquisa está arraigada no âmbito da dimensão política da organização do conhecimento, sendo assim, durante o trabalho, o conceito de regime de informação, de Frohmann, também é mobilizado, considerando as instituições, os sistemas de organização do conhecimento, as materialidades dos documentos e os sujeitos. A fim de exemplificar a discussão teórica da tese, considera-se a Organização das Nações Unidas como uma instituição que apresenta um sistema de organização do conhecimento multilíngue incumbido de organizar e representar documentos, em diferentes materialidades, que são difundidos socialmente, materializando sentidos sobre os direitos humanos e afetando sujeitos. Conclui-se que é importante apresentar propostas de novos modos de subjetivação no âmbito da organização do conhecimento, denunciar sentidos que excluem sujeitos e convocar uma resistência às imposições idiomáticas atreladas aos interesses políticos e econômicos de certos países em um regime de informação.

**Palavras-chave:** Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Análise do Discurso. Regime de Informação. Direitos Humanos. Multilinguismo.

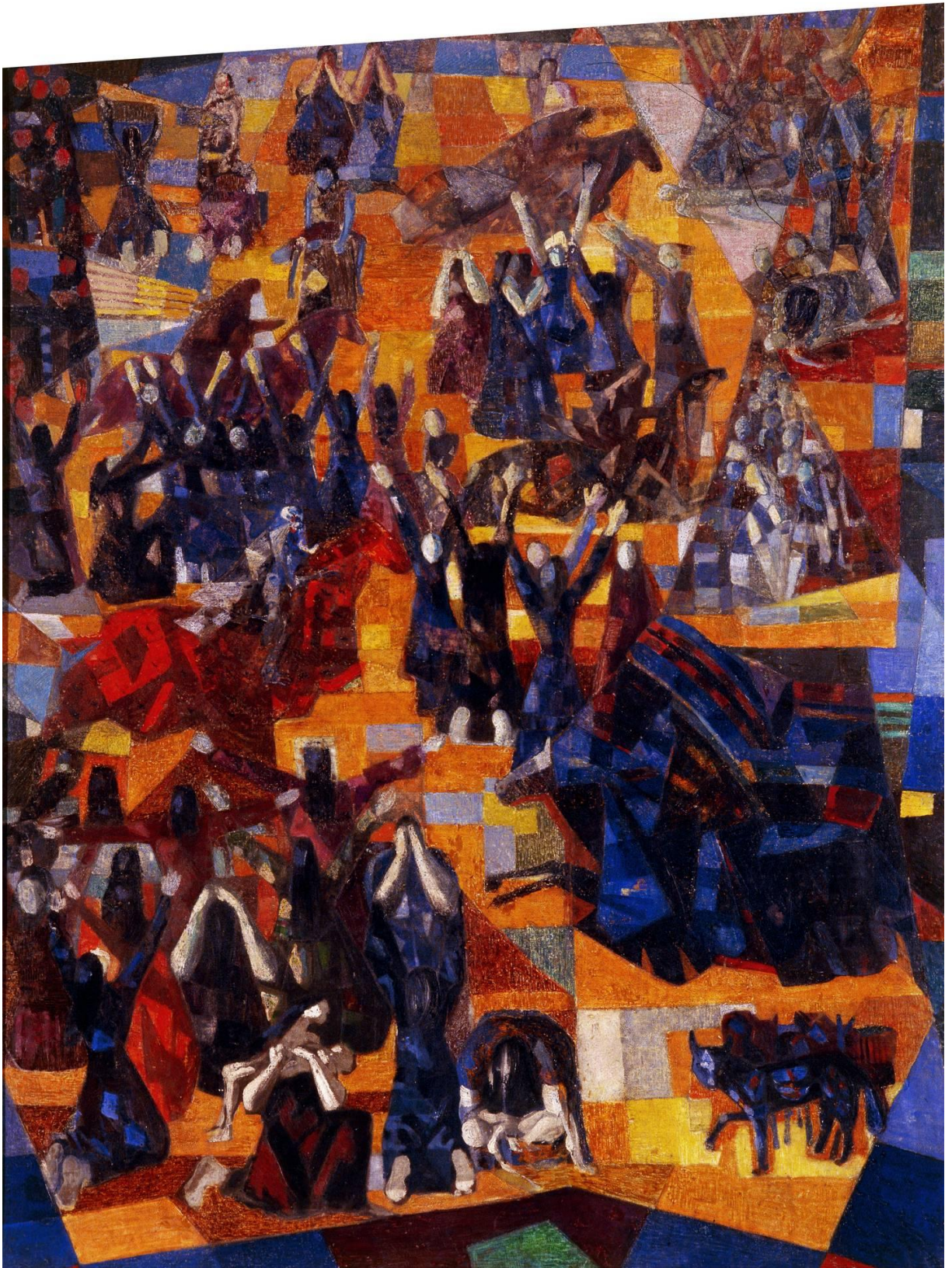
## ABSTRACT

In this thesis, we seek to build a reflexive path articulated to the political dimension of the organization of knowledge, to the concepts linked to the epistemological bases of the French branch of discourse analysis, to the sense of multilingualism, to the Thesaurus of the United Nations Bibliographic Information System and to the discursive network on human rights in contemporary society. The thesaurus is proposed as an object of analysis, based on two assumptions: a) The thesaurus as a device to control subjects by controlling vocabularies, contributing to the institutionalization of certain senses and being able to materialize senses of exclusion; b) Inserted in the UN information regime, the discourses present in documents that helped to build the concept of human rights and in the United Nations Bibliographic Information System Thesaurus contain representations about how the individual's relationship with his body and with his language should be subjected. From the perspective of discourse analysis, as a theoretical and methodological device, the concepts of subject, reading, conditions of production, discursive formation, discursive memory, ideology, and archive were listed with the aim of analyzing the United Nations Bibliographic Information System Thesaurus with emphasis on the term human rights, considering three documents that influenced the construction of the concept of human rights, that is, the Universal Declaration of Human Rights, the Declaration of Independence of the United States and the Declaration of the Rights of Man and Citizen. This research is rooted in the scope of the political dimension of knowledge organization, thus, during the work, Frohmann's concept of information regime is also mobilized, considering institutions, knowledge organization systems, document materialities and subjects. In order to exemplify the theoretical discussion of the thesis, the United Nations is considered as an institution that presents a multilingual knowledge organization system in charge of organizing and representing documents, in different materialities, which are socially disseminated, materializing senses about human rights and affecting subjects. We conclude that it is important to present proposals for new modes of subjectivation in the field of knowledge organization, denounce senses that exclude subjects and call for resistance to idiomatic impositions linked to the political and economic interests of certain countries in an information regime.

**Keywords:** United Nations Bibliographic Information System Thesaurus. Discourse Analysis. Information Regime. Human Rights. Multilingualism.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1 Objetivos	15
1.1.1 Objetivo geral	15
1.1.2 Objetivos específicos	15
1.2 Problema	16
1.3 Pressupostos teóricos	16
1.4 Justificativa	22
1.5 Percurso metodológico	22
1.5.1 A construção do corpus e as etapas de análise	33
1.6 Apresentação dos capítulos	36
<b>2. DIMENSÃO POLÍTICA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: REGIME DE INFORMAÇÃO</b>	<b>38</b>
2.1 Instituições	46
2.2 Sistemas de Organização do Conhecimento	48
2.2.1 O tesouro em discurso	51
2.2.2 Tesouros Multilíngues	58
2.3 Materialidade do documento	60
2.4 Sujeito	69
<b>3. TENSÕES NOS MOVIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO</b>	<b>76</b>
3.1 Pêcheux: ideologia, inconsciente e língua	78
3.2 Foucault: poder, saber e verdade	86
3.3 Pêcheux e Foucault: embates e contribuições teóricas	96
3.4 Pêcheux e Gardin: embates e contribuições teóricas	109
<b>4. O ESPAÇO INSTITUCIONAL DE ENUNCIÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DAS LÍNGUAS NOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS</b>	<b>119</b>
4.1 A Organização das Nações Unidas	119
4.2 Departamento de Comunicações Globais	124
4.3 Biblioteca Dag Hammarskjöld	124
4.4 Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas	125
4.5 Biblioteca Digital das Nações Unidas	126
4.6 Tesouro multilíngue das Nações Unidas	127
4.7 Classificação das Línguas	128
<b>5. AS DECLARAÇÕES E A REDE DISCURSIVA SOBRE DIREITOS HUMANOS</b>	<b>134</b>
<b>6. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS SENTIDOS SOBRE DIREITOS HUMANOS E A EXCLUSÃO DE SUJEITOS NO TESAURO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DAS NAÇÕES UNIDAS</b>	<b>148</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>168</b>



(PORTINARI, 1952)

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho contém duas ilustrações de Cândido Portinari, pintor do movimento modernista brasileiro, que dialogam com a pesquisa. Conforme o editorial da SP- Arte (2019), na década de 1950, o governo brasileiro, na época representado pelo presidente Juscelino Kubitschek, incubiu Portinari de fazer dois painéis, a fim de presentear a ONU. Foram cinco anos para o artista completar a obra que tem duas lâminas, cada uma com 14x10 metros. A primeira lâmina tem como tema a guerra; a segunda, por sua vez, a paz. Mesmo que os painéis tenham proporcionado ao pintor a premiação concedida pela Solomon Guggenheim Foundation, ele nunca pôde ver sua obra instalada, posto que os Estados Unidos lhe negaram visto, devido a seu envolvimento com o comunismo.

As lâminas foram apresentadas à ONU em 1956 e prontamente instaladas em um dos pontos de maior relevância da sede em Nova York. “Guerra” se encontra na entrada da Assembleia Geral, enquanto “Paz” está alocada na saída. Dessa forma, “Guerra e Paz” é uma das obras mais notáveis do acervo artístico da Organização das Nações Unidas. Assim, Portinari, por meio de sua criação artística, traz visibilidade aos efeitos de sentidos que a ONU tenta agenciar: os sentidos de guerra e de paz.

No contexto hodierno, cada vez mais, organizações internacionais que buscam representar vários povos ganham visibilidade discursiva e política. Recentemente, por exemplo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) teve um grande destaque nas discussões que envolveram a pandemia de Covid-19. Com uma atuação notável, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) também se encontra em um momento de grande visibilidade discursiva em razão do terremoto que devastou a Turquia e a Síria. É necessário citar ainda a Survival International, uma organização internacional que tem ganhado destaque pelo trabalho em defesa dos povos indígenas, entre eles o povo Yanomami na América

do Sul, que tem enfrentado uma grave crise humanitária em virtude do garimpo ilegal.

Considerando esse momento histórico, é importante que as pesquisas no campo da ciência da informação acompanhem essas discussões, considerando o papel e a influência dessas organizações internacionais na produção e na institucionalização de sentidos atrelados à organização do conhecimento.

Isto posto, este trabalho surge dada a necessidade de fomentar o debate sobre como documentos e suas representações em sistemas de organização do conhecimento vinculados a organizações internacionais produzem sentidos e afetam sujeitos. Para isso, foram elencados três documentos que influenciaram a construção do conceito de direitos humanos, isto é, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Considerando os documentos citados, o termo *direitos humanos* no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas se apresenta como um objeto de estudo nesta pesquisa. Esse tesouro é um sistema de organização do conhecimento multilíngue. Assim, durante o trabalho, será discutido, em uma perspectiva discursiva, o tesouro como um dispositivo de agenciamento de sentidos de uma organização internacional que busca representar várias nações.

Salienta-se que as discussões desta tese se abrigam no quadro teórico e metodológico da análise do discurso de matriz francesa, sobretudo dos trabalhos de Pêcheux, considerando os conceitos de sujeito, leitura, condições de produção, formação discursiva, memória discursiva, ideologia e arquivo. Parte-se, assim, do pressuposto de que os debates em torno desses conceitos arraigados nas bases epistemológicas da teoria francesa do discurso podem contribuir com as discussões teóricas da organização do conhecimento, levando em consideração sua esfera política. Sendo assim, esta pesquisa está inserida na dimensão política da organização do conhecimento.

Cumprе ressaltar também que durante o trabalho será mobilizado o conceito de regime de informação, desenvolvido por Frohmann sob a influência teórica de

Foucault, dando ênfase nas instituições, nos sistemas de organização do conhecimento, nas materialidades dos documentos e nos sujeitos.

Destarte, é oportuna uma reflexão sobre como o termo direitos humanos, nos documentos e no sistema de organização do conhecimento multilíngue já referidos, contribui para o agenciamento de sentidos sobre a construção de uma identidade que tenta abranger sujeitos de diferentes formações discursivas.

## **1.1 Objetivos**

A fim de que a meta desta investigação fosse atingida, foram definidos os seguintes objetivos:

### **1.1.1 Objetivo geral**

- Construir um percurso reflexivo articulado à dimensão política da organização do conhecimento, aos conceitos ligados às bases epistemológicas da vertente francesa de análise do discurso, ao sentido de multilinguismo, ao Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas e à rede discursiva sobre direitos humanos na sociedade contemporânea.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- Elaborar uma reflexão teórica sobre a dimensão política da organização do conhecimento a partir do conceito de regime de informação, a fim de tratar questões sobre os direitos humanos e o multilinguismo, considerando instituições, sistemas de organização do conhecimento, materialidades dos documentos e sujeitos.

- Discutir a política linguística do tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas no âmbito da dimensão política da organização do conhecimento.
- Analisar discursivamente o termo direitos humanos no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas, tendo em vista três documentos - Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração da Independência dos Estados Unidos e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

## **1.2 Problema**

A questão norteadora da tese é: como três documentos, notáveis na construção do conceito de direitos humanos, e o Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas, no âmbito da dimensão política da organização do conhecimento, contribuem com a gestão social dos indivíduos, fazendo circular discursos que produzem sentidos sobre os direitos humanos e o multilinguismo?

Assim, é importante suscitar o debate sobre a relação entre instituições, sistemas de organização do conhecimento, materialidades do documento e sujeitos com os processos de representação e organização do conhecimento.

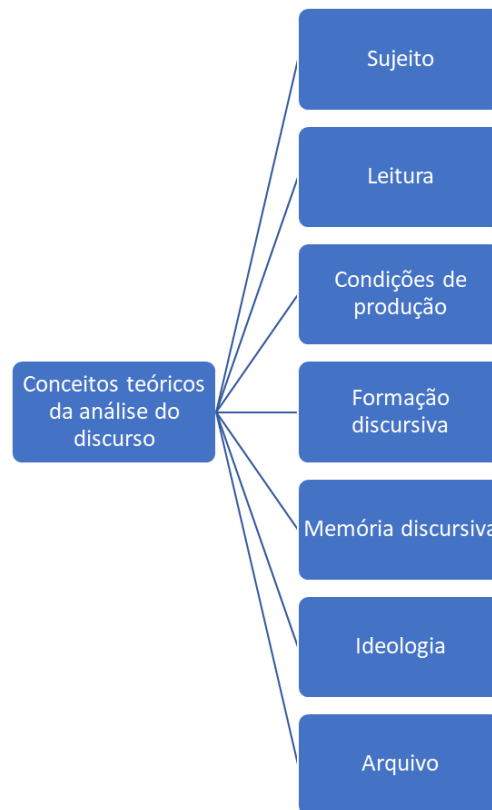
Nessa perspectiva, destaca-se que as barreiras linguísticas são um dos grandes desafios da organização do conhecimento. É importante pontuar também que políticas linguísticas e institucionais interferem na organização e na representação do conhecimento. Dessa forma, é relevante refletir sobre o que motiva instituições a escolherem uma ou outra opção linguística e como as línguas interferem nesse processo de subjetivação e no agenciamento de certos sentidos.

### **1.3 Pressupostos teóricos**

Tem-se como pressuposto: o tesouro como um dispositivo de controle dos sujeitos pelo controle dos vocabulários. Além do mais, pressupõe-se que o tesouro da ONU contribui com a institucionalização de determinados sentidos, podendo materializar sentidos de exclusão.

Nesse sentido, entende-se que os discursos presentes em três documentos notáveis na edificação do conceito de direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração da Independência dos Estados Unidos e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão) e no Tesouro de Informação Bibliográfica das Nações Unidas contêm representações sobre como se deve subjetivar a relação do indivíduo com seu corpo e com sua língua.

Tendo esses pressupostos, considera-se necessário um suporte teórico. Sendo assim, durante o processo de investigação serão mobilizados conceitos teóricos da vertente francesa de análise do discurso. Conforme a figura a seguir, esses conceitos são: sujeito, leitura, condições de produção, formação discursiva, memória discursiva, ideologia e arquivo.

**Figura 1:** Conceitos teóricos da análise do discurso

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2023.

Posto que esses conceitos oferecem sustentação para os pressupostos levantados, é preciso explicá-los. Sendo assim, primordialmente, nessa perspectiva teórica, é necessário pontuar que o sujeito não é intencional e que a ideologia torna possível a relação palavra/coisa. Há para isso as condições de base, a língua e o processo, que é discursivo, no qual a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo, ou seja, reúne sujeito e sentido. O sujeito, assim, se constitui e o mundo se significa pela ideologia (ORLANDI, 2007c).

É preciso enfatizar que esse sujeito é incompleto, afetado pelo inconsciente e pela ideologia e que os efeitos de sentido são dependentes daquele que enuncia e de seu interlocutor. Devido ao efeito ideológico, o sujeito está condicionado a não poder dizer qualquer coisa, de qualquer lugar, pois o contexto socio-histórico o

determina. Ele, portanto, se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina (PÊCHEUX, 2014 ; ORLANDI, 2003).

No que tange à leitura, Pêcheux (1994) declara a existência de uma divisão social do trabalho de leitura, inscrita em uma relação de dominação política. Segundo o autor, alguns têm o direito de produzir leituras originais, isto é, interpretações, constituindo de modo simultâneo atos políticos; outros têm a tarefa subordinada de preparar e apoiar as chamadas interpretações pelos gestos anônimos do tratamento literal dos documentos. Em outras palavras, existem sujeitos autorizados a ler e a interpretar e outros que reproduzem essas interpretações.

Fernandes e Ramos (2020) salientam que as relações de força estão presentes na prática de leitura, posto que o lugar social de onde o sujeito-leitor lê faz parte do processo de significação. De acordo com essa compreensão, a leitura requer ir além da apreensão dos sentidos de um texto, de saber o que o texto diz. Assim, é preciso reconhecer que o sentido pode sempre ser outro, que existem pontos de fuga e de deriva possíveis.

Condições de produção também é um dos conceitos que oferecem consistência ao pressuposto levantado nesta pesquisa. Conforme Orlandi (2007c), no sentido estrito, as condições de produção são as circunstâncias de enunciação, a saber, o contexto imediato. No sentido amplo, elas incluem o contexto socio-histórico e ideológico.

O conceito de formação discursiva, por sua vez, é assim definido por Pêcheux (2014, p.147):

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Já a memória discursiva, conforme Pêcheux (1999), não deve ser compreendida no sentido propriamente psicologista da "memória individual", mas

nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.

Para o autor francês,

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.55).

No aparato teórico da análise do discurso, destaca-se também o conceito de ideologia. Segundo Althusser (1980a, p.77), teórico que influenciou a teoria desenvolvida por Pêcheux, a ideologia “representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”. Para Orlandi (2007c), p.46), “a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”.

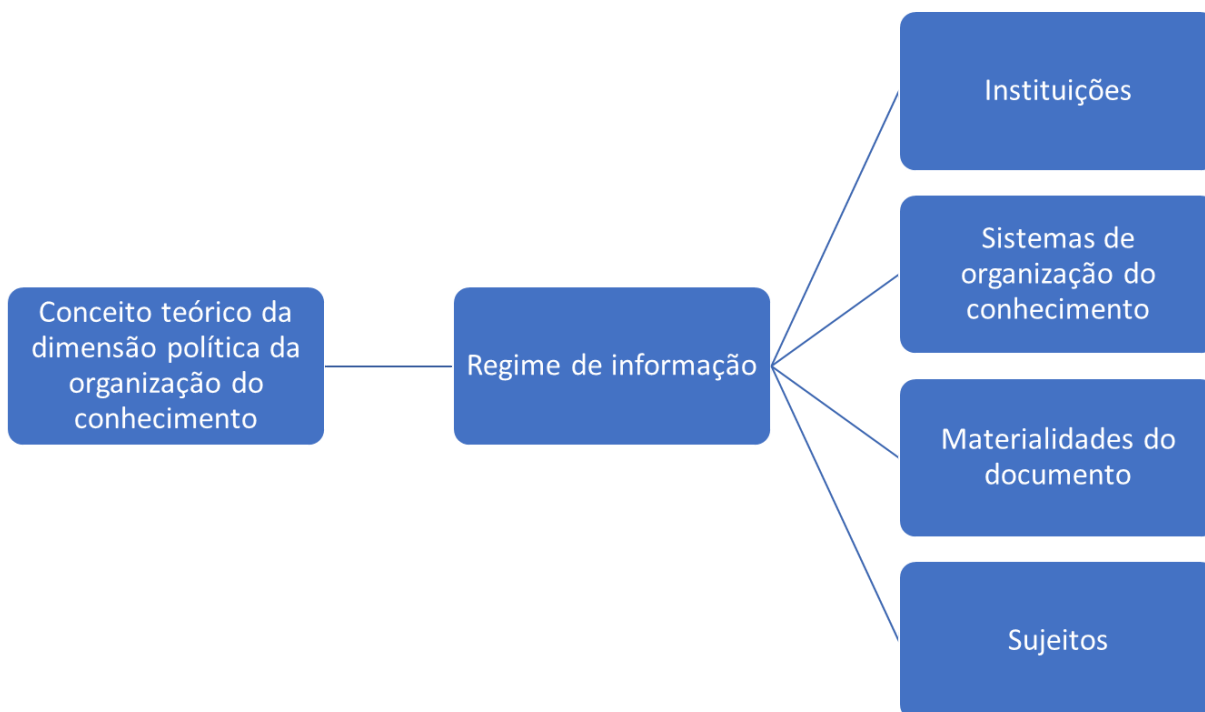
Acerca do conceito de arquivo, Pêcheux (1994) o compreende, em um sentido amplo, como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre certa questão.

Ao mobilizar essas breves definições, é preciso que fique claro que esses conceitos da análise do discurso de vertente pecheutiana serão mobilizados no domínio científico da ciência da informação, sobretudo, no que concerne às questões em torno da dimensão política da organização do conhecimento.

No tocante a essa dimensão política, é crucial, a fim de sustentar teoricamente os pressupostos teóricos levantados, retomar o conceito de regime de informação, delineado por Frohmann (1995) como qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determináveis de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para sujeitos específicos.

Em face disso, compreende-se que os regimes de informação abarcam instituições, sistemas de organização do conhecimento, materialidades do documento e sujeitos, conforme a figura abaixo:

**Figura 2:** Conceitos teóricos da dimensão política da organização do conhecimento



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2023.

Sendo assim, propõe-se, tendo a análise do discurso como referencial teórico, o tesauro como objeto de análise, a partir de dois pressupostos citados no início desta seção:

a) O tesauro como um dispositivo de controle dos sujeitos pelo controle dos vocabulários, contribuindo com a institucionalização de determinados sentidos e podendo materializar sentidos de exclusão.

b) Inseridos no regime de informação da ONU, os discursos presentes em documentos que ajudaram a edificar o conceito de direitos humanos e no Tesauro de Informação Bibliográfica das Nações Unidas contêm representações sobre como se deve subjetivar a relação do indivíduo com seu corpo e com sua língua.

#### **1.4 Justificativa**

Existem documentos sobre os direitos humanos que têm seus sentidos representados em complexos sistemas de organização do conhecimento multilíngues. Assim, surge a necessidade de ampliar o debate sobre como esses documentos e seus discursos representados produzem sentidos e afetam sujeitos. Nesse percurso, é preciso levar em conta, as instituições, os sistemas de organização do conhecimento, a materialidade dos documentos e os sujeitos que estão envolvidos nesse processo. O documento, nesse horizonte, produz sentidos e quem o lê também o faz de um lugar socio-histórico.

Conforme já assinalado, cada vez mais, na contemporaneidade, organizações internacionais, entre elas a ONU, conseguem uma visibilidade discursiva e política a partir de discursos que buscam representar e dar voz a vários povos. Considerando as condições de produção específicas desses discursos, é relevante que pesquisadores do campo da ciência da informação participem dessas questões, tendo em vista o papel e a influência dessas organizações internacionais na produção e na institucionalização de sentidos atrelados à organização do conhecimento.

Assim, é importante refletir sobre como esses documentos e o Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas, um tesouro multilíngue, produzem sentidos sobre o multilinguismo e os direitos humanos, a fim de denunciar os sentidos que excluem sujeitos e resistir às imposições idiomáticas vinculadas aos interesses políticos e econômicos de certos países no regime de informação da ONU.

#### **1.5 Percurso metodológico**

Sob a perspectiva da análise do discurso, como dispositivo teórico e analítico foram elencados os conceitos de sujeito, leitura, condições de produção, formação discursiva, memória discursiva, ideologia e arquivo. Busca-se, aqui, a partir da

mobilização desses conceitos, trazer discussões para a ciência da informação e a organização do conhecimento. Sendo assim, o percurso metodológico deste trabalho está respaldado no trabalho de autores da teoria do discurso, mas não de forma rígida, sem a contextualização necessária para o contexto brasileiro atual, sobretudo, no que diz respeito ao campo informacional.

Para Pêcheux (2014, p.172), pioneiro nos estudos de análise do discurso, “a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes”. Assim, neste trabalho, concorda-se com a afirmativa de que “é absolutamente impossível encontrar um puro ‘discurso científico’ sem ligação com alguma ideologia” (PÊCHEUX, 2014, p.182).

A partir de uma abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos, Michel Pêcheux (2014, p.115) aponta para o exame da relação do sujeito com aquilo que o representa; logo, uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário (PÊCHEUX, 2014, p.115).

Segundo ele,

todo sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em ‘sujeito responsável’ (PÊCHEUX, 2014, p. 198).

Ademais, “o Sujeito ‘se faz lembrar’ aos sujeitos, dizíamos, e os determina a ser o que são, a agir como agem (e em particular, a falar como falam)” (PÊCHEUX, 2014, p. 250).

Giorgenon, Sousa e Pacífico (2014) aduzem que o método da análise do discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos e a escuta dos sentidos silenciados. Nesse percurso, é impossível separar teoria e análise. As autoras apontam para a relação do sujeito e de seu corpo pela via da alteridade.

Ferreira (2013) aponta para o corpo como materialidade inscrita no campo discursivo. Na análise do discurso, corpo e discurso estão próximos no campo

teórico. Nesse horizonte, o corpo é uma linguagem e uma forma de subjetivação. Assim sendo, tem relação estreita com o discurso. Segundo a autora, existe um espaço para inscrever o corpo como objeto discursivo. Assim como a língua e a ideologia, ele não é um ritual sem falhas. É possível que o corpo seja o lugar de simbolização, no qual são marcados os sintomas sociais e culturais dos equívocos da língua e da história. O corpo, nessa perspectiva, se relaciona com as novas formas de assujeitamento. Dessa forma, ele está associado ao conceito de ideologia. É necessário lembrar que Foucault desenvolve a percepção do corpo como elemento de poder e saber. O corpo, assim, é um lugar de resistência.

As condições de produção específicas regem a interpretação. Sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados (admitidos como naturais), a ideologia gera o efeito de evidência e da unidade. Desse modo, nesse percurso, é preciso considerar as condições de produção dos discursos, os movimentos de sentidos e os sujeitos (ORLANDI, 2007a; FERRAREZI; ROMÃO, 2008).

Segundo Pêcheux (2014, p.146),

Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Para o teórico francês "o discurso de cada um reproduz o discurso do outro" (PÊCHEUX, 2014, p.161). Consoante Orlandi (2007a), a relação do homem com os sentidos se dá em diferentes materialidades e em diferentes processos de significação. Nessa perspectiva, a matéria significante afeta o gesto de interpretação, dando a ele uma forma.

As modificações na materialidade do texto inscrevem diferentes gestos interpretativos a partir da posição que o sujeito ocupa, além de diferentes formações discursivas, distintos recortes de memórias e distintas relações com a exterioridade.

Assim, diferentes materialidades determinam diferenças nos processos de significação (ORLANDI, 2007a).

A análise do discurso questiona aquilo que o campo linguístico deixa de fora, isto é, o sujeito e a situação. Existem em toda língua mecanismos de projeção, a fim de constituir a relação entre a situação, socialmente descritível, e a posição dos sujeitos, discursivamente significativa (ORLANDI, 2007a).

De acordo com Orlandi (2007a), não existe sentido sem interpretação. A ideologia é a interpretação de sentido em uma dada direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A interpretação, por sua vez, é um gesto do sujeito e está carregada de ideologia. Não há como ter certeza de como as pessoas significam as palavras. Não se pode controlar o modo como a ideologia funciona.

Cabe ressaltar aqui que “Pêcheux se colocou entre o que podemos chamar de ‘sujeito da linguagem’ e ‘sujeito da ideologia’” (HENRY, 2014, p.36). Para Pêcheux (2014, p.120), é um erro “considerar as ideologias como ideias e não como forças materiais e conceber que elas têm sua origem nos sujeitos, quando na verdade elas ‘constituem os indivíduos em sujeitos’”.

A análise do discurso trabalha com a materialidade da linguagem. Ademais, o sujeito, nesse horizonte, é um lugar de significação historicamente constituído. Cabe salientar também que o discurso não deve ser confundido com a evidência dos dados empíricos e com o texto (ORLANDI, 2007a).

Os sentidos não são iguais para sujeitos diferentes. Não existe uma relação direta entre a palavra e a coisa. Com sua materialidade, a linguagem opera como uma mediação entre o sujeito e a realidade social. A linguagem tem um trabalho simbólico. Ademais, não é transparente e tem sua materialidade baseada na relação estrutura e acontecimento (ORLANDI, 2007b).

De acordo com Orlandi (2007a), não existe discurso sem sujeito e não existe sujeito sem ideologia. No discurso, ocorre a articulação entre língua e ideologia. A materialidade específica da ideologia é o discurso. Já a materialidade específica do discurso é a língua. Quando se observa como a língua produz sentidos, tem-se o

acesso ao modo como a ideologia se apresenta na constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Segundo Pêcheux (2014, p.140), “a questão da constituição do sentido se junta à da constituição do sujeito, e não de um modo marginal ( por exemplo, no caso particular dos ‘rituais’ ideológicos da leitura e da escritura), mas no interior da própria ‘tese central’, na figura da interpelação”.

Para o filósofo,

apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra é a definição de metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político...) (PÊCHEUX, 2014, p.277).

Ele também aponta que o sentido existe apenas nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva torna-se historicamente o lugar mais ou menos provisório. Assim, as palavras, expressões e proposições adquirem seus sentidos da formação discursiva à qual estão ligadas (PÊCHEUX, 2014, p. 240).

E mais:

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é ‘produzido como causa de si’ (PÊCHEUX, 2014, p. 238).

Pêcheux (2014) argumenta que o sistema de língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e também para o reacionário, para aquele que possui determinado conhecimento e para aquele que não possui tal conhecimento. Ainda segundo esse autor, é importante mencionar, porém, que embora o sistema de língua seja o mesmo para esses personagens, os discursos são diferentes.

A análise do discurso, ademais, não herda a noção de dado das ciências positivas. E mais, tomando o discurso como efeito de sentido entre locutores, trabalha-se com os movimentos de interpretação do sujeito na determinação da

história. Nessa perspectiva, um texto pode ser atravessado por muitas formações discursivas. Assim, nesse tipo de análise busca-se a compreensão de como um texto funciona, de como ele produz sentidos (ORLANDI, 2007a).

Cumpramos ressaltar que a análise do discurso aparece em um contexto intelectual marcado por uma mudança no sentido de leitura. Busca-se, pela via discursiva, mostrar como os processos de significação trabalham um texto. É possível encontrar em todo discurso a divisão do trabalho da interpretação. Os sentidos não se encontram soltos; os sentidos são administrados (ORLANDI, 2007a). Para Pêcheux (2014, p. 239), “o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição”.

Assim, “diremos que os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 147). É importante frisar que, em Pêcheux, a formação discursiva, consoante Maldidier (2020), se apresenta como um componente da formação ideológica.

Segundo Pêcheux (2020a, p.73),

cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo que comporta atitudes e representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas que se referem mais ou menos diretamente a 'posições de classe' em conflito umas com as outras.

É relevante destacar também que o autor francês articulou duas noções de esquecimento:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada.*

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 2014, p. 161-162).

O esquecimento nº1 está atrelado à ilusão de que o sujeito é a origem do dizer, quando, na realidade, ele retoma os sentidos preexistentes. O esquecimento nº2, por sua vez, diz respeito à ilusão de que existe uma relação direta entre linguagem, pensamento e mundo (evidência do sentido único), fazendo o sujeito pensar que o que ele diz só pode ser dito com aquelas palavras e não outras (ORLANDI, 2007a).

Michel Pêcheux (2014, p. 147) afirma que:

se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

Orlandi (2007a) aduz que nada escapa aos princípios de significação, nem mesmo a metalinguagem formal. Para a pesquisadora brasileira, a última das línguas ainda é linguagem natural. Sempre existirá o espaço da interpretação e também do equívoco, posto que não existe univocidade entre pensamento, mundo e linguagem.

Para dar sequência, é importante deixar claro que esta pesquisa está arraigada no âmbito da dimensão política da organização do conhecimento. Isso posto, durante o trabalho será mobilizado, além dos conceitos atrelados à vertente materialista de análise do discurso, o conceito de regime de informação, considerando as instituições, os sistemas de organização do conhecimento, as materialidades dos documentos e os sujeitos.

Quanto a essa esfera política, é importante sinalizar que existem relações de poder inscritas na organização do conhecimento. Entende-se, nessa direção, que o conceito de regime de informação abarca tais relações que envolvem os fluxos informacionais. Assim, ao tratar da dimensão política, tem-se em vista, os embates,

as disputas, as inquietações e as tensões que envolvem a organização do conhecimento.

Sendo assim, a partir de outra posição teórica, Tanus, Silva e Silva (2020) assinalam que Foucault é um referencial teórico-metodológico para o campo informacional e que a influência foucaultiana abriu caminhos para a insurgência de assuntos relacionados à neodocumentação, aos regimes de informação e à organização dos saberes. Assim, o pensamento do filósofo francês colabora para o deslocamento de perspectivas redutoras, mecânicas e isoladas dos fenômenos sociais e informacionais.

Para Frohmann (2001), autor que dialoga com a produção de Foucault, a análise do discurso<sup>1</sup> é um método que devolve ao campo informacional algumas de suas raízes históricas mais importantes e expande a gama de questões de interesse para o campo hoje.

Nesta perspectiva discursiva, considerando a dimensão política da organização do conhecimento, tomam-se as considerações de Foucault (2008) sobre a formação das modalidades enunciativas. Sendo assim, é importante pensar em algumas questões: em primeiro lugar, quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, possui legitimidade para enunciar? Em segundo lugar, de quais lugares institucionais o indivíduo obtém o seu discurso? De qual lugar advém tanto os objetos e enunciados quanto sua legitimidade? Qual o seu campo documentário? Por último, quais posições o sujeito ocupa em relação aos domínios ou grupos de objetos? O que o sujeito observa? O que anota? Quais os intermediários instrumentais que modificam a escala da informação?

Assim, a partir dessas considerações teóricas e metodológicas, nesta pesquisa, conforme o quadro 1, considera-se a Organização das Nações Unidas

---

<sup>1</sup> A análise do discurso francesa tem se desdobrado em diferentes vertentes teóricas e metodológicas. Logo, trata-se de um campo heterogêneo com inúmeras perspectivas de trabalho. As diferenças teóricas entre Pêcheux e Foucault envolvem a maneira de se situarem diante das propostas de Althusser. Em Foucault, faltam as categorias clássicas do marxismo, sobretudo, ideologia e luta de classes. Existem, por conseguinte, entre eles, diferenças na leitura de Marx. O sentido das palavras, na perspectiva de Pêcheux, muda conforme a posição na luta de classes daqueles que as utilizam. Já para Foucault, o sentido do enunciado muda conforme as relações com outros enunciados são estabelecidas. O autor de *A arqueologia do Saber* não trabalha com a relação entre linguagem, ideologia e inconsciente na figura do simbólico. Ele não se preocupa com teorização de mecanismos da linguagem. (ORLANDI, 2003; GREGOLIN, 2006a).

como uma instituição que apresenta um sistema de organização do conhecimento multilíngue incumbido de organizar e representar documentos, em diferentes materialidades, que são difundidos socialmente, materializando sentidos sobre os direitos humanos e afetando sujeitos.

**Quadro 1:** Regime de Informação

<b>Regime de Informação</b>	
Instituição	ONU
Sistema de Organização do Conhecimento	Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas
Materialidade do documento	Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração da Independência dos Estados Unidos e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
Sujeito	Sujeito indexador; sujeito porta-voz dos direitos humanos; sujeito que não fala os idiomas oficiais das Nações Unidas; sujeito que acessa os sistemas de organização do conhecimento

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2023

No que tange ao quadro 1, é importante pontuar que há diferenças entre a noção de materialidade de Pêcheux e do campo informacional. Pêcheux compreende a materialidade discursiva como:

nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada (PÉCHEUX, 2015a, p.151-152) procurar referência.

Assim, diferente da ciência da informação<sup>2</sup>, o conceito de materialidade, na perspectiva da análise de discurso pecheutiana, adquire seu sentido por se inscrever no quadro do materialismo histórico (ORLANDI, 2007d). Segundo Orlandi (2003, p.4), “pela noção de materialidade discursiva, que recobre a relação entre a forma-sujeito e a forma do sentido, confronta-se o simbólico com o político, na relação entre língua e história: eis a forma material”.

Também no quadro 1, no que diz respeito ao sujeito, é importante destacar a figura do porta-voz, que para Pêcheux (2014, p.24),

se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (PÊCHEUX, 1990, p.17).

Zoppi-Fontana (2014a, p.24), pesquisadora da análise do discurso, ao tratar da contradição constitutiva da figura do porta-voz, assinala que

essa tensão contraditória que constitui o porta-voz como o ponto de encontro de funcionamentos opostos: por um lado, processos discursivos de identificação, que reúnem porta-voz e representados sobre a ilusão do mesmo; por outro lado, processos discursivos de diferenciação, que distinguem e destacam o porta-voz do grupo que ele representa, definindo-o no espaço semântico do diferente.

Desse modo, considerando os elementos teóricos e metodológicos da análise do discurso e da dimensão política da organização do conhecimento, os conceitos nucleares mobilizados neste trabalho acadêmico são:

- sujeito
- leitura
- condições de produção
- formação discursiva
- memória discursiva
- ideologia
- arquivo

---

<sup>2</sup> A noção de materialidade sob o prisma da ciência da informação e da organização do conhecimento será apresentada no capítulo 2, na seção que trata da materialidade dos documentos.

- regime de informação

Reproduzido na sequência, o quadro 2 contém a definição dos conceitos nucleares desta tese:

**Quadro 2:** Conceitos nucleares da pesquisa

<b>Conceitos nucleares da pesquisa</b>	
Sujeito	A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é 'produzido como causa de si' (PÊCHEUX, 2014, p. 238).
Leitura	uma divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo "interpretações", constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento "literal" dos documentos, as ditas "interpretações" (PÊCHEUX, 1994, p.58-59).
Condições de produção	No sentido estrito, as condições de produção são as circunstâncias de enunciação, a saber, o contexto imediato. No sentido amplo, elas incluem o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2007c, p.30).
Formação discursiva	aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)(PÊCHEUX, 2014, p.147).
Memória discursiva	A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.55).
Ideologia	A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência (ALTHUSSER, 1980, p.77).

Arquivo	Entendido no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão (PÊCHEUX, 1994, P.54).
Regime de Informação	Qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui por canais determináveis de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para sujeitos específicos (FROHMANN, 1995).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

### 1.5.1 A construção do corpus e as etapas de análise

Na análise do discurso, o dispositivo teórico depende “da questão do analista, da natureza do material analisado, do objetivo do analista e da região teórica em que se inscreve o analista” (ORLANDI, 2007c).

Neste trabalho, o corpus de análise é constituído pelo Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas com ênfase no termo direitos humanos, considerando três documentos<sup>3</sup>, isto é, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Conforme Orlandi (2007c, p.66 -67),

inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta aos corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo trabalho.

De acordo com Pêcheux e Fuchs (2014), a análise do discurso passa por três etapas:

- a) superfície linguística;
- b) objeto discursivo;

<sup>3</sup> Os três documentos podem ser encontrados no livro *A invenção dos direitos humanos: uma história*, de Lynn Hunt (2012).

c) processo discursivo.

Durante a análise, ocorre a passagem da superfície linguística para o objeto discursivo e a passagem do objeto discursivo para o processo discursivo. Assim,

Pela análise, passamos por essas diferentes etapas. Para passarmos de a a b trabalhamos uma forma de análise que opera com o esquecimento número 2 (o da enunciação) e chegamos ao delineamento da diferença entre distintas formações discursivas. Aí intervém o conhecimento lingüístico, do nível da formulação (intradiscurso). Como resultado, obtemos o objeto discursivo, que já não é o material lingüístico bruto, afetado pela ilusão subjetiva. Em seguida, passamos para nova etapa de análise, a que nos leva de b para c. Nesta etapa se trabalha o objeto discursivo em direção ao processo discursivo, em que se instala já mais especificamente o jogo ideológico: aí trabalhamos com o esquecimento número um (o da ideologia). Estamos nesta etapa no jogo complexo do conjunto das formações discursivas em sua relação com a ideologia. Aí já se desenha a definição ideológica dos discursos e trabalhamos no nível da constituição do discurso (interdiscurso). É a etapa em que nos instalamos de forma plena no processo discursivo e, assim sendo, já podemos chegar à compreensão do discurso que é o objeto de análise, isto é, já estamos em medida de compreender como aquele material de linguagem produz sentidos. A esta altura da análise já temos explicitados os mecanismos de funcionamento do discurso que é objeto de nossa investigação" (ORLANDI, 1994, p.303).

A partir dessas etapas, é possível pensar:

- no como se diz, quem diz, em que circunstâncias diz sobre os direitos humanos;
- no que é dito no discurso sobre direitos humanos, a partir dos documentos e do tesouro, e no que é dito em outros discursos sobre direitos humanos, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas.
- na compreensão de como as três declarações sobre direitos humanos e o termo direitos humanos no tesouro das Nações Unidas produz sentido.

A constituição do corpus, o dispositivo analítico e as etapas de análise aparecem em conjunto no quadro a seguir:

### **Quadro 3:** Percurso teórico-metodológico

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO			
PERCURSO	CATEGORIAS	EXPLICAÇÃO	APLICAÇÃO
<b>Constituição do corpus</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>natureza do material</li> <li>questão do analista</li> <li>objetivo do analista</li> <li>região teórica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>natureza dos diferentes materiais simbólicos: imagem, grafia, som, etc</li> <li>Pergunta que orienta o analista</li> <li>Finalidade da análise</li> <li>Domínio Científico em que o analista está vinculado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração da Independência dos Estados Unidos e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.</li> <li>Como três documentos, influentes na construção do conceito de direitos humanos, e o <i>Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas</i>, no âmbito da dimensão política da organização do conhecimento, contribuem com a gestão social dos indivíduos, fazendo circular discursos que produzem sentidos sobre os direitos humanos e o multilinguismo?</li> <li>Construir um percurso reflexivo articulado à dimensão política da organização do conhecimento, aos conceitos ligados às bases epistemológicas da vertente francesa de análise do discurso, ao sentido de multilinguismo, ao Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas e à rede discursiva sobre direitos humanos na sociedade contemporânea.</li> <li>Ciência da Informação</li> </ul>
<b>Dispositivo analítico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dispositivo teórico individualizado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conceitos elencados para análise</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sujeito</li> <li>Leitura</li> <li>Condições de produção</li> <li>Formação discursiva</li> <li>Memória discursiva</li> <li>Ideologia</li> <li>Arquivo</li> <li>Regime de informação</li> </ul>
<b>Etapas da análise</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>superfície linguística;</li> <li>objeto discursivo;</li> <li>processo discursivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Material bruto coletado</li> <li>Objeto linguisticamente dessuperficializado</li> <li>Resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise do termo direitos humanos no tesouro da ONU ( como se diz, quem diz, em que circunstâncias diz), considerando três documentos notáveis na formação do conceito de direitos humanos.</li> <li>O que é dito no discurso sobre direitos humanos, a partir dos documentos e do tesouro; o que é dito em outros discursos sobre direitos humanos, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas.</li> <li>Compreensão de como três declarações sobre direitos humanos e o tesouro das Nações Unidas, com ênfase no termo direitos humanos, produzem sentido.</li> </ul>

Vale ressaltar que o referencial teórico-bibliográfico empregado nesta pesquisa tem como base discussões em disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP de Marília e de uma disciplina cursada no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP de Araraquara, intitulada Teorias discursivas: emergência, desenvolvimentos, perspectivas atuais.

O universo bibliográfico desta pesquisa é formado por livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, teses, dissertações e anais de eventos. Parte da bibliografia pode ser encontrada na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e da Knowledge Organization Literature. Outra parte, pode ser encontrada no acervo das bibliotecas da UNESP de Marília e da USP de Ribeirão Preto.

## **1.6 Apresentação dos capítulos**

No capítulo introdutório é apresentado o fio condutor da pesquisa, a saber, pensar como os documentos sobre os direitos humanos e o Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas, no âmbito da dimensão política da organização do conhecimento, contribuem com a gestão social dos indivíduos, fazendo circular discursos que produzem sentidos sobre os direitos humanos e o multilinguismo. Ademais, são apontados os objetivos e os aspectos metodológicos.

O segundo capítulo trata de questões acerca da dimensão política da organização do conhecimento atreladas ao conceito de regime de informação, de Bernd Frohmann. Esse conceito perpassa pelas instituições, pelos sistemas de organização do conhecimento, pelas materialidades do documento e pelos sujeitos.

No terceiro capítulo, são apontados aspectos notáveis dos trabalhos de Pêcheux e de Foucault, explorando seus conflitos teóricos e algumas de suas

contribuições para a organização do conhecimento. São apresentados, ademais, alguns aspectos tensos que marcaram a relação entre Pêcheux e Gardin, importante nome da análise documentária de matriz francesa.

O quarto capítulo diz respeito à criação da Organização das Nações Unidas como um espaço institucional de enunciação. Além disso, são discutidos assuntos relacionados às barreiras linguísticas presentes no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas.

No quinto capítulo, são discutidas questões sobre um documento, no caso, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, contribui para a construção de uma identidade que tenta abranger cidadãos dos mais variados países, colaborando com uma rede de outros textos, a saber, a *Declaração da Independência dos Estados Unidos* e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, para a circulação de discursos que produzem efeitos de sentidos sobre o corpo e que promovem subjetivações.

Há, no capítulo 6, sob a perspectiva da análise do discurso francesa, tendo o tesouro como um objeto discursivo, a análise do termo HUMAN RIGHTS no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas.

No último capítulo, são feitas considerações finais sobre a pesquisa.

## 2. DIMENSÃO POLÍTICA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: REGIME DE INFORMAÇÃO

Enuncia-se, neste percurso teórico, que as questões acerca da dimensão política da organização do conhecimento estão atreladas ao conceito de *regime de informação*, de Bernd Frohmann. Esse conceito perpassa pelas instituições, pelos sistemas de organização do conhecimento, pelas materialidades do documento e pelos sujeitos. Sob o prisma dessa dimensão, tem-se em perspectiva que a organização do conhecimento não é neutra e universal, dados os aspectos controversos e conflituosos em torno da informação e do conhecimento.

Otlet, de acordo com Frohmann (2001), via a organização do conhecimento como a solução para uma crise social e uma necessidade para uma sociedade internacional harmoniosa. Assim, a preocupação de Otlet com os aspectos sociais e materiais da informação possibilita uma análise foucaultiana das propriedades materiais e institucionais da informação como discurso.

Conforme salientado por Frohmann (2001), Otlet tinha um compromisso com o internacionalismo e o governo mundial, posto que ele esteve ativamente envolvido em movimentos que levaram à fundação da Liga das Nações e da Unesco. Para o ativista belga, uma ordem social ideal só poderia ser realizada por meio da construção de instituições internacionais dedicadas à organização e à comunicação do conhecimento.

A abordagem totalmente material da informação, tomada pela análise do discurso, evita as concepções abstratas, desencarnadas e antissociais evidentes nas tendências epistemológicas de Otlet. Assim, as ideias de Foucault sobre a materialidade fornecem recursos para investigar o papel dos documentos na vida social (FROHMANN, 2001).

O estudo de Foucault, consoante Frohmann (2001), sobre o papel dos documentos na constituição de formas de conhecimento específicas e historicamente importantes sobre os indivíduos é, do ponto de vista documental, altamente relevante para os estudos da informação. A análise do discurso, nessa

perspectiva, possibilita aos estudos da informação a oportunidade de revisitar e atualizar seu interesse histórico por documentos.

Segundo Rabello e Guimarães (2006), o conceito de documento constitui a base para que a organização do conhecimento e a ciência da informação estabeleçam interlocuções. Para os autores, conhecimento e documento são conceitos intimamente relacionados. Ademais, defendem a hipótese de que o conhecimento registrado - aquele materializado em documentos - é o principal núcleo epistemológico da organização do conhecimento. Nessa perspectiva, os principais objetivos da organização do conhecimento estão relacionados à representação e à organização de conhecimentos a partir de registros documentais, com base nas informações neles contidas, a fim de facilitar a sua recuperação.

Marteleto (2007) elucida que a informação é um artefato material e simbólico de produção de sentidos. E mais, é um fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura. A pesquisadora observa que a cultura fala por meio de várias vozes, das quais é necessário ouvir as polifonias e interpretar os sentidos. É importante destacar que, para ela, a informação é, antes de tudo, um fato cultural e político e não técnico.

Na perspectiva teórica de Almeida (2007), os profissionais e os pesquisadores da informação são mediadores que trabalham com necessidades de outros seres humanos. Percebe-se que o autor frisa o caráter intelectual do campo informacional. Para ele, o pesquisador e o profissional da informação não são meros técnicos que cumprem funções pré-estabelecidas e pré-convencionadas em uma cadeia produtiva da informação. Eles são especialistas com recursos críticos e criativos que estabelecem fluxos e estratégias informacionais para a construção do conhecimento. No que diz respeito à organização e à disseminação de estoques de informação, ele argumenta que é preciso levar em conta a dinâmica sociocultural no plano global e também no plano local.

Almeida e Crippa (2009) salientam que tendências conflitantes da globalização e a formação de identidades moldam as mudanças tecnológicas. Eles chamam a atenção, nesse horizonte, para a importância de uma reflexão sobre o papel dos responsáveis pela representação de documentos e de produtos culturais

de cada época, com o objetivo de compreender o modo como o espaço da informação se configurou na contemporaneidade. Segundo esses pesquisadores, o modo de construir e apresentar a informação não é universal, posto que está mais atrelado aos esquemas culturais de quem a disponibiliza do que aos esquemas de quem a procura. Eles enunciam que a criação de sistemas de informação e de redes de comunicação é condição estratégica para a construção e circulação do conhecimento. Dessa forma, essa criação não está ligada somente à emulação da ideologia dominante ou à fascinação tecnológica.

Lara (2013), ao refletir sobre os problemas da organização do conhecimento na contemporaneidade, pondera que há dificuldades no tratamento de documentos diante da manifestação das diversidades sociais, culturais e políticas na pesquisa em organização e representação do conhecimento. A pesquisadora chama a atenção para a multiplicidade de referências socioculturais que respaldam as escolhas dos pontos de partida para a organização do conhecimento. Além disso, traz reflexões sobre os parâmetros dos sistemas de classificação bibliográfica que, segundo ela, prescrevem formas universais para o tratamento dos documentos, além de supor um sujeito universal.

Segundo Mostafa e Sabbag (2016), na perspectiva frohmanniana, o discurso tem um suporte histórico, institucional, uma materialidade que possibilita (ou não) sua realização. Segundo as autoras brasileiras, a organização e a representação do conhecimento não são neutras. Assim, amparados por suportes institucionais, os produtos, os processos e os instrumentos de organização do conhecimento podem ser sistemas de exclusão cuja função é a manutenção do poder pela produção de discurso.

Na contemporaneidade, conforme assinalado por Moura (2018), há uma série de questionamentos sobre os limites dos sistemas de representação, os quais recebem críticas por organizarem o conhecimento utilizando operadores ontológicos totalitários. Para a autora, a possibilidade de dispositivos de representação da informação facilitarem a circulação de discursos hegemônicos e autoritários trouxe inquietação à organização do conhecimento. Assim, é incontornável um esforço, para que haja a compreensão das relações de poder presentes nos mecanismos

clássicos e contemporâneos de organização do conhecimento. Para a pesquisadora, as reparações discursivas, no atual momento socio-histórico, ganham um espaço reflexivo no domínio de organização do conhecimento.

Para Vital, Hernandes e Santos (2019), em razão do impacto da inserção tecnológica e informacional e da forte influência da globalização, que aproximou múltiplas perspectivas econômicas, sociais e culturais, a dimensão política e social da organização do conhecimento tem despertado o interesse da comunidade científica especializada.

A partir desses estudos, citados acima, observa-se o aumento do interesse de pesquisadores nas discussões acerca dos aspectos sociais e culturais da ciência da informação e da organização do conhecimento. Nota-se, além disso, o fortalecimento de discursos que se opõem aos sentidos que reforçam uma visão de sistemas de organização do conhecimento universais e de discursos que reconhecem as relações de poder no campo informacional. Assim, é importante sublinhar que os modos de representar e organizar o conhecimento, orientados por algumas normas e sustentados por influentes correntes teóricas do campo informacional, não são os únicos possíveis.

Dessa forma, de modo a elucidar as discussões em torno da dimensão política da organização do conhecimento, que abarca esses aspectos sociais e culturais da informação e do conhecimento, recorre-se, neste estudo, ao conceito de regime de informação, de Bernd Frohmann. É imprescindível ressaltar que esse conceito tem sido discutido por diferentes autores, em diferentes perspectivas.

Frohmann (1995) aponta para as relações entre informação e poder. Para o teórico, o foco em problemas instrumentais e questões epistemológicas preocupadas com o estabelecimento e o policiamento de fronteiras entre disciplinas desvia a atenção de questões sobre como o poder é exercido nas relações sociais mediadas pela informação. Além disso, também aponta para questões referentes ao domínio sobre a informação, alcançado e mantido por grupos específicos, e para como formas específicas de dominação, sobretudo aquelas de grupos étnicos, classe, sexo e gênero, estão implicadas no exercício do poder sobre a informação.

Um regime de informação, conforme já foi salientado, para Frohmann (1995), é qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui por canais determináveis de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para sujeitos específicos.

De acordo com Braman (2004), questões políticas ligadas aos fluxos globais de informação, comunicação e cultura estão se reunindo em um único regime emergente de política de informação global. Trata-se de um regime global, pois envolve atores estatais e não estatais.

Para Braman (2004), a abordagem do regime para a política de informação global tem utilidade, pois oferece uma heurística que ajuda a identificar tendências comuns em fenômenos e processos que eram tratados como dissociados. Como assinalado pela pesquisadora, a formação do regime é o processo pelo qual novas formas políticas emergem do campo político. Isso acontece quando fatores internos ou externos à área em questão requerem transformações nas leis e nos regulamentos.

No caso da política de informação, a inovação tecnológica e os consequentes processos de globalização têm sido fatores importantes para estimular a transformação do regime global de política de informação. Nessa perspectiva, o foco nas relações entre os atores, encontrado na teoria do regime, é valioso na análise da política de informação, pois traz os elementos discursivos, normativos e culturais (BRAMAN, 2004).

Retomando Frohmann, Marteleto (2007) aduz que os regimes de informação representam relações sociais e modos específicos de poder que são exercidos em sua cobertura, no tempo e no espaço, através de discursos, relações sociais e práticas científicas e tecnológicas. Ela alerta para a ruptura de um regime de informação organizado pelo Estado e para o surgimento de um novo regime que se encontra em sintonia com o mercado.

De acordo com Nathansohn e Bezerra (2017), o regime de informação, em esfera global, inclui muros e cercas. Além disso, abarca tecnologias remotas que possibilitam o controle de movimentos indistintos de pessoas de modo integrado.

Conforme os autores, a consciência da relevância do documento no campo da política permitirá a constituição de um regime de informação de caráter global. A dominação colonial, segundo eles, apresenta novas dimensões. Dispositivos, ademais, são implantados, a fim de perpetuar as relações de poder entre dominantes e dominados.

Para Unger e Freire (2008), na sociedade da informação, os regimes de informação abrigam sistemas de informação cujas linguagens documentárias estão em seu interior. Na perspectiva dos autores, se houver o entendimento dos regimes de informação como ambientes onde convivem seres humanos e estoques de informação, seria possível desenhar sistemas que atendessem com maior precisão às demandas informacionais da sociedade. Os autores aduzem que a extensão do conceito de regime de informação se mostra com uma dupla composição, isto é, um meio ambiente físico onde estão os artefatos tecnológicos e as políticas informacionais, as quais regulam sua produção e comunicação.

Assim, nesse horizonte, define-se regime de informação como ambientes onde coexistem sistemas de recuperação da informação, linguagens documentárias e seres humanos com suas necessidades informacionais. As linguagens documentárias e os sistemas de recuperação da informação se relacionam ao regime de informação, objetivando atender às demandas informacionais dos sujeitos na sociedade (UNGER; FREIRE, 2008).

O conceito de regime de informação, na visão de Delaia e Freire (2010), realça componentes que permitem a compreensão de uma política de informação e as relações entre comunidades e instituições no que diz respeito às ações de informação.

Magnani e Pinheiro (2011) aduzem que regime de informação e regime global de política de informação são conceitos trabalhados como um modo de se obter uma visão do campo de ação da política de informação estabelecendo relações entre atores, tecnologias, representações, normas e padrões regulatórios que dão forma a políticas implícitas ou explícitas de informação. Assim, em torno do conceito de regime de informação, existe a busca pela compreensão dos processos de

informação em uma sociedade imersa em tecnologias de informação e comunicação e em uma economia de mercado.

Para González de Gómez (2012), o regime de informação remete às relações informação-poder. Frohmann, segundo a pesquisadora, propõe o conceito de regime de informação como uma genealogia das políticas informacionais. Esse conceito surge como uma alternativa aos estudos de política informacional e como crítica ao reducionismo das abordagens políticas na ciência da informação e na biblioteconomia. Ela também lembra que diferentes pesquisadores utilizam o termo regime de informação como um recurso de interpretação para tratar as relações entre política, informação e poder e que neodocumentalismo, de Frohmann, se caracteriza como uma ressignificação foucaultiana do documentar. Esse reducionismo, conforme Capurro (2003), está atrelado a uma visão que exclui os condicionamento sociais e materiais do existir humano.

É importante pontuar aqui que esse discurso reducionista - que não considera os aspectos culturais, sociais e políticos em torno da informação e do conhecimento - não é o discurso de todo o campo informacional. Hoje muitos autores têm se dedicado a esses aspectos. Entre esses trabalhos, estão os estudos de Moura (2004), Marteleto (2007), Almeida (2007), Almeida e Crippa (2009), Lara (2013), Farias e Almeida, (2015), Xavier e Sabbag (2019), Gomes e Frota (2019), Moreira e Sabbag (2022).

Para Bezerra et al (2016), o regime de informação se apresenta como uma formação social conjunta de elementos em rede, a saber, atores sociais, regras de poder, organização e gestão política da informação. Segundo os autores, esse conceito é constituído pela relação de atores sociais por meio de ações de informações atreladas à produção e às políticas de informação de espaços sociais. Eles também salientam que, a fim de tratar as relações entre política, informação e poder, muitos autores utilizam o termo regime de informação como um recurso interpretativo.

Moraes, Lima e Caprioli (2016) elucidam a relevância do regime de informação por meio da interação entre a perspectiva institucional e a discursiva. De

acordo com os autores, a análise do discurso articula ferramentas que visam não meramente situar o dito, mas relacioná-lo às dinâmicas de poder. Segundo eles, essa visão tem o potencial de trazer uma nova tendência para os estudos sobre representação e organização da informação na área.

Exposto a condições políticas, culturais e econômicas, o conceito de regime de informação, para Caprioli (2018), está ligado às regras do uso da informação em uma determinada sociedade e um determinado contexto.

No âmbito das novas configurações das interações entre sociedade, Estado e mercado, González de Gómez (2019) aduz que o termo regime de informação surge para analisar a posição e os papéis de práticas, profissões, instituições e recursos de informação. Para a pesquisadora, as tecnologias computacionais e as redes digitais estão no cerne da construção do conceito de regime de informação. Ela também assinala que o uso do conceito de regime surge no contexto das relações internacionais.

Para Zammataro e Albuquerque (2021), na ciência da informação, o conceito de regime de informação é visto como um elemento norteador de debates epistemológicos, bem como de debates em torno do poder e das políticas de informação.

Contribuindo com os aspectos levantados pelos autores acima, defende-se neste trabalho que os regimes de informação também estão inseridos em relações linguísticas de poder e em disputas pelos sentidos que circulam socialmente, por meio de discursos produzidos e agenciados por organizações internacionais, que controlam importantes sistemas de organização do conhecimento, em condições de produção específicas.

Dito isso, neste estudo, mobiliza-se o conceito de regime de informação, a fim de tratar questões acerca do multilinguismo e dos direitos humanos, considerando as instituições, os sistemas de organização do conhecimento, as materialidades dos documentos e os sujeitos. Assim, a Organização das Nações Unidas se apresenta como uma instituição que tem um sistema de organização do conhecimento multilíngue responsável por documentos, em diferentes

materialidades, que circulam socialmente, materializando sentidos sobre os direitos humanos e afetando sujeitos.

## **2.1 Instituições**

Acerca do conceito de regime de informação na organização do conhecimento, considerando sua dimensão política, julga-se significativo o papel das instituições. Por isso, é crucial retomar estudos que tratem desse assunto em diferentes perspectivas.

De acordo com Frohmann (2008a), a informação é materializada por meios institucionais e tecnológicos. As investigações sobre a materialização da informação, por meio da documentação, podem identificar campos de força (institucional, tecnológico, político, econômico e cultural), os quais configuram características públicas e sociais da informação na contemporaneidade.

Para Freitas (2012), os processos socio-históricos de construção do dizer institucionalizado, sobretudo por meio do documento, produzem a ilusão de transparência dos artefatos e conteúdos informacionais que, segundo ela, são insumos das relações institucionais de poder.

Segundo Rabello (2018), o documento se constitui como um produto de práticas sociais, vinculado a diferentes institucionalidades. O autor brasileiro busca a compreensão do documento como objeto com valor social, considerando a autoridade do sujeito que valida o objeto em um contexto institucional. Ademais, para ele, a função documental e as práticas sociais determinam a identidade e conferem valor político à materialidade do documento.

O documento-monumento, consoante Rabello (2018), sintetiza e traz reflexões sobre as institucionalidades ligadas à transformação do objeto em algo com valor social e político. Conforme o pesquisador, os estudos de Foucault podem trazer contribuições para pesquisas que considerem os interesses epistemológicos e políticos no que tange à busca do entendimento das diferentes institucionalidades.

Dessa forma, é possível notar que, para esse autor brasileiro, refletir sobre a institucionalidade do documento implica ponderações sobre atribuição de valor e sobre a questão da autoridade.

Segundo Moreira (2018, p.107-108),

Embora não possa ser apontado como uma característica essencial, grande parte dos SOC são projetados como instrumentos institucionalizados, ou seja, visam atender uma organização específica. Nesses casos, é preciso também identificar e respeitar as relações de significação entre termos e conceitos bem como as relações conceituais praticadas por uma determinada organização e por uma determinada comunidade usuária.

Sob a perspectiva teórica da análise do discurso, museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação, de acordo com Romão (2012), podem ser considerados como lugares de dizeres autorizados. As posições-sujeito que esses lugares inscrevem são passíveis de observação. A camada imaginária de legitimidade indica uma direção que se apresenta como verdadeira e, ao mesmo tempo, silencia outros modos de dizer. Instala-se, desse modo, uma voz institucionalizada, que determina o que pode e deve ser guardado, arquivado, mostrado e exposto, deixado de lado, a partir do efeito ideológico de evidência, sentidos tidos como indesejáveis.

Nessa direção, Romão (2012, p.80-81) observa que há “sempre algo que é deixado de fora para que o arquivo seja estruturado, o que me permite dizer, em consonância com a teoria discursiva, que cada arquivo há muitos outros calados a latejarem no vir a ser”.

Lucas (1998a), também alicerçada na análise do discurso, observa que, ao realizarem suas atividades de leitura dos documentos, nas instituições onde trabalham, os profissionais da informação, com maior ou menor autonomia, se inserem e colaboram com a construção da memória coletiva. Cumpre ressaltar também, de acordo com sua perspectiva teórica, que o arquivo que daí resulta é elaborado de acordo com o uso que diferentes instituições fazem da memória.

Os estudos de Lucas (1998b) trazem relevantes reflexões e questionamentos sobre a leitura. De forma crítica, chamam a atenção para um modo de leitura

replicante e passivo, no qual o leitor reproduz sentidos estabilizados nas linguagens documentárias. Além disso, pelo viés da análise do discurso, considerando o sentido de ideologia, aponta para uma direção em que a literalidade aparece como produzida em um processo, no qual as instituições e a história desempenham um papel determinante. Desse modo, segundo essa visão, ao dar nomes aos descritores, o leitor-indexador intervém de modo determinado no discurso original, o que resulta em disciplinarização e institucionalização de modos de leitura.

No que concerne ao papel das instituições na esfera política da organização do conhecimento, é importante pensar de qual lugar institucional o sujeito indexador enuncia. O sujeito indexador, por exemplo, que estiver inserido no espaço institucional de enunciação das Nações Unidas possivelmente auxiliará na institucionalização, na produção e na reprodução de sentidos historicamente vinculados a essa organização, isto é, os sentidos de guerra e paz.

## **2.2 Sistemas de Organização do Conhecimento**

Ao mobilizar o conceito de regime de informação na organização do conhecimento, neste trabalho, considera-se indispensável refletir sobre os sistemas de organização do conhecimento, sobretudo, os tesouros. Em decorrência disso, serão apresentadas concepções de sistema de organização do conhecimento e, na sequência, alguns efeitos de sentidos sobre tesouro.

De acordo com Zeng (2008), os sistemas de organização do conhecimento (SOC) podem ser descritos com base em suas estruturas e suas principais funções. No que tange às estruturas, pode-se ver estruturas planas simples, como listas de seleção e anéis de sinônimos; estruturas bidimensionais, como aquelas que empregam hierarquias; e estruturas multidimensionais que constroem redes com base em diferentes tipos de relacionamentos semânticos. Suas funções, por sua vez, incluem eliminar a ambiguidade, controlar sinônimos ou equivalentes, estabelecer relações semânticas explícitas, como relações hierárquicas e

associativas, e apresentar relações e propriedades de conceitos nos modelos de conhecimento. São exemplos de SOC: listas, arquivos de autoridade, dicionários geográficos, anéis de sinônimos, taxonomias, esquemas de classificação, tesouros e ontologias.

Conforme Boccato (2011), os sistemas de organização do conhecimento são instrumentos que permitem a organização de estruturas semânticas de conhecimento. Eles são caracterizados pelos sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, taxonomias, tesouros, ontologias, entre outros, e carecem de normas e de metodologias apropriadas de construção e atualização para finalidades e aplicações específicas. São criados, além disso, a partir de diretrizes normativas que acompanham o desenvolvimento informacional e também tecnológico, são considerados significativos instrumentos de representação e recuperação da informação em sistemas de informação, em ambientes digitais e em redes sociais de comunicação na web.

De acordo com Moreira (2018), os sistemas de organização do conhecimento são utilizados como instrumentos que promovem a recuperação da informação. Esses instrumentos, identificam a intensão e a extensão dos conceitos, organizam as relações conceituais e permitem o controle terminológico. São exemplos desses sistemas: os sistemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assuntos, os tesouros, as taxonomias e as ontologias. Para esse autor, categorizar um campo ou um domínio pela utilização de um SOC requer manifestar de modo formal um ponto de vista em relação às suas especificidades e a seus elementos epistemológicos. Um SOC, além disso, precisa refletir analítica e criticamente o conjunto de conceitos e termos comumente expressos no cerne de um determinado domínio ou discurso.

Moreira (2018, p.102) também esclarece que:

De modo geral, os SOC referem-se a estruturas terminológicas que enumeram conceitos, expressos termos selecionados, bem como suas diversas relações. Os SOC são utilizados para organizar e representar o conhecimento com vistas à sua recuperação e uso e suas funções variam conforme o grau de complexidade e a finalidade de sua aplicação.

Para Carlan e Medeiros (2011), os sistemas de organização do conhecimento compreendem todos os tipos de esquemas que organizam e representam o

conhecimento, tais como, as classificações, taxonomias, tesauros e ontologias. Trata-se de sistemas conceituais semanticamente estruturados que englobam termos, definições, relacionamentos e propriedades de conceitos. Além do mais, eles cumprem o propósito de padronização terminológica, a fim de favorecer e guiar a indexação e os sujeitos que buscam informação. Os sistemas de organização do conhecimento, de acordo com essas autoras, é uma denominação nova para as linguagens documentárias, trazendo componentes oriundos das novas tecnologias.

Weiss e Bräscher (2016), a partir de uma perspectiva pragmática, alertam que os sistemas de organização do conhecimento precisam apresentar diferentes visões encontradas na literatura de uma área do conhecimento. Assim, considera-se mais relevante possibilitar uma comunicação efetiva pela compreensão de diferentes visões de mundo do que de uma como sendo melhor para representar uma realidade heterogênea.

Mazzocchi (2017) discorre sobre os sistemas de organização do conhecimento, fazendo uma distinção entre um significado amplo e um restrito do termo. O amplo corresponde à organização social e intelectual do conhecimento, ou seja, como o conhecimento é organizado respectivamente na sociedade e em sistemas conceituais como teorias e disciplinas. Já o último é utilizado para se referir a sistemas desenvolvidos com a finalidade de auxiliar na recuperação de informações. Os sistemas de organização do conhecimento podem ser vistos como ferramentas semânticas, ou seja, conjuntos de termos/conceitos com diferentes graus de relacionamento entre si. Para esse autor, o sistema de organização do conhecimento é um termo genérico utilizado para se referir a uma ampla gama de itens: cabeçalhos de assunto, tesauros, esquemas de classificação e ontologias. Em momentos históricos distintos, esses itens foram concebidos com diferentes propósitos. Caracterizam-se por diferentes estruturas e funções específicas, por formas variadas de se relacionarem com a tecnologia e por serem utilizados em uma pluralidade de contextos por diversas comunidades. No entanto, o que todos têm em comum é que foram concebidos para apoiar a organização do conhecimento e da informação, a fim de facilitar a sua gestão e recuperação.

Conforme assinalado por Mazzocchi (2017), os sistemas de organização do conhecimento, feitos de termos/conceitos e das relações entre eles, são entidades classificatórias. O teórico citado argumenta que esses conceitos e essas relações não existem em um mundo abstrato. Além disso, lembra que eles estão inseridos em configurações culturais, históricas e teóricas específicas. Assim, sempre haverá diferentes formas de estabelecer estruturas semânticas, dependendo, por exemplo, de diferentes posturas teóricas, áreas temáticas e preocupações práticas.

Segundo Moreira e Sabbag (2022), os SOC que não são inclusivos falham em seu propósito fundamental, a saber, na promoção do acesso, da circulação e da produção do conhecimento. Na visão desses autores, esses sistemas, por serem sistemas de classificação, produzem efeitos sociais. Se há, por exemplo, a negligência das variáveis culturais envolvidas na produção e na organização do conhecimento, podem se tornar opressores. Eles também alertam que os SOC podem ser artefatos atravessados pelo poder, contribuindo, desse modo, para a manutenção, a reprodução e a sustentação de comportamentos, de atitudes e de ideias, além da manutenção e da reprodução da intolerância, das desigualdades e dos efeitos de silêncio.

Nota-se, por conseguinte, que os sistemas de organização do conhecimento são dispositivos com complexos mecanismos de controle de sentidos, devido a sua estrutura semântica e suas finalidades. Eles contribuem com a institucionalização de certos sentidos, por isso, são elementos tão importantes para um regime de informação. Assim, é de extrema importância que os sujeitos responsáveis por esses sistemas cuidem para que esses sentidos não sejam de exclusão.

### **2.2.1 O tesouro em discurso**

O tesouro é um exemplo de sistema de organização do conhecimento que pode ser organizado de acordo com a rede conceitual de um domínio científico. Por isso, há uma relação direta entre o tesouro e a terminologia.

Com diretrizes para a construção de vocabulários controlados, a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 conceitua o tesouro como um vocabulário controlado organizado em uma ordem conhecida e estruturado de modo que as várias relações entre os termos sejam exibidas claramente e identificadas por indicadores de relacionamento padronizados.

Os tesouros, para Mazzocchi (2017), são vocabulários controlados e estruturados, que apresentam relações hierárquicas, associativas e de equivalência entre termos/conceitos.

Para Carlan e Medeiros (2011), o tesouro, objeto de interesse desta pesquisa, é visto, para a organização do conhecimento, como um instrumento de controle terminológico eficaz e uma considerável ferramenta no tratamento e recuperação da informação. Sua construção é uma tarefa demasiadamente complexa e requer um esforço coletivo, porquanto as linguagens construídas são únicas em cada domínio do conhecimento e, portanto, passam por contínuas transformações à proporção que as línguas evoluem. Essas pesquisadoras lembram que o próprio vocábulo *terminologia* é polissêmico, pois se refere tanto à terminologia como uma área do conhecimento, ou seja, conjunto de metodologias e diretrizes que regem a descrição, a formação dos termos e a estruturação de campos conceituais, quanto a um conjunto de termos de um campo específico do conhecimento relacionados a uma língua de especialidade.

Segundo Vargas e Lann (2011), os tesouros são elaborados de modo específico, portanto suas características e suas relações conceituais mudam de acordo com o campo de conhecimento que estão inseridos. Assim, com o auxílio da terminologia, os profissionais da informação têm o suporte necessário para sistematizar os conhecimentos de uma dada área e construir linguagens documentárias.

Segundo Moreira, Alvarenga e Oliveira (2004), com um importante papel em sistemas de recuperação da informação, os tesouros determinam os termos que podem ser usados em um sistema. Conforme as autoras, a ciência da informação estuda métodos e técnicas para o armazenamento, organização e recuperação da informação. Assim, surge a necessidade de desenvolver linguagens documentárias

que ajudem na organização do conhecimento de uma área. Nesse sentido, os tesouros servem de instrumento de registro terminológico.

Em um estudo sobre relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da organização do conhecimento, Rabello e Guimarães (2006) argumentam que o estudo da análise de facetas foi elementar para o estabelecimento de vocabulários controlados e para a criação de tesouros.

Tesouros, de acordo com Sales e Café (2009), são modelos de representação do conhecimento. Os autores lembram que a comunicação científica e profissional é feita, via linguagens especializadas, por especialistas de uma área específica do conhecimento ou área profissional. Para esses pesquisadores, a terminologia pertence a uma linguagem especializada. A língua de especialidade, por sua vez, é uma sublinguagem pertencente à linguagem natural. Desse modo, o tesouro é uma linguagem documentária, na qual existe uma complexidade na relação entre os termos que comunicam o conhecimento especializado. Eles são vocabulários controlados que apresentam termos-descritores semanticamente relacionados e instrumentos de controle terminológico. Além disso, podem estar estruturados hierarquicamente ou associativamente. Os tesouros são utilizados, para indexação e para recuperação da informação.

Consoante Sales e Café (2009), os tesouros ajudam na inter-relação da linguagem natural com a linguagem artificial, oferecendo um sistema de símbolos linguísticos, a fim de agrupar e relacionar informações. Eles orientam na escolha do termo mais adequado para representar um conceito. Ademais, objetivam a padronização e a normalização terminológica dos processos de indexação e recuperação nos sistemas informacionais.

Segundo Farias e Almeida (2015), as abordagens socioculturais na organização do conhecimento contemplam investigações que possibilitam uma leitura crítica sobre cultura e contexto social. Assim, contribuem para análise de questões éticas, linguísticas, políticas e sociais atreladas aos sistemas de organização e representação do conhecimento. Cabe ressaltar que, para os autores, é preciso, na configuração de um determinado sistema de organização e

representação do conhecimento, um olhar atento às diferenças culturais. Sob este prisma, um tesouro deve respeitar a estrutura linguística dos conceitos e temas de uma comunidade discursiva.

Conforme Boccato (2011), os tesouros são sistemas de organização do conhecimento que possibilitam a organização de termos descritores por meio de relações lógico-semânticas de ordens hierárquicas, equivalentes e associativas. Para ela, as tecnologias de informação e comunicação se apresentam como ferramentas colaborativas na modelagem de tesouro, no desenvolvimento de sistemas de gestão de vocabulários controlados e na realização da interoperabilidade entre esses vocabulários como um recurso de construção.

Em uma perspectiva pragmática, Weiss e Bräscher (2016) aduzem que as relações semânticas são um importante componente dos tesouros. Segundo as pesquisadoras, os sistemas de organização do conhecimento devem ser instrumentos de interação que considerem os aspectos contextuais em que estão inseridos. Assim, os tesouros, cuja elaboração é orientada por normas internacionais, são tipos de sistemas de organização do conhecimento. No que tange às relações de equivalência, a contribuição da abordagem pragmática tem a ver com a percepção de que a distinção do que foi considerado igual ou equivalente, para fins de revocação na recuperação da informação, é uma medida que minimiza as questões éticas de se escolher certa forma de expressão como termo preferido e que possibilita maior flexibilidade ao tesouro. Para as relações hierárquicas, destaca-se a importância de se considerar as diferenças conceituais, pois caso as hierarquias sejam estabelecidas somente a partir de premissas universalistas, podem se tornar muito rígidas.

Ao tratarem das relações associativas, Weiss e Bräscher (2016) apontam que as relações semânticas e os outros componentes dos sistemas de organização do conhecimento precisam ser identificados por meio da análise da bibliografia da área. Desse modo, as pesquisadoras destacam a importância da bibliografia para identificar as relações que podem orientar o sujeito a encontrar informações úteis ao alcance de seus interesses.

Xavier e Sabbag (2019), autoras atentas à necessidade dos sistemas de organização do conhecimento produzirem efeitos de inclusão, apontam para a necessidade de revisão e atualização de tesouros no que diz respeito à questão de representação das questões de gênero. Na visão das autoras, os instrumentos de controle terminológico devem contemplar diferentes perspectivas da sociedade.

Conforme assinalado por Dextre Clarke (2019), a principal função de um tesouro é apoiar a recuperação de informações, orientando a escolha de termos para indexação e para pesquisa. O tesouro, segundo a autora, também pode ser visualizado como uma rede complexa de conceitos interligados, em que cada conceito é rotulado por um ou mais termos, em um ou mais idiomas. Ela aduz que existem recursos indispensáveis em um tesouro tradicional. Para cada conceito considerado digno de indexação ou pesquisa, é preciso a inclusão do maior número possível de termos que o representem, sendo um deles selecionado como preferido. Além disso, quaisquer relações hierárquicas ou associativas próximas entre os conceitos devem ser mostradas. A autora também assinala que algum tipo de exibição ou de índice deve permitir que os sujeitos consultem termos e conceitos.

De acordo com Gomes e Frota (2019), os sistemas de organização do conhecimento podem ter formações linguísticas e conceituais de opressão e de exclusão social. O uso de certos termos, dependendo do contexto, podem perpetuar formas de opressão. Esses autores trazem reflexões sobre como os tesouros podem ser mais inclusivos e instrumentos de visibilidade social. Nesse sentido, a organização do conhecimento precisa representar, por meio dos seus instrumentos, de suas ferramentas e de seus produtos informacionais, os vários modos de diversidade cultural, a fim de que exista uma maior identificação dos sujeitos, das instituições e dos sistemas ou dos serviços de informação. Logo, é preciso rever os conceitos e os termos que podem representar formas opressoras de poder e que concomitantemente podem agravar a exclusão social.

Segundo Fujita, Rio Branco e Alves (2020), o contexto de uso, as tecnologias e a diversidade cultural influenciaram a evolução dos tesouros. Com base nas demandas informacionais dos sujeitos, na linguagem dos documentos e na terminologia de uma área do conhecimento, o tesouro, instrumento para organização

do conhecimento, necessita de uma linguagem controlada. Essas pesquisadoras enunciam que o tesouro, com suas interações sintáticas e semânticas entre termos, possibilita que a linguagem dos documentos seja traduzida em uma linguagem mais estrita durante os processos de indexação e de pesquisa.

Conforme Shintaku et al (2021), no *Guia sobre a construção de tesouros*,

O Tesouro é um vocabulário controlado, com base em uma estrutura semântica e funcional, classificado de acordo com as ideias que representa, a partir de um domínio ou área de conhecimento específicos. Para o estabelecimento dos termos e conceitos, o controle de vocabulário é essencial, evitando a ocorrência de fenômenos linguísticos, como: ambiguidade, plurissignificação, polissemia e homonímia, entre outros.

Conforme apontado por Silva et al (2022), o tesouro como um sistema de organização do conhecimento conta uma história. Ele, além disso, deve ser avaliado e atualizado frequentemente, de modo a garantir que ele se mantenha alinhado com as demandas institucionais, de uso e dos sujeitos.

No que se refere aos tesouros, destacam-se neste trabalho os estudos de Clarinda Rodrigues Lucas. Os trabalhos de Lucas agregam uma outra possibilidade de leitura a processos que já estão consolidados na ciência da informação e na organização do conhecimento. Entende-se, desse modo, que o tesouro reflete a visão de mundo de quem o produziu, contendo representações sobre dada realidade.

Tendo a análise do discurso pecheutiana como referencial teórico, Lucas (1998b) alega que o controle das palavras que compõem um vocabulário e a terminologia de uma área são resultados de relações de poder e de institucionalização de sentidos.

De acordo com a pesquisadora, os tesouros, constituídos por listas de termos autorizados, cristalizam os conceitos de uma determinada área do conhecimento, dando-lhes autoridade. Eles têm um caráter de grade interpretativa, no qual cada descritor é a síntese de um amplo espectro de significados (LUCAS, 1999).

Para a pesquisadora, os tesouros também são pistas para o território da memória inscrita em bibliotecas, em diferentes fontes de informação que a

tecnologia torna disponível. Em seu entendimento, as linguagens documentárias promovem os mecanismos de produção e estabilidade dos sentidos (LUCAS, 2003).

Lucas (2003) argumenta que um descritor é resultado de um jogo de poder da e na linguagem, dado que os sentidos têm história. Na visão da pesquisadora, o controle terminológico, a determinação dos sentidos e sua desambiguação são mecanismos de controle dos sentidos, a fim de que não sejam vulneráveis a interpretações diferentes daquelas previstas e legitimadas por certa comunidade.

A pesquisadora brasileira argumenta que o trabalho de indexação não é neutro quanto à interpretação. Por conseguinte, não pode espelhar com exatidão o conteúdo de uma obra, pois nesse processo diferentes leituras são expostas ou silenciadas (LUCAS, 1996).

Existe um sentido dominante que se institucionaliza, de acordo com as condições de produção. Ademais, não considerar as condições de produção do discurso é apagar a contradição entre as diversas formações discursivas que se entrecruzam. Assim, os profissionais da informação são sujeitos com ideologias e subjetividades; são agentes que controlam e disciplinam os acontecimentos (LUCAS, 1996).

Assume-se, nesta tese, a compreensão de Lucas (1996, 1998a, 1998b, 1999; 2003) sobre o tesouro. Essa compreensão considera as condições de produção dos discursos presentes nos sistemas de organização do conhecimento e as diferentes formações discursivas que atravessam a organização do conhecimento.

Tendo a análise do discurso em perspectiva, contribuindo com a organização do conhecimento e com os estudos de Lucas, ressalta-se a necessidade de um olhar atento dos indexadores para as condições de produção, isto é, para as circunstâncias de enunciação e para o contexto sócio-histórico e ideológico em que os termos e os conceitos que fazem parte de um tesouro estão inseridos, a fim de que se alargue a visibilidade discursiva dos excluídos, produzindo efeitos de inclusão.

### 2.2.2 Tesouros Multilíngues

Tesouro, consoante a norma ISO 25964-1 (2011), é um vocabulário controlado e estruturado em que os conceitos são representados por termos, organizados de uma forma em que as relações entre os conceitos sejam explicitadas e os termos preferidos sejam acompanhados por entradas iniciais para sinônimos ou quase-sinônimos.

Responsável por vários aspectos necessários para o desenvolvimento e manutenção de tesouros, essa norma diz que o tesouro multilíngue é aquele em que os termos e as estruturas relacionais estão disponíveis em duas ou mais línguas naturais. Para que um tesouro possa funcionar efetivamente em um contexto multilíngue, os conceitos incluídos precisam ser representados em todos os idiomas presentes, permitindo que falantes desses idiomas tenham acesso a eles. Nesse tipo de tesouro, todas as línguas devem ter o mesmo status e, se possível, cada conceito deve ser representado em todas as línguas do tesouro.

Observa-se, nesse discurso, sustentado pela International Standard Organization, a naturalização de sentidos de igualdade entre as línguas na construção de um tesouro (ISO) pelo funcionamento da ideologia. Há um imaginário de uma norma que permite uma relação de equidade entre as línguas em um tesouro.

Embora a língua inglesa seja considerada uma língua franca na comunicação técnica e científica, ainda está longe de ser aceitável enquanto remoção da barreira linguística, sobretudo por questões políticas e nacionalistas, considerando o fato de que a língua medeia a transmissão de ideias e de que expressa a cultura de uma nação (HUDON, 1999).

Conforme Hudon (1999), é importante que se promova o acesso ao multilinguismo devido aos muitos fatores existentes, incluindo a divulgação científica, sob pena de não ocorrer a compreensão da evolução do conhecimento e, conseqüentemente, da ciência. Ademais, o resultado de não se ter acesso às produções científicas em idiomas menos lidos e conhecidos poderia ser o atraso no

progresso científico e o desperdício de tempo e dinheiro em refazer pesquisas que já haviam se mostrado conclusivas ou inconclusivas.

A barreira imposta pela língua se apresenta como uma questão crítica na transferência de informações e, sobretudo, na análise e na representação da informação. Nesse cenário, as linguagens documentárias de acesso controlado, como os tesouros multilíngues, se apresentam como solução para os rompimentos desse obstáculo linguístico, proporcionando acesso informacional para sujeitos com culturas e línguas distintas (HUDON, 1997).

Uma ferramenta multilíngue precisa respeitar o requisito de igualdade essencial das línguas naturais envolvidas, bem como a representação de seus conceitos, porquanto essas estruturas refletem como os falantes representam o próprio mundo. Dado que se trata de uma questão cultural, deve ser permeada por sistemas de representação do conhecimento, a fim de que o sujeito que pertence àquela cultura perceba suas crenças representadas no sistema (HUDON, 1999).

Segundo Hudon (1997), o desenvolvimento de um tesouro multilíngue exige muito mais do que agrupar vários tesouros monolíngues. O verdadeiro tesouro multilíngue oferece inventários conceituais e terminológicos completos para cada idioma representado. Além disso, apresenta uma estrutura completa de tesouros em cada uma das línguas, a saber, toda relação semântica de equivalência, de hierarquia e de afinidade, para que o sujeito consulte a versão linguística mais adequada e com a mesma quantidade de informação semântica. Cabe ressaltar que há uma dimensão cultural e política no desenvolvimento de tesouros multilíngues. Ademais, conforme a autora, o tesouro multilíngue se apresenta como uma ferramenta auxiliar na indexação que permite que documentos sejam indexados em uma ou mais línguas, tornando-se um instrumento que ligará culturas e facilitará a comunicação interlinguística. Em tesouros multilíngues, é mister que exista um tratamento igualitário dos idiomas.

Segundo Dextre Clarke (2017), os tesouros multilíngues podem ser subdivididos em dois tipos: simétricos ou não simétricos. Em um tesouro simétrico, cada conceito tem um termo preferencial em cada um dos idiomas. Ademais, o

escopo e a estrutura relacional são idênticos em cada um. Em um tesouro não simétrico, não é todo conceito que precisa ser representado em todas as línguas. Ademais, a estrutura hierárquica pode variar de um idioma para outro para acomodar diferenças culturais.

Em discursos sustentados por diretrizes normativas e teóricas, é possível observar a naturalização de sentidos de completude e de totalidade na construção de tesouros multilíngues: efeito do funcionamento da ideologia. Existe um imaginário de tesouro que viabiliza uma relação de igualdade entre as línguas, apagando as relações linguísticas de poder.

### **2.3 Materialidade do documento**

No que concerne ao conceito de regime de informação, é elementar refletir acerca das questões em torno da materialidade do documento. Destarte, é necessário retomar os diferentes autores que têm discutido o assunto no âmbito da organização do conhecimento e também da análise do discurso.

Briet (2016) enuncia que a herança latina deu à palavra documento o sentido de lição e prova. O documento, em sua visão, se apresenta como todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com o propósito de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual. A documentalista francesa argumenta sobre a importância do conhecimento de línguas estrangeiras. Para ela, o documentalista tem como papel permitir que os sujeitos que buscam informação acessem os documentos em diversas línguas por meio de traduções. Como se observa, ela enfatiza a especialização cultural e a aptidão poliglota. Assinala, além disso, que uma língua não pode satisfazer às demandas mundiais.

Briet (2016) apresenta a documentação como um meio poderoso de coletivização do conhecimento e de ideias. Enfatiza, ademais, a especialização cultural do documentalista, que deve selecionar, compreender, traduzir, interpretar e utilizar os documentos conforme a especialidade da instituição, onde está inserido.

Ela também aponta que as formas que podem ser assumidas pelas atividades documentárias são numerosas, assim como as necessidades que as fazem nascer.

Frohmann (2008a) busca conciliar os estudos informacionais na contemporaneidade com estudos sobre as práticas sociais e públicas e sobre as realidades políticas, econômicas e culturais. Para o teórico, os aparatos tecnológicos disponíveis hoje para coletar, processar e utilizar a informação produzem efeitos nas estruturas. Em sua perspectiva, é crucial pensar nos efeitos sociais e públicos dos sistemas informacionais. Logo, sem um olhar para a materialidade da informação, muitas considerações sociais, culturais, políticas e éticas, tão relevantes para os estudos informacionais, acabam se perdendo.

A documentação, segundo Frohmann (2008a), torna-se o meio de materialização da informação. Assim, os estudos sobre documentação tratam das consequências e dos efeitos da materialidade da informação. Consoante o autor, ainda que para Foucault os enunciados não sejam documentos, o que ele diz sobre os enunciados é muito relevante para pensar os documentos e a materialidade da informação.

Foucault, lembra o autor, faz uma distinção entre fisicalidade e materialidade. Assim, a materialidade do enunciado não é constituída apenas de sua existência espacial e temporal. Ela é medida pela massa, inércia e resistência. O pensamento de Foucault possibilita investigações sobre a materialidade da informação, por meio de seus recursos teóricos, a saber, massa, energia e força (FROHMANN, 2008a).

Frohmann (2008a) objetiva investigar os dizeres de Foucault sobre enunciados, a fim de identificar elementos teóricos para pensar a materialização da informação por meio da documentação. Ele busca aplicar o que Foucault discorre sobre a materialidade dos enunciados ao estudo dos documentos. O interesse de Foucault não está na documentação como meio de comunicação de informação, mas sim como transmissão de poder gerativo e formativo pelo qual indivíduos são constituídos institucionalmente. Dessa maneira, em sua perspectiva, existe um caminho direto, a partir da análise do discurso foucaultiana, para o estudo da materialidade da informação.

Frohmann (2012) aponta quatro categorias das práticas documentárias, a saber, a materialidade, seus lugares institucionais, os modos como são socialmente disciplinadas e sua contingência histórica. Para o pesquisador, um documento se torna informativo e passa a ter credibilidade no momento em que recebe determinados tipos de práticas documentárias.

Os documentos existem em formas materiais. Logo, a primeira categoria é a materialidade. A segunda categoria revela que as práticas documentárias estão profundamente incorporadas nas instituições. A terceira, por sua vez, diz respeito à disciplina, dado que as práticas documentárias exigem treinamento, ensino, correção e outros métodos disciplinares. A quarta categoria mostra que o surgimento, o desenvolvimento, o declínio e o desaparecimento dessas práticas ocorrem em circunstâncias históricas específicas. Sendo assim, documentos específicos se tornam informativos, em momentos históricos e lugares específicos, em áreas específicas do terreno social e cultural (FROHMANN, 2012).

Para González de Gómez (2009, 2011), Suzanne Briet, que contribui com a compreensão do conceito de documento, tem um lugar de destaque na genealogia documentalista. Na obra da autora francesa, sob a perspectiva do labor dos documentalistas, tem-se um dos momentos de construção social e cultural do documento, como conceito e como práticas do documentar. A autora chama a atenção para a necessidade de uma diversificação de descrições e de análises documentárias, para que as necessidades linguísticas dos diferentes setores das demandas organizacionais sejam atendidas. Briet, segundo ela, coloca a documentação no mesmo horizonte das novas técnicas culturais, tendo que dar respostas às demandas de transmissão cultural e de integração social num cenário de mudanças rápidas. Ademais, González de Gómez também argumenta que Frohmann, em sua leitura da relação documento-informação, a partir de elementos teóricos de Foucault, retoma os efeitos dos usos da linguagem. É salutar explicitar que Frohmann desloca o conceito de enunciados de Foucault e o aplica aos documentos.

Concebido como instância física e informativa, sob ações e condições específicas contextualizadas, o documento, segundo Ortega e Lara (2010), otimiza

a circulação social do conhecimento na contemporaneidade. Para elas, a capacidade de um documento ser informativo implica o aspecto pragmático do objeto informacional à proporção que indica o caráter social e simbólico da informação e, de modo consequente, os ambientes e as situações concretas de uso.

Segundo Dodebei (2011), a reprodutibilidade se mostra necessária à permanência de uma memória que se apresenta como um recorte momentâneo do social. O documento, para ela, deve ser apreendido como um constructo com as seguintes proposições: unicidade, virtualidade e significação. No que tange à unicidade, os documentos que são objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência. Ao tratar da virtualidade, a pesquisadora aduz que a atribuição de predicáveis ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva. Sendo assim, proporcionará, de modo arbitrário, uma classificação do objeto. Ao discorrer sobre a significação, ela assinala que a transformação dos objetos do cotidiano em documentos é intencional, o que os constitui em uma categoria temporária e circunstancial. Em sua perspectiva, posto que a ação documental/patrimonial é produto de relação circunstancial, a atribuição de valores documentais e patrimoniais aos objetos produzidos pela sociedade não deve ser pensada de maneira definitiva. O significado cujo conceito de documento possa ter para a memória digital é representado pela circunstancialidade e pela temporalidade do valor de memória social dado a certo objeto.

Freitas (2012), em suas articulações teóricas que envolvem estudos sobre discurso e o campo informacional, argumenta que os aportes teórico-conceituais da análise do discurso de linha francesa recolocam a dimensão material e histórica do sentido. Rompem, além disso, com a ilusão da transparência da linguagem. De acordo com a pesquisadora, os funcionamentos socio-históricos da escrita constituem a centralidade do documento nos processos de legitimação de saberes, na produção de verdade, na distribuição de deveres em relações com a produção e a reprodução de poderes de diversas ordens.

Saldanha (2013) discute a condição simbólica do conceito documento. Para o pesquisador, o conceito de documento apresenta diferentes funções epistemológicas no campo informacional. Além disso, o autor argumenta sobre a necessidade de um

conceito mais abrangente de materialidade, a partir de uma perspectiva culturalista. Para o mundo moderno, o valor do documento se reflete na relação entre sociedade e ciência. Conforme o autor brasileiro, na contemporaneidade, os estudos sobre documento estão repletos de influências pragmatistas, antropológicas e pós-estruturalistas, alicerçadas em reflexões sobre a linguagem (SALDANHA, 2013).

No que tange a documentos, Rabello (2018) assinala que eles se constituem como a expressão material da informação. O autor brasileiro considera o documento um objeto com valor, o qual é atribuído por sujeitos com certa autoridade. O próprio indivíduo acredita em sua autoridade ou ela pode ser reconhecida por outrem. O pesquisador frisa que a materialidade do documento não se limita a sua fisicalidade, mesmo que essa fisicalidade seja indispensável. Para ele, no âmbito institucional, o documento é a materialização dos enunciados sociais quando apropriados e validados. O documento-monumento, considerando sua dimensão política, serve como fonte de legitimação ou de criação de práticas discursivas e de recurso material que formam diferentes infraestruturas, redes, coleções, fundos de arquivo, bases de dados e bancos de dados. Além disso, adere a regimes de poder e verdade que revelam pistas da configuração do mundo da vida.

Em uma rede de atores humanos e não humanos, consoante Rabello (2019), Frohmann assinala para uma dimensão da política informacional para além do âmbito governamental e estatal. Em sua teoria, existe uma correspondência entre enunciado, informação e documento que tem sua materialidade constituída no momento em que os enunciados circulam socialmente. Segundo esse pesquisador, a materialidade do documento transcende a fisicalidade da informação em um suporte. Para ele, o documento representa algo e também pode ser representado. Ademais, é uma expressão simbólica de poder/saber. Ainda que a materialidade considere aspectos da fisicalidade do objeto, ela também compreende aspectos valorativos das práticas sociais e discursivas.

Para Ortega e Saldanha (2019), a perspectiva neodocumentalista privilegia o documento quanto às relações de poder. Segundo os pesquisadores, a noção de documento representa um conceito central no campo informacional. Eles lembram que Briet trouxe maior nitidez aos sentidos de que todo objeto pode ser um

documento ao condicionar a este objeto a atribuição de um indício, conservado ou registrado, com o objetivo de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual. Esses autores também apontam que, na perspectiva de Frohmann, a documentação seria a maneira de relacionar a análise do discurso e os estudos da materialidade da informação. Assim, para Frohmann, as práticas de fundo documentário são estruturalmente ações materiais que envolvem as lutas por hegemonia e as disputas por espaço-tempo.

Ademais, Ortega e Saldanha (2019) argumentam que o conceito de documento é elementar para uma condição ética nos estudos informacionais. Nesse horizonte, a filosofia do documento postula a necessidade de uma filosofia materialista da informação, estabelecendo relações entre as materialidades que as práticas sobre documentos engendram, incluindo o corpo humano. Cabe ressaltar ainda que, segundo os dois autores, o documento, na perspectiva frohmanniana, relaciona, estabelece e produz poder. A construção histórica da noção de documento, de acordo com eles, revela que ele é produto de ações de mediação que se realizam por atividades como seleção, descrição, indexação, ordenação e exposições a partir de quaisquer objetos.

Como assinalado por Buckland (2020), a palavra documento comumente se refere a um texto ou registro gráfico, mas, em uma perspectiva semiótica, os objetos não gráficos também podem ser considerados significantes e, portanto, documentos. Segundo o autor, o constante aumento na variedade e no número de documentos, desde os tempos pré-históricos, permite o desenvolvimento de comunidades, a divisão do trabalho e a redução das restrições de espaço e tempo. Os documentos, assim, estão relacionados a dados, a fatos, a textos, a obras, a informações, a conhecimentos, a signos e a outros documentos. Nessa perspectiva, os documentos têm aspectos físicos, cognitivos e sociais.

Na visão de Buckland (2020), a organização do conhecimento está centralmente preocupada com documentos. O autor lembra que o estudo de documentos tem se preocupado fortemente com as variedades de formas físicas. Ele aponta, além disso, que as preocupações também estão em torno de como os documentos se relacionam entre si e com seus contextos e como são ou devem ser

usados. O pesquisador aduz que um objeto é considerado um documento quando há uma afirmação ou percepção de evidência para alguma crença. Para ele, o efeito de um documento depende da crença em algum aspecto da realidade. Cabe ressaltar que, qualquer afirmação ou crença pode ser considerada por outros ou pela mesma pessoa em outro momento como errônea. No entanto, para funcionar como um documento requer um ato de percepção. Assim, um perceptor é tão necessário quanto um criador.

O significado de um documento o torna importante, entretanto o que ele significa é influenciado e estendido por relacionamentos com outros documentos e pessoas. Os documentos, segundo o autor, são vistos como atenuantes dos efeitos do tempo na memória e do espaço na comunicação. Eles servem à memória, preservando, verificando, permitindo reconhecer o que foi esquecido e antecipando necessidades futuras. Sendo assim, os documentos são parte integrante de como as pessoas aprendem, da divisão do trabalho e do senso de identidade (BUCKLAND, 2020).

Os estudos de Robert Estivals também podem contribuir com a discussão em torno do documento. Segundo Estivals (1981), os bibliólogos consideram como documento toda mensagem fixa manuscrita, impressa. Para ele, o escrito e o documento precisam ser levados em conta pela diferença de perspectiva e pelos fenômenos estudados. O autor lembra também que o universo do documento tem um maior alcance. O circuito do documento, na perspectiva de Estivals, se integra à vida social, econômica, política, militar e científica. Seu objetivo é fornecer informações úteis à vida da sociedade em questão. Para ele, as contradições antitéticas dos circuitos do escrito e do documento tem uma explicação sob a luz da teoria da infraestrutura econômica e da superestrutura ideológicas. Existe, assim, uma dupla rede superestrutural do escrito e do documento. E mais, seus elementos estão inter-relacionados e atuam no conjunto da população.

Segundo Saldanha (2018), a tradição fundada por Estivals se apresenta como uma oposição à perspectiva de uma ciência neoliberal para refletir a informação. Nessa abordagem, o documento seria fruto de uma produção simbólica inserida no contexto da luta de classes. Para o pesquisador, a partir de uma

perspectiva materialista-histórica, as teses de Estivals apontam para a luta social e para a compreensão do papel de opressão de discursos hegemônicos que circulam na sociedade.

Além de Foucault, defende-se nesta tese que Althusser e Pêcheux podem contribuir com os debates teóricos acerca da materialidade do documento, a partir de conceitos como condições de produção, sujeito e ideologia. Há diversos trabalhos no campo informacional que utilizam o conceito de Foucault de enunciado, trazendo contribuições notáveis para a ciência da informação e a organização do conhecimento. Da mesma forma, conceitos discutidos por Althusser e Pêcheux podem enriquecer esse debate teórico no campo informacional. Sendo assim, a seguir serão apresentados alguns trabalhos fundamentados teoricamente na teoria desenvolvida por Pêcheux, para quem o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão, entendido no sentido amplo, está inserido na noção de arquivo (PÊCHEUX,1994).

Ferrarezi e Romão (2007, p.154), contribuindo com a discussão em torno do documento, assinalam que “os documentos materializam um ou mais discursos, carregando em suas linhas toda uma rede de memória que suscita muito mais do que uma leitura literal do texto”.

Sob a perspectiva da teoria pecheutiana do discurso, conforme essas duas pesquisadoras,

[...] podemos pensar que os documentos, além de serem uma escolha ideológica - em que alguns sentidos são naturalizados como dominantes, devendo ser lembrados e institucionalizados, e outros são censurados, devendo ser esquecidos e apagados - são também, como os monumentos, portadores de uma herança: a memória discursiva de que eles são constituídos e que os sustenta, permitindo a sua significação (FERRAREZI; ROMÃO, 2007, p.156).

Silva (2013a) faz considerações sobre a posição-sujeito do arquivista/indexador inserida em uma formação discursiva e seus efeitos sobre a seleção, o apagamento e o silenciamento de sentidos. Para o autor, o documento é um espaço de constante movimento de sentidos. Em seu entendimento, no que tange à indexação, não é possível falar em perfeição, dado que como parte de um

processo discursivo, observa-se movimentos de sentidos, efeitos de sentidos, consequência de processos histórico-ideológicos.

Luca e Lagazzi (2016) argumentam que, a partir da análise do discurso de linha materialista, é possível uma reflexão sobre a relação dos documentos com suas condições de produção e também sobre os efeitos de sentido produzidos na leitura. Baseada nas condições de produção e no viés histórico, a materialidade dos documentos poderia contribuir com a abertura para novos sentidos. Por conseguinte, as noções materialistas podem contribuir com questões atreladas ao descentramento do sujeito, ao entendimento de como são os processos discursivos e seus efeitos de sentido na produção da subjetividade.

Dias (2016; 2019) alerta que a materialidade digital do arquivo impõe a necessidade de dispositivos teórico-analíticos que considerem as formas de historização dos sentidos em sua relação com o simbólico. Constitutivo do espaço, do sujeito, do sentido e do conhecimento, o digital, por esse ângulo, é um campo de discursividade com sua materialidade própria. Consoante a autora, a informática e os processos de automatização pela tradução automática e pela pesquisa documental foram determinantes no início da análise do discurso. Tendo a massa gestora do sentido e o digital em perspectiva, ela aduz que essa massa institucionalizada se automatizou, produzindo para alguns sujeitos, de uma maneira mais profunda, a ilusão de uma neutralidade política sobre um modo de gestão dos arquivos. Esse modo de gestão de arquivo, para pesquisadora, é também um modo de gestão discursiva do arquivo de um sujeito. Nesse sentido, Dias (2018,p.20) caminha em direção aos “movimentos teóricos oriundos da relação de entremeio que a análise de discurso tem estabelecido com outras teorias que se debruçam sobre o digital, como a ciência da informação e a cibercultura”.

Dias (2018) sustenta, além disso, que a questão do arquivo na teoria francesa de análise do discurso é complexa, pois envolve o político, as instituições, a memória, as tecnologias, as subjetividades e a interpretação. Essa pesquisadora também enfatiza que toda questão sobre arquivo envolve uma reflexão sobre a leitura (de arquivo).

Isso posto, pela teoria de Pêcheux e de seus desdobramentos no Brasil, contribuindo com os estudos sobre documentos na ciência da informação e na organização do conhecimento, é possível pensar:

- a) na relação dos documentos com suas condições de produção;
- b) no documento como uma escolha ideológica;
- c) no documento como um lugar de constante movimento de sentidos
- d) no modo de gestão dos arquivos e dos sujeitos
- e) nos efeitos de sentido produzidos na leitura dos documentos.

## **2.4 Sujeito**

Refletir sobre o conceito de regime de informação na organização do conhecimento, em sua dimensão política, implica pensar em questões em torno dos sujeitos. Em face disso, torna-se relevante considerar as relações que os sujeitos estabelecem com os outros por meio de documentos e de suas representações em sistemas de organização do conhecimento.

Para Cintra (1996), posto que a tarefa do especialista é encontrar parâmetros universais para o tratamento, a guarda e a recuperação da informação, a subjetividade foi rejeitada no campo informacional. De acordo com a pesquisadora, a subjetividade está atrelada ao processo avaliativo de um sujeito. Ela argumenta que embora seja possível controlar a subjetividade, ela jamais poderá ser eliminada. Visto que o campo informacional se relaciona de modo intrínseco com a linguagem, não é possível que se ignore o sujeito e os comprometimentos das linguagens documentárias com valores ideológicos.

A informação, para Freire e Aquino (2000), é também linguagem. Sendo assim, ela não deve ser compreendida fora de processos histórico-sociais que a constituem. Sob esse prisma, existe um sujeito que produz informação, conhecimento e sentido. A relação do sujeito com a informação produz efeitos de sentidos. A compreensão da informação como efeito de sentidos depende do lugar no qual o sujeito se situa, do lugar onde ele fala e das condições de produção.

Assim, é possível uma mudança nas estruturas fixas, nos sentidos, dado que cada sujeito se fragmenta, se dispersa. Nessa perspectiva, a construção da informação se torna relacional, porquanto depende do lugar onde os sujeitos estão posicionados, a fim de instaurá-la. A partir de reflexões sobre informação como linguagem, as autoras inserem nos estudos informacionais a noção de sujeito interativo-informacional. Nesse horizonte, o sujeito é concebido como aquele que busca, por meio de práticas sociais e históricas, interagir com a informação, contextualizando-a, a fim de construir sentidos.

Para Moura (2004), a efetivação do gesto de leitura e os sentidos pronunciados pelos leitores revelam visões de mundo, experiências pessoais diferentes. Assim, a pesquisadora entende que a leitura está no centro das ações dos profissionais da informação. Segundo seu ponto de vista, nos processos de disseminação da informação surgem leitores que não foram pensados pelos autores. Dessa forma, o grau de complexidade da interpretação é ampliado. Ainda que o autor procure cercar suas intenções, por meio de uma objetividade descritiva e informacional, o texto adquire suas próprias abrangências. Assim, os profissionais da informação são intérpretes que trabalham com várias materialidades discursivas. Eles são sujeitos sociais sensíveis às influências da cultura e da sociedade. Ademais, manipulam signos que refletem a dinâmica social. Logo, essa interação entre o leitor e o texto não ocorre sem subjetividade.

Frohmann (2007), por meio de reflexões filosóficas deleuzianas e foucaultianas, faz considerações sobre ética e redes digitais. Assim, o autor faz articulações entre efeito, localidade e ética. De acordo com o teórico, os aparelhos de poder estão implicados em operações de segmentaridade rígida que ocupa um plano que determina as formas das coisas e a formação dos sujeitos. A questão da relação entre internet e localidade está situada nas análises da globalização que tratam de assuntos sobre o destino de lugares exclusivamente locais na política, na economia e nas culturas globais. O autor lembra que as identidades dos lugares são instáveis e estabelecem outras complexidades no caminho de relações generalizáveis.

Para Frohmann (2007), diante de um discurso de configurações sociais sem precedentes, enfrentadas na era da informação, é importante pensar nas singularidades, nas multiplicidades e nas complexidades dos vários emaranhados de localidade e globalização.

Sendo assim, há afinidades entre os estudos sobre ética de Deleuze e de Foucault que permitem pensar para além das questões sobre os efeitos das tecnologias digitais. A ação ética consiste em um modo de subjetivação não eclipsado pelo impulso da vontade de verdade ao conhecimento, à transcendência e à universalidade (FROHMANN, 2007).

Segundo Frohmann (2007), Foucault, em suas discussões sobre o cuidado de si na antiguidade, chama a atenção para o papel dos documentos e da escrita. As técnicas e as práticas de leitura e escrita estavam entre as tecnologias de si. Dessa forma, eram usadas para trabalhar no estabelecimento de uma relação adequada de si mesmo. Neste ponto de vista, o papel dos documentos e da escrita, nas práticas éticas, sugere uma abertura para a reflexão ética sobre as redes digitais na medida que são máquinas de escrever. Assim, o autor, a partir dos pensamentos de Foucault e Deleuze, aponta que as questões éticas estão alicerçadas na possibilidade de liberdade.

Muitos debates sobre as questões éticas da informação têm a ver com as relações entre sujeitos. A subjetividade está no cerne da ética da informação. A ética, na perspectiva de Foucault, está direcionada à formação de modos de subjetivação de formas que resistem e escapam ao modo como os indivíduos são constituídos pelas muitas forças de dominação que investem, colonizam e anexam os mecanismos de poder que impulsionam as milhares de micropráticas da vida cotidiana (FROHMANN, 2008b).

Destarte, a ética de Foucault está orientada para as possibilidades de liberdade de como somos constituídos por meio de uma crítica às estabilizações das conexões entre os elementos dos agenciamentos e do reconhecimento de que processos de estabilização também são transformações de relações de poder (FROHMANN, 2008b).

Para Saldanha (2013), ao tratar do paradigma simbólico, a linguagem tem um papel vital, porquanto é por meio dela que se pode conhecer o real. Por meio de seus mecanismos de articulação, tecidos pelos grupos sociais, é possível estudar o sujeito numa perspectiva cultural, na qual a subjetividade impera e as estratégias de interpretação são necessárias.

Teixeira e Valentim (2017) fazem apontamentos sobre o processo de busca e recuperação de informação em ambiente organizacional. Sob esse prisma, somente o sujeito pode dar significado ao dado, ou seja, somente o sujeito nomeia o que é ou não informação. Segundo as pesquisadoras, o que é informação para uma pessoa pode não ser para outra.

Na compreensão das autoras, analisar e representar o conteúdo de um documento, objetivando a facilidade de acesso e a recuperação por um sujeito organizacional, vai além da identificação de um conjunto de palavras-chave em um texto. Desse modo, é preciso conhecer as dimensões cognitivas, emocionais e situacionais do sujeito organizacional, para realização de uma gestão da informação eficiente. Nesse sentido, ainda que a indexação seja uma das principais técnicas utilizadas, a fim de analisar e representar o conteúdo de um documento, ela não garante a efetividade da recuperação, posto que a linguagem utilizada pelo sujeito organizacional, no momento em que realiza o acesso e a busca informacional, se constitui em um fator-chave para a recuperação eficaz (TEIXEIRA; VALENTIM, 2017).

Contribuindo com o debate sobre subjetividade, Teixeira e Valentim (2017) lembram que, no ambiente Web, informações podem ser acessadas por sujeitos de diferentes nacionalidades que falam e escrevem em diferentes idiomas. Utilizam, além disso, termos e expressões diferentes para realização do acesso e busca de informação. Outro ponto levantado pelas autoras diz respeito às dúvidas, às incertezas e às ambiguidades que fazem parte do processo de acesso, busca, recuperação e uso da informação, posto que o sujeito organizacional, muitas vezes, tem dúvida do que deseja.

Martines, Oliveira e Sabbag (2019) apontam para a relação entre subjetividade e a representação da informação. Para os autores, a presença do sujeito e a própria linguagem pressupõem aspectos de subjetivação em processos representativos. Segundo essa compreensão, a subjetividade, o conceito e a representação da informação são elementos inerentes ao acesso ao conhecimento. Eles também defendem que a subjetividade é um elemento que pode afetar a regularidade e a precisão no tratamento informacional ou na recuperação de informação organizacional.

Medeiros (2019) levanta o debate sobre as micropolíticas proporcionadas pelos dispositivos de experiência na construção de sujeitos. O autor assinala para uma reconfiguração dos modos de existência, dada a penetração das tecnologias digitais no cotidiano. Além disso, chama a atenção para as alterações provocadas pelos dispositivos digitais no modo de reconhecimento e de atuação dos sujeitos.

O autor também explora as dimensões das subjetividades nas relações entre poder e informação. Os algoritmos, segundo Medeiros (2020), controlam, coletam, manipulam e distribuem os discursos, que criam subjetividades com base nos interesses de quem tem o poder de controlar a informação. De acordo com essa visão, os algoritmos definem e delineiam, no ciberespaço, as liberdades dos sujeitos. A subjetividade humana, ademais, se configura, sobretudo, a partir de características neoliberais e da atuação das redes de comunicação e de suas massas de informação.

Contribuindo com as percepções de sujeito dos autores citados acima, há ainda uma possibilidade de acréscimo com a perspectiva de Lucas (1995). A pesquisadora faz apontamentos sobre o fazer do bibliotecário enquanto leitor. Conforme o seu ponto de vista, o bibliotecário seria um intérprete de arquivos. Assim, ela busca a compreensão dos seus gestos de leitura, da forma como este leitor trabalha sobre materialidades discursivas, e do aparato teórico que oferece suporte a suas leituras e interpretações. Por esse ângulo, o olhar bibliotecário precisa dar conta de diferentes mecanismos que permeiam a relação entre diferentes formações discursivas. Sendo assim, ele não lida apenas com conteúdos. Por meio de seus catálogos e descritores, o bibliotecário procura dirigir o olhar do

leitor, inscrevendo cada texto em determinada formação. Como analista de documentos e leitor de arquivos, o bibliotecário delimita assuntos, busca palavras-chave, descritores e realiza o trabalho de intérprete dos textos que indexa.

Lucas (1998b) traz também reflexões sobre os efeitos da subjetividade no funcionamento da indexação. Para ela, o indexador atua como intérprete, dentro de condições de produção específicas e dentro de sua formação discursiva. Ademais, é sujeito com todas as implicações inerentes a isto, a saber, sua ideologia e sua subjetividade.

Assim, ele lê o texto, conclui o seu assunto e busca descritores que representem sua interpretação. O indexador, em sua procura por sentidos que representem os textos e em sua escolha por descritores que indiquem os assuntos, é um sujeito afetado pelo interdiscurso, pelo jogo de repetição e do mesmo. Um descritor é resultado de um jogo de poder da e na linguagem. Neste ponto de vista, o controle terminológico está atrelado a mecanismos de controle dos sentidos, a fim de que eles não sejam vulneráveis a interpretações diferentes daquelas previstas e legitimadas por determinada comunidade (LUCAS, 1999). Para Pêcheux (2014, p. 199), “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’.

No que tange ao sujeito, Lucas e a teoria do discurso de vertente pecheutiana contribuem com a percepção de que o sujeito indexador efetua uma leitura condicionada a uma referência institucional. Logo, o sujeito indexador inserido na Organização das Nações Unidas tem a sua leitura vinculada a esse espaço de enunciação. Destaca-se que esse sujeito está inscrito no discurso sobre direitos humanos.

No próximo capítulo, serão apresentados alguns embates teóricos envolvendo Michel Pêcheux e Michel Foucault, dois teóricos que trouxeram relevantes contribuições para a teoria do discurso a partir de perspectivas diferentes e, em seguida, envolvendo Michel Pêcheux e Jean-Claude Gardin, notável representante da linha francesa de análise documentária. Busca-se com essas

discussões teóricas contribuir com os estudos inseridos na dimensão política da organização do conhecimento.

### 3. TENSÕES NOS MOVIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Hoje, existem muitas vertentes de análise do discurso. Sendo assim, na ciência da informação e na organização do conhecimento, a análise do discurso desenvolveu particularidades. Nesse sentido, destacam-se as influências de Pêcheux e de Foucault no campo informacional

Segundo Fiorin (2020, p.22), “a retórica é, sem dúvida nenhuma, a disciplina que, na história do Ocidente, deu início aos estudos do discurso”. De acordo com Metzger (2019), a retórica, desde o início, distinguiu três noções fundamentais, a saber, *logos*, *pathos* e *ethos*. Em primeiro lugar, a retórica implica um discurso racional. Desse modo, o argumento se torna possível, por meio da lógica, para persuadir o público. Assim, *logos* designa razão e discurso (ou palavra).

A retórica, além disso, leva em consideração a relação emocional entre o público, o que é dito e o que se entende pelo termo *pathos*. A razão não é o único instrumento de retórica; o público também deve ser encantado. Por seu turno, *ethos* se refere ao locutor, suas virtudes e sua moral. O *ethos* é antes de tudo a imagem que o locutor tenta projetar de si mesmo por meio de seu discurso (METZGER, 2019).

Conforme assinalado por Metzger (2019), o discurso se constituiu como objeto científico, não só para linguistas, mas também para pesquisadores de outras disciplinas na filosofia, na história e, de forma mais geral, nas ciências humanas e sociais.

Observa-se que a organização do conhecimento tem-se constituído como um relevante campo do saber. Isso posto, neste trabalho, organizar e representar documentos é lhes atribuir sentido. Considera-se, desse modo, que conceitos presentes nas bases epistemológicas das vertentes francesas de análise do discurso podem trazer contribuições para organização do conhecimento em sua dimensão política.

A fim de refletir questões em torno dos direitos humanos e do multilinguismo na dimensão política da organização do conhecimento, buscou-se abrigo teórico e respaldo conceitual nas noções de sujeito, leitura, condições de produção, formação discursiva, memória discursiva, ideologia e arquivo da análise de discurso pecheutiana e no conceito de regime de informação, de Bernd Frohmann. É importante frisar, conforme já mencionado, que o conceito desenvolvido por Frohmann tem amparo teórico nos estudos de Foucault, autor bastante presente nos estudos da ciência da informação.

É preciso destacar também que Pêcheux e Foucault são dois teóricos que contribuíram com os estudos discursivos na França e que influenciaram a teoria do discurso no Brasil, gerando tensões epistemológicas entre as linhas francesas de análise do discurso, sobretudo no que diz respeito à leitura que esses autores fazem de Marx e ao posicionamento de cada um em relação à linguística.

Dito isso, a obra de Saussure, compilada por seus alunos, é o ponto de partida do estruturalismo em linguística (CALVET, 2002). Segundo Puech (2002), a França é um dos países europeus onde o estruturalismo linguístico encontrou dificuldades de se enraizar. Somente após a Segunda Guerra Mundial, o *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, foi valorizado no cenário francês.

Conforme salientado por Gregolin (2006a), ainda que o estruturalismo tenha se constituído como um movimento bastante diversificado, era uma espécie de projeto comum a todas as tendências uma certa relação com as formulações linguísticas saussureanas. Assim, o movimento estruturalista empreende um retorno constante a Ferdinand de Saussure.

Piovezani (2013) lembra que os proponentes das teorias linguísticas contemporâneas costumam atribuir a Saussure o mérito de ter estabelecido a positividade científica. Concomitantemente, elegem como objeto de estudo aquilo que Saussure teria excluído de sua teoria, isto é, a fala, a variação linguística, os sujeitos, a história e o sentido. Desse modo, as teorias sociolinguísticas, textuais, pragmáticas e discursivas tendem a dar ênfase naquilo que acreditam ser as exclusões e interdições produzidas de Saussure.

De acordo com Pêcheux (2020a, p.69),

toda disciplina científica se constitui excluindo de seu próprio campo aquilo que, até então, o perseguia, no exato sentido do termo. Assim, a linguística exclui de seu campo as questões do sentido, da expressão das significações contidas nos textos.

Sendo assim, segundo Piovezani e Sargentini (2020), a análise do discurso procura descrever e interpretar aspectos ligados ao sentido, mediante a articulação entre língua e história. Contribuindo com a discussão, Pacífico e Romão (2006) afirmam que os sentidos são construídos historicamente. Ademais, não estão prontos e predeterminados. Eles têm memória, enredam-se a partir de condições sociais e de uma disputa, bastante tensa, por espaços de dizer e de poder. Assim, a linguagem é um território de embates e enfrentamentos. Não existe um sentido, mas efeitos de sentido, que são plurais, construídos por gestos de leitura e de interpretação de um sujeito que ocupa determinada posição social.

Nas seções a seguir, serão apresentados aspectos relevantes da teoria de Pêcheux e de Foucault, explorando suas divergências epistemológicas e algumas de suas contribuições para a dimensão política da organização do conhecimento. Além disso, serão apresentados alguns pontos teóricos tensos que marcaram a relação entre Pêcheux e Gardin. Acentua-se que Gardin é uma referência na análise documentária de linha francesa.

### **3.1 Pêcheux: ideologia, inconsciente e língua**

Conforme Maldidier (2020), o marxismo de Althusser agitou os pensadores da ortodoxia, possibilitou uma renovação na reflexão sobre a instância ideológica e autorizou a abertura em direção à psicanálise. A linguista francesa também lembra que Pêcheux, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, inicia seus trabalhos sobre discurso por meio de um dispositivo informático.

Maldidier (2020) afirma que a análise do discurso possibilitou aos linguistas um modo de abordagem da relação entre língua e história. Além disso, permitiu que

os marxistas saíssem do discurso especulativo da filosofia da linguagem. A autora lembra que , em seu sistema conceitual, Michel Pêcheux pensa o discurso como lugar em que se estabelece a relação entre língua e história. Por conseguinte, articulando uma teoria das ideologias no quadro do materialismo histórico, o teórico francês propõe sua teoria do discurso. Segundo Pêcheux (2014, p.189), “o materialismo histórico é, em sentido próprio, a ciência experimental da história”.

Assim,

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões de Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as “práticas linguísticas” inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada (PÊCHEUX, 2014, p.22).

Conforme Pêcheux (2014, p.131), “os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução , no sentido marxista-leninista)”. Sua proposta, assim,

consiste em desembaraçar a problemática subjetivista centrada no indivíduo, fonte dos gestos e das falas, ponto de vista sobre objetos e sobre o mundo, e em compreender que o tipo de concreto com o qual lidamos e sobre o qual pensamos é precisamente o que o materialismo histórico designa pelo termo de relações sociais, que resultam de relações de classe características de uma dada formação social (por meio do modo de produção que a domina, da hierarquia das práticas das quais necessita esse modo de produção, dos aparelhos mediante os quais se realizam essas práticas, as posições que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que dependem dessa formação social) (PÊCHEUX, 2020a, p.72).

Ademais, Pêcheux (1994) fala de um espaço polêmico de modos de leitura, uma descrição do trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo consigo mesmo em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma.

Ao tratar dos aparelhos do poder que geram a memória coletiva, Pêcheux (1994) assinala que, a partir da Idade Média, começou a divisão entre os clérigos. De um lado, havia alguns autorizados a ler, a falar e a escrever: eram portadores de

uma leitura e de uma obra própria. Do outro, havia aqueles que seus gestos eram incansavelmente repetidos e envolviam cópia, transcrição, extração, classificação, indexação e codificação: constitui-se, assim, uma leitura que exige do sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega. O teórico francês aponta para o apagamento de si na prática silenciosa da leitura dedicada ao serviço de uma igreja, de um rei, de um Estado ou de uma empresa.

O desenvolvimento social de tais métodos de tratamento em massa do arquivo textual, de acordo com Pêcheux (1994), para fins estatais ou comerciais, significava torná-los facilmente comunicáveis, transmissíveis e reproduzíveis. Na primeira metade do século XX, as exigências da gestão administrativa de documentos textuais de todo o tipo fizeram a sua junção histórica com projetos científicos voltados para a construção de linguagens lógicas artificiais. Isso foi confirmado pelo desenvolvimento da informática nas décadas de 1950 a 1970.

Para o filósofo, o divórcio cultural entre o *literário* e o *científico* sobre a leitura de arquivos não é um simples acidente. Tal oposição cobre, ao disfarçá-la, uma divisão social do trabalho de leitura, inscrita em uma relação de dominação política. Assim, alguns têm o direito de produzir leituras originais, a saber, interpretações, constituindo ao mesmo tempo atos políticos; outros têm o trabalho subordinado de preparar e apoiar, pelos gestos anônimos do tratamento *literal* dos documentos, as chamadas interpretações (PÊCHEUX, 1994).

O teórico afirma que os poderes têm interesse pelas ciências do tratamento de textos. Desse modo, assinala para uma nova divisão do trabalho de leitura, uma reorganização social do trabalho intelectual, cujas consequências terão um impacto direto na relação da sociedade com a sua memória histórica (PÊCHEUX, 1994).

Ademais, faz uma alerta sobre o alargamento do domínio das línguas lógicas com referentes unívocos, inscritos em novas práticas intelectuais de massa. Segundo ele, objetiva-se livrar os discursos de suas ambiguidades por meio de uma espécie de terapêutica da linguagem que fixaria finalmente o sentido legítimo das palavras, expressões e enunciados. Trata-se de um dos sentidos políticos do empreendimento neopositivista que almeja construir logicamente, com o apoio de

certos linguistas, uma semântica capaz de regular a produção e a interpretação de declarações científicas, tecnológicas, administrativas e até mesmo declarações políticas (PÊCHEUX, 1994).

Para Pêcheux (2014, p.64),

a pretensão idealista de chegar a um universo de enunciados ‘fixos e unívocos’ que recubram o conjunto da realidade não tem mais consistência que um sonho, uma satisfação imaginária calcada no modo do ‘como se’ (fazer como se as operações designadas acima fossem definidas em qualquer parte).

É importante destacar também que, conforme o teórico, a difusão das concepções psicanalíticas, em particular lacanianas, favoreceu, pelo menos em alguns casos, o reconhecimento da materialidade da língua como constituinte do elemento incontornável do pensamento (PÊCHEUX, 1994).

Pêcheux, a partir da psicanálise, propõe uma saída, a fim de explicar as resistências (GREGOLIN, 2006a). Cumpre ressaltar que Lacan contribuiu muito com a divulgação dos trabalhos de Saussure, elaborando uma teoria do significante que não é apenas um prolongamento da teoria saussuriana da língua (PUECH, 2002). Conforme Henry (2014, p.35), “o objetivo de Lacan é renovar a psicanálise e seu sujeito é aquele do inconsciente estruturado como linguagem. A linguagem é a condição do inconsciente, aquilo que introduz para todo ser falante uma discordância com sua própria realidade”.

Consoante Pêcheux (2014, p. 124),

o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção.

Pêcheux (2014, p.150) afirma também que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação

discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”.

Convém mencionar aqui também que Pêcheux (1994) chama a atenção para a construção de procedimentos algorítmicos informatizados, traduzindo o mais fielmente possível, a pluralidade de gestos de leitura que possam ser encontrados no polêmico espaço das leituras arquivísticas.

Assim,

Os procedimentos informatizados visam antes a intervir de maneira regulada sobre o gesto espontâneo ou culto de leitura. Propondo ao olhar leitor recortes heterogêneos do texto a ler, atraindo-o a considerar os níveis opacos à ação de um sujeito (sintaxe, léxico, enunciado), uma Análise de discurso pode mudar a natureza do gesto de leitura: não mais um gesto globalizante no qual a interpretação se confunde com o reconhecimento, mas vários gestos nos quais a interpretação se efetua na tensão. Não se trata de leitura plural na qual um sujeito joga, multiplicando os pontos de vista possíveis para nela melhor reconhecer-se, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despossuído e responsável pelo sentido que ele lê ( MARANDIN; PÊCHEUX, 2020, p. 113-114).

Por meio de suas próprias estruturas, conforme Pêcheux (1990), qualquer língua está necessariamente relacionada ao *não está*, ao *não está mais*, ao *ainda não está* e ao *nunca estará* da percepção imediata. Dessa forma, na língua, está inscrita a eficácia da ideologia omni-histórica como uma tendência inevitável a representar as origens e os últimos fins, em outro lugar, o além e o invisível.

Há, para o autor francês, no espaço revolucionário, a questão da passagem de um mundo a outro. Assim, a relação com o invisível é inevitavelmente colocada ali, tanto quanto nas formas históricas da contrarrevolução. O todo constitui apenas um processo contraditório no qual se tece a relação entre linguagem e história (PÊCHEUX, 1990).

A revolução burguesa de 1789, de acordo com o teórico, marcou o processo de destruição da dominação feudal-monárquica e a tomada do poder político pela classe burguesa. Para ele, essa revolução foi uma revolução nacional, democrática, popular e também linguística. Assim, essa mudança de mundo também é profundamente marcada pelo domínio político do francês nacional. Nesse horizonte, a alfabetização, a educação e a difusão cultural da língua nacional são parte

integrante do programa político contemporâneo dos movimentos revolucionários e de libertação nacional (PÊCHEUX, 1990).

Consoante Pêcheux (1990), apreender a interpretação ideológica como ritual até o fim pressupõe reconhecer que não existe ritual sem falha, desmaio ou rachadura. Em sua perspectiva, qualquer genealogia das formas do discurso revolucionário supõe, antes de tudo, retornar aos pontos de resistência e revolta que fervilham sob a dominação ideológica.

Ainda conforme o teórico francês,

através dessas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entre em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição (PÊCHEUX, p.17, 1990).

Nesse horizonte, segundo Pêcheux (1990), aparece o porta-voz, que exerce ao falar "em nome de ..." um efeito visual, determinando essa conversão do olhar pelo fato de que o invisível do acontecimento finalmente pode ser visto. O porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele enfrenta, ao falar em nome daqueles que representa e perante o olhar deles. Assim, há uma visibilidade dupla, pois fala diante de seu próprio povo e parlamenta com o adversário.

Pêcheux (2008), em sua teoria do discurso, traz reflexões sobre o acontecimento, a estrutura e a tensão entre descrição e interpretação. Há, segundo ele, enunciados que remetem ao mesmo fato, contudo constroem significações diferentes. Existem, além disso, técnicas de gestão social dos indivíduos que envolvem marcação, identificação, classificação, comparação, ordenação, reunião, separação, instrução, vigilância e proteção.

Consoante Pêcheux (2008), o sujeito pragmático, diante das diferentes urgências da vida, tem a necessidade de homogeneidade lógica. Existe, segundo o teórico francês, uma multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis responsáveis pela gestão cotidiana da existência e das grandes decisões da vida social e afetiva.

Ele também lembra que embora o marxismo tenha vários adversários, o processo de exploração capitalista constitui uma coisa-a-saber. Assim, vale ressaltar que os detentores de capitais sabem disso, às vezes, mais do que aqueles que são explorados por eles (PÊCHEUX, 2008).

Cumprir mencionar também que, a partir da constatação da crise do marxismo, Pêcheux (2008) assinala que a descontinuidade epistemológica ligada a Marx se mostra problemática. Ele chega a fazer um apelo a fim de que se pare de proteger Marx e de que se protejam nele.

Pêcheux lembra que o estruturalismo na França, nos anos 1960, foi um movimento intelectual em torno da linguística, da antropologia, da filosofia, da política e da psicanálise. Esse movimento foi uma tentativa antipositivista que objetivava levar em conta o real, sobre o qual o pensamento se constitui no entrecruzamento da linguagem e da história (PÊCHEUX, 2008). Conforme Henry (2014, p.13), “o que interessava a Pêcheux no estruturalismo eram aspectos que supunham uma atitude não reducionista no que se refere à linguagem”.

Nesse horizonte, surgem novas práticas de leituras que buscavam multiplicar as relações entre o que é dito em determinado lugar com o que é dito em outro lugar, de outro jeito, para a compreensão da presença de não-ditos. Buscava-se, assim, nas abordagens estruturalistas, descrever arranjos textuais discursivos em sua intrincação material, suspendendo a produção de interpretações em favor de uma pura descrição (PÊCHEUX, 2008).

É preciso registrar também que, de acordo com Pêcheux (2008), uma nova base teórica, em nome de Marx, de Freud e de Saussure, politicamente heterogênea, ganhava forma e estremecia as evidências literárias do vivido e as certezas científicas do funcionalismo positivista.

Para Pêcheux (2008), o efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual que engajou a promessa de uma revolução cultural, colocando em causa os indicativos da ordem humana como biossocial. Surgem, assim, maneiras de trabalhar as materialidades discursivas, em rituais ideológicos,

em discursos filosóficos, em enunciados políticos, em formas culturais e estéticas, por meio de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido .

O autor francês, assim, propõe “uma análise científica dos processos discursivos, articulando, no materialismo histórico, o estudo das superestruturas ideológicas, a teoria psicanalítica e a pesquisa linguística” (PÊCHEUX, 2014, p.231).

Ele explica que os estudos linguísticos começaram a se deslocar da obsessão da ambiguidade, entendida como lógica do "ou...ou", a fim de abordar o próprio da língua por meio do papel do equívoco, da elipse e da falta (PÊCHEUX, 2008).

Em sua perspectiva, o objeto da linguística apresenta uma divisão discursiva entre dois espaços. São eles: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o das transformações do sentido, que escapam a qualquer norma estabelecida a priori de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indeterminado das interpretações (PÊCHEUX, 2008).

De acordo com Pêcheux (2008), todo enunciado é suscetível de se tornar outro, diferente de si mesmo, se deslocando discursivamente de seu sentido, a fim de derivar para um outro, a não ser que se exerça sobre ele a proibição da interpretação própria ao logicamente estável. Desse modo, todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, dando lugar à interpretação. Segundo o filósofo francês, é nesse espaço que está a análise do discurso.

Todo discurso, de acordo com Pêcheux (2008) é o índice potencial de uma agitação nas filiações socio-históricas de identificação, visto que ele constitui concomitantemente um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento de espaço.

É importante mencionar que a posição teórica de Pêcheux sobre leitura tem ganhado abrigo na ciência da informação. Silva (2014), por exemplo, se apoiou nos estudos pecheutianos de análise do discurso para trabalhar o conceito de leitura na organização do conhecimento. Segundo essa autora, análises conceituais e

interpretações de dados indicam que o conceito de leitura é mais amplo do que a concepção de leitura inserida nos discursos do campo informacional. A análise do discurso auxiliou a autora em sua busca pela compreensão do desenvolvimento do discurso sobre leitura na biblioteca escolar. Por conseguinte, para ilustrar as condições de produção do discurso institucional e as formações sociais que influenciaram as transformações da concepção de leitura, Silva incorporou em sua pesquisa fatos históricos da biblioteconomia e da ciência da informação.

### **3.2 Foucault: poder, saber e verdade**

Michel Foucault (1995) traz importantes contribuições para o debate sobre práticas discursivas. Durante seu percurso teórico, ele teve como objetivo criar uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano, isto é, dos diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos em nossa cultura. O sujeito é o tema central de sua pesquisa, ainda que o teórico tenha se envolvido com questões ligadas ao poder.

Destaca-se que existem importantes diferenças entre as concepções de sujeito de Michel Foucault e Michel Pêcheux. Cada teoria apresenta aspectos bem específicos. O sujeito de que trata Foucault não é o sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, de Pêcheux.

Foucault (2011) se interessa pela análise das estruturas dos diferentes discursos que são considerados como verdadeiros. A análise dessas estruturas é considerada como uma análise epistemológica pelo filósofo francês. Ele também se interessa pelo estudo das formas aletúrgicas, isto é, pelo tipo de ato pelo qual o sujeito se manifesta ao dizer a verdade. Discorre, além disso, sobre a noção de *parresía* (fala franca), a qual, para ele, é uma noção política. Cabe apontar também seu interesse pelas relações de poder no jogo entre sujeito e verdade.

Ao tratar das relações complexas entre três elementos, ou seja, os saberes, as relações de poder e os modos de constituição do sujeito, o teórico francês argumenta que esses elementos não se reduzem uns aos outros. Para ele, trata-se

de relações constitutivas uma das outras. Os saberes são estudados nas particularidades de sua veridicção. As relações de poder, por seu turno, são estudadas nos procedimentos pelos quais a conduta das pessoas é governada. Já os modos de constituição do sujeito são estudados por meio das práticas de si. Nesse sentido, há um deslocamento teórico, isto é, do tema do deslocamento para o tema da veridicção; do tema da dominação para o tema da governamentalidade; do tema do indivíduo para o tema das práticas de si. Para ele, as relações entre verdade, poder e sujeito devem ser estudadas sem reduzi-las uma às outras (FOUCAULT, 2011).

Etimologicamente, a parresía é a atividade que consiste em dizer tudo. É importante pontuar que essa palavra pode ser empregada com dois valores: um pejorativo e outro positivo. Com valor pejorativo, a parresía consiste em dizer tudo, isto é, qualquer coisa. Assim, o parresiasta é um tagarela impenitente que não sabe indexar seu discurso a um princípio de racionalidade e a um princípio de verdade. Com valor positivo, a parresía consiste em dizer, sem dissimulação, a verdade. Nessa perspectiva, a parresía é dizer tudo indexado à verdade, não ocultar nada da verdade (FOUCAULT, 2011).

De acordo com Foucault (2011), a fim de que haja parresía, com valor positivo, é preciso dizer o que pensa, ligando-se a essa verdade. Além disso, é necessário que, ao dizer a verdade, se assumam os riscos na relação que se tem com a pessoa a quem se dirige.

Assim sendo, a parresía coloca em risco a relação estabelecida entre quem diz a verdade e aquele a quem a verdade é dirigida. Além disso, coloca em risco a existência daquele que fala, caso seu interlocutor tenha um poder sobre quem fala e não consiga suportar a verdade dita. A parresía, assim, é a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco e também no interlocutor que recebe como verdadeira a verdade ferina que ouve (FOUCAULT, 2011).

Desde a cultura grega, o sujeito que diz a verdade assume quatro formas possíveis: profeta, sábio, técnico ou parresiasta. Essas modalidades se combinam

nas mais diferentes culturas e sociedades, em diferentes modos de discursividades, em diferentes regimes de verdade (FOUCAULT, 2011).

O profeta é alguém que diz a verdade, mas não fala em seu nome. Desse modo, sua boca serve de intermediária para uma voz. O profeta endereça aos homens um discurso que vem de um outro lugar. O dizer-a-verdade profético esclarece o que está escondido, aos homens, mas, ao mesmo tempo, se apresenta enigmático. Sendo assim, salienta-se também que a profecia não se apresenta de modo claro (FOUCAULT, 2011).

O sábio, por sua vez, fala em seu próprio nome. Ele é sábio em e para si mesmo, sem a necessidade de falar. Ele não é obrigado a ensinar e a compartilhar sua sabedoria. Ele é estruturalmente silencioso. Quando fala, o faz por solicitação de alguém ou por um motivo de urgência da cidade. O dizer-a-verdade da sabedoria permite ao sábio falar do ser do mundo e das coisas (FOUCAULT, 2011).

Já o técnico detém um saber que aprendeu e que, além disso, é capaz de ensiná-lo aos outros. Ele tem o dever da palavra e precisa dizer o saber que possui e sua verdade. O próprio técnico precisou de alguém para lhe ensinar, isto é, teve um mestre. Assim, a fim de que seu saber não morra depois dele, precisará transmiti-lo. Quem ensina estabelece um vínculo com aqueles que o escutam. No dizer-a-verdade da técnica, o ensino garante a sobrevivência do saber. Por conseguinte, o dizer-a-verdade do técnico e do professor traz união e vínculo (FOUCAULT, 2011).

O parresiasta, por seu turno, fala em seu próprio nome e não se mantém em seu próprio silêncio. Assume, além disso, o risco de entrar em conflito com os outros. Ao dizer a verdade, ele pode expor a própria vida. Na palavra do parresiasta e no jogo da parresía, o éthos tem sua veridicção. O parresiasta coloca em jogo o discurso verdadeiro do que os gregos denominam de éthos. Éthos é a maneira de fazer, de ser e de se comportar das pessoas (FOUCAULT, 2011, p.24-31).

Segundo Foucault (2011), profecia, sabedoria, ensino e parresía são quatro modos de veridicção e devem ser considerados modos fundamentais do dizer-a-verdade. Esses modos implicam personagens diferentes, requerem modos

de palavra diferentes e se referem a domínios diferentes, a saber, destino, ser, tékhne e éthos. Assim, são fundamentais para a análise do discurso.

A parresía, na democracia, é perigosa para a cidade, posto que a liberdade de tomar a palavra é dada a todos. Nessa liberdade parresiática, discursos verdadeiros e falsos, opiniões úteis e nocivas se justapõem, se entrelaçam no jogo democrático. Ademais, a parresía democrática é perigosa para o indivíduo que busca exercê-la, pois, ao fazer uso dela, corre o risco de sua coragem não ser apreciada (FOUCAULT, 2011).

A ausência, segundo Foucault (2011), de um lugar para o éthos na democracia faz com que a verdade não tenha lugar nela e não seja ouvida. Ao tratar do deslocamento da parresía do horizonte institucional da democracia para o horizonte da prática individual da formação do éthos, o autor apresenta três polos: o polo da alétheia e do dizer a verdade; o polo da politeia e do governo; o polo do éthos e da formação do sujeito. Assim, há condições e formas do dizer-a-verdade; estruturas e regras da politeia, ou seja, da organização das relações de poder; por último, modalidade de formação do éthos, no qual o indivíduo se constitui como sujeito moral da sua conduta.

Quem quiser dizer a verdade no regime democrático corre o risco efetivo de morrer. O teórico também lembra que caso alguém queira desempenhar o papel daquele que fala a verdade e acorda os outros, é preciso que seja livre de qualquer vínculo (FOUCAULT, 2011).

O discurso, segundo Araújo (2001) em *Foucault e a crítica do sujeito*, é o que cada período disse ou articulou significativamente, um certo acontecimento do dizer no âmbito do saber, típico do pensamento de um período, sem ser ideologia ou proposição científica. A pesquisadora lembra que Foucault chama de epistemes as disposições ou configurações do saber. Existe poder no discurso, porquanto todo saber é poderoso e todo poder vem imbuído de saber.

A análise arqueológica tem o saber de uma época como seu objeto. Os enunciados formam as práticas discursivas, que formam, por sua vez, as epistemes, que formam o saber de uma época. No enunciado, o lugar do sujeito é vazio.

Ademais, pode ser ocupado por diferentes sujeitos, de acordo com a ordem e o saber do qual emanam. O enunciado é definido como unidade do discurso (ARAÚJO, 2001).

Existe sempre alguém com direito de falar sobre alguma coisa. Tal direito é regulamentado, adquirido ou advindo de alguma tradição. Nos enunciados, existe um lugar vazio. Assim, diferentes sujeitos podem ter o direito de entrar e falar sobre determinados objetos (ARAÚJO, 2001).

O discurso não é neutro. É sabido também que nem tudo pode ser dito por todos. Assim, o discurso se torna alvo de disputa e de luta. No método arqueológico, é possível localizar as ordens de saber na formação discursiva. Por sua vez, no método genealógico, pode-se descrever e criticar o percurso das transformações discursivas. Cumpre lembrar que, no enfoque genealógico da década de 70, as noções de repressão e ideologia foram dispensadas (ARAÚJO, 2001).

Consoante Araújo (2001), Foucault parte da noção de que toda sociedade dispõe de meios para controlar a produção discursiva devido seus efeitos. Há procedimentos de exclusão e interdição. Dessa forma, não se pode falar sobre qualquer coisa, em qualquer lugar, para qualquer pessoa. Existem espaços na sociedade, onde o objeto, as circunstâncias e o direito de falar dos discursos são regulados.

Aqui é preciso apontar algumas possibilidades de interações teóricas entre os trabalhos de Foucault e a dimensão política da organização do conhecimento. Para isso, recorre-se a Reis (2012), pesquisadora da ciência da informação e da organização do conhecimento que trabalha com folksonomia, uma prática social e colaborativa de organização do conhecimento encontrado na Internet e uma garantia da linguagem utilizada por sujeitos em suas buscas por informações. Por meio dessa prática, os sujeitos escolhem e manipulam as formas lexicais, conforme o contexto de uso da linguagem e a significação que o sujeito atribui ao sentido a ser representado. Reis argumenta que o gesto classificatório não é neutro, pois envolve muitos processos valorativos de compreensão. Segundo essa visão, existe no controle terminológico uma inclinação para fechar espaços para interpretação.

Destaca-se também que a tecnologia do poder disciplinar, associada a nova forma de poder, registra e guarda informações. Rastreia, além disso, o comportamento dos indivíduos. Dessa forma, ainda que a folksonomia favoreça a criatividade dos sujeitos ao classificar conteúdo, não se encontra livre das forças de poder coercitivas. Nesse horizonte, o poder adquire novas configurações.

Nos dizeres de Foucault (2008,p.50),

não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade.

Retomando Araújo (2001), na sociedade disciplinar, ocorre a fabricação de indivíduos dóceis e úteis. Há aparelhos, na sociedade, que regulam os corpos, a fim de controlar as almas. A pesquisadora assinala que a sociedade disciplinar corresponde à utopia de todo governante que deseja ter cada indivíduo sob controle. Para isso, utiliza a vigilância, a norma e o exame.

A autora também argumenta que Foucault não ignora os grandes aparelhos e as lutas políticas. Assim sendo, se há dominação e exploração de classe, o grande responsável pela disseminação de seus efeitos no corpo social são as tecnologias disciplinares inseridas nas relações sociais (ARAÚJO, 2001).

O Estado cria políticas sobre a reprodução e a saúde pública. Administra, além disso, o sexo. Assim, emerge o biopoder, isto é, o poder sobre a vida. O mecanismo mais eficaz de controlar o direito à vida é o controle da sexualidade. Técnicas de poder/saber aumentam o poder do Estado e do capital que adentram facilmente nas relações sociais (ARAÚJO, 2001).

Existem enunciados, numa prática discursiva, sobre determinados objetos. Um indivíduo pode ocupar a posição vazia de sujeitos desses enunciados, pelos quais os conceitos mudam e se ajustam, formando o discurso. O discurso não faz uma tradução do que se passa nas consciências. Ele não se refere a um sujeito livre e universal, tampouco a um sujeito submisso a uma causalidade ou lei explicativa da história (ARAÚJO, 2001).

No âmbito dos enunciados discursivos, o lugar do sujeito é vazio. Quem preencher determinadas condições, tais como normas institucionais e jurídicas, ou ser capacitado para função poderá ocupar esse lugar. O sujeito não é o dono do discurso (ARAÚJO, 2001).

Segundo Araújo (2001), no marxismo, o sujeito é constituinte, senhor soberano da história, feita para que o sujeito alcance sua plenitude. Foucault, por sua vez, assinala que o sujeito de conhecimento tem uma história e que a verdade, produzida por ele, também tem uma história. O discurso não é apenas o conjunto de regras linguísticas. Ele faz parte de um jogo e, além disso, é objeto de polêmicas.

Araújo (2001) argumenta que, para Foucault, influenciado pelo pensamento de Nietzsche, a história não liberta o homem, mas sim revela tudo que o condiciona. A partir de Nietzsche, o filósofo francês mostra que o sujeito é historicamente formado ao lado de certos saberes que produzem verdade. Dessa forma, embora as abordagens de Foucault não impeçam discussões em torno da dominação político-econômica, o filósofo se afasta da perspectiva marxista, na qual o sujeito sofre influências ideológicas e necessita se livrar delas, a fim de assumir sua condição plena diante da história.

Assim, de acordo com Araújo (2001), Foucault, em sua análise, não privilegia Marx e Freud, mas sim Nietzsche. Cada momento histórico dita regras criadas por homens que acabam por constituir os sujeitos. Para se constituir como sujeito, o indivíduo passa por mecanismos de poder de uma vontade de verdade que o atravessa.

Nas sociedades modernas, o corpo útil, produtivo e submisso é parte fundamental. Há na sociedade mecanismos sutis de poder que não deixam o indivíduo escapar do poder que controla, vigia e normaliza. Não existe sociedade sem mecanismos de poder e não existe poder sustentado sem produção de verdade (ARAÚJO, 2001).

Segundo a autora, as tecnologias de saber/poder produzem indivíduos e grupos governáveis, contudo também produzem focos de resistência que permitem transformações. Ela também lembra que, na perspectiva foucaultiana, a noção de

revolução se torna ingênua, pois não é possível se libertar do poder, ainda que seja possível resistir por meio de lutas locais. O poder se exerce em mecanismos múltiplos. Mesmo que não possa ser elidido, seus efeitos podem ser revelados (ARAÚJO, 2001).

É necessário que o Estado elabore políticas que tenham como consequência o prolongamento e o controle da vida, pois sem isso não há como se sustentar. O Estado, por meio de um poder controlador, adentra a vida das pessoas, que se animalizam, utilizando técnicas políticas sofisticadas. Ele pode proteger a vida, entretanto, também pode destruí-la (ARAÚJO, 2001).

Na perspectiva de Foucault, a verdade está sempre ligada a algum poder. O filósofo francês, conforme Araújo (2001), assinala para o modo como os discursos carregam e distribuem relações de poder e saber. Quando houver abusos e violências no uso de mecanismos de saber e poder, é necessário que exista denúncia, resistência e propostas de novos modos de subjetivação.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a teoria de Foucault trouxe relevantes contribuições para a bibliometria (um subcampo da ciência da informação), sobretudo no que diz respeito à análise e à interpretação de dados. Para Alvarenga (1996), pesquisadora do campo informacional, há um objeto comum entre a perspectiva discursiva foucaultiana e a ciência da informação: os discursos formadores de um campo de conhecimento. Essa autora assinala que há relações de poder até mesmo nas citações. Acentua-se que a análise de citações faz parte do instrumental metodológico da bibliometria, a saber, uma das formas de deduzir o impacto das produções científicas nas comunidades acadêmicas.

Foucault (2006) não busca encontrar, por trás do discurso, alguma coisa que seria o poder e sua fonte. O tipo de análise praticado pelo filósofo não trata do problema do sujeito falante. Ele examina os diferentes modos pelos quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado e para o qual o poder funciona. Assim, cabe enfatizar que, em sua teoria, o poder não é a fonte e a origem do discurso. O poder é algo que opera

por meio do discurso. Nessa perspectiva, o discurso é um elemento de um dispositivo estratégico de relações de poder.

Foucault (2006) argumenta que o poder não é o sentido do discurso. Para ele, discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder. Ele considera o discurso como uma série de acontecimentos através dos quais o poder é vinculado e orientado.

É crucial registrar que o programa de Foucault não se fundamenta nos métodos da linguística. Ele chega a dizer que a noção de estrutura não tem nenhum sentido para ele. Segundo seus dizeres, seu interesse está no fato de alguém ter dito alguma coisa em um dado momento. Ele, ademais, não busca evidenciar o sentido (FOUCAULT, 2006).

Ao considerar o discurso como uma série de acontecimentos, Foucault (2006) busca estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos discursivos mantêm com acontecimentos pertencentes ao sistema econômico, ao campo político ou às instituições. Assim, o autor se situa em uma dimensão da história.

De acordo com Foucault (2006), o termo arqueologia remete ao tipo de pesquisa que busca extrair acontecimentos discursivos como se eles estivessem registrados em um arquivo. Ele procura descobrir por que e como se estabelecem relações entre os acontecimentos discursivos. Observa, ademais, o modo como diferentes mecanismos de poder funcionam em nossa sociedade.

As relações de poder, segundo o teórico francês, não necessitam de construções piramidais. Ele também ressalta que há múltiplas relações entre a tecnologia do poder e o desenvolvimento das forças produtivas. Em sua visão, o poder político não consiste apenas nas grandes formas institucionais do Estado. O poder não opera em um único lugar, mas em múltiplos lugares (FOUCAULT, 2006).

É sabido que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância. Para o filósofo francês, discurso não é apenas aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual se quer apoderar. É importante mencionar, além disso, que ele aponta para o autor como princípio de

agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência (FOUCAULT, 1999).

Ademais, Foucault (1999) chama a atenção para uma polícia discursiva que é reativada em cada discurso. De acordo com o teórico, ninguém entrará na ordem do discurso, caso não atenda a certos requisitos. As regiões do discurso não são igualmente acessíveis. Algumas são altamente proibidas, enquanto outras parecem abertas a todos os ventos à disposição dos sujeitos que falam.

Consoante Foucault (1999), os discursos precisam ser tratados como práticas descontínuas, as quais, às vezes, se cruzam, mas também se ignoram ou se excluem. É importante salientar, além disso, que, para ele, o acontecimento não é nem substância, nem acidente, nem qualidade, nem processo. O acontecimento não é da ordem dos corpos, todavia não é imaterial. Ele se efetiva sempre no âmbito da materialidade.

Essa materialidade, na perspectiva de Foucault, é da história. Já para Pêcheux, a materialidade está atrelada à inunção da história na língua. Foucault trabalha com a história e com a vida social; Pêcheux, com a luta de classes inscrita na língua.

Mansano (2009) aponta que Foucault, em sua investigação histórica de como são compostas as maneiras de existir do sujeito, resgata os gregos e suas práticas de cuidado de si. O teórico passa, além disso, pela descrição e análise da sociedade disciplinar, com atenção para emergência do Estado e de suas intervenções biopolíticas sobre o corpo do indivíduo e da população. Tais investigações conduziram-no a uma compreensão de como os modos de subjetivação são constituídos e disseminados.

Segundo Mansano (2009), para Foucault, a escolha estética e política, por meio da qual se acolhe um certo tipo de existência, é um modo de subjetivação possível. Sendo assim, é possível que os modos de subjetivação tomem as mais variadas configurações que cooperam para produzir formas de vida e formas de organização social distintas e mutantes.

Para a doutora em psicologia, Foucault resgata dimensão histórica que atravessa os modos de subjetivação e descarta as pretensões de universalidade. A pesquisadora também lembra que os modos de subjetivação, no decorrer da história, sofrem várias transformações (MANSANO, 2009).

Na sequência, serão apresentados alguns momentos de tensão epistemológica entre Michel Pêcheux e Michel Foucault.

### **3.3 Pêcheux e Foucault: embates e contribuições teóricas**

Compreende-se neste trabalho que tanto os trabalhos de Pêcheux como os de Foucault podem oferecer relevantes contribuições teóricas à organização do conhecimento em sua esfera política, ainda que existam divergências entre esses dois autores.

Pêcheux e Foucault participaram intensamente dos conflitos políticos na França entre 1960 e 1980. É crucial registrar que os marxistas althusserianos, incluindo Pêcheux, fizeram duras críticas aos trabalhos de Michel Foucault. No entanto, ainda que, entre 1969 e 1975, os trabalhos de Pêcheux, fortemente embasados nas teses de Althusser, estabeleçam uma relação cheia de conflitos com as produções foucaultianas, por volta de 1976, Pêcheux remodela sua teoria e se aproxima de Foucault (GREGOLIN, 2003; 2006b).

O modo de produção da vida material, de acordo com as teses do marxismo, domina o desenvolvimento dos aspectos sociais, políticos e intelectuais de uma sociedade. Assim, a partir dessa base econômica, nascem as classes sociais que estão em uma relação de dominância e de dominação (GREGOLIN, 2003).

Segundo Gregolin (2003), Althusser vê a ideologia como o modo pelo qual as pessoas vivem as relações com suas condições materiais de existência. Pêcheux, a partir da teoria de Althusser, criou o conceito de condições de produção do discurso por meio das relações entre língua e ideologia.

Gregolin (2006a; 2006b; 2008) defende que a teoria de Foucault foi fundamental para construção da análise do discurso de Pêcheux. É crucial registrar que, mesmo nas primeiras formulações da análise do discurso pecheutiana, há ideias oriundas da Arqueologia do Saber, de Foucault, como o conceito de formação discursiva.

Segundo Foucault (2008, p.43),

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade".

Para Gregolin (2006a; 2006b; 2008), Pêcheux reinterpreta, a partir da noção de heterogeneidade da ideologia, o conceito foucaultiano de formação discursiva. Ressalta-se que, ao deslocar esse conceito, Pêcheux fortalece os aspectos linguísticos e o insere nas teses althusserianas. Dessa forma, as principais críticas de Pêcheux a Foucault são em relação à linguística e ao marxismo. Para Pêcheux, Foucault promove a elisão da língua. Foucault, além disso, discorda das teses centrais de Althusser, a saber, aparelhos ideológicos, centralidade do poder de Estado, interpelação ideológica e luta de classes. Assim sendo, o grupo pecheutiano acusa Foucault de praticar um marxismo paralelo. De acordo com Pêcheux (2014, p.82), “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”.

Nos dizeres de Pêcheux (2020a, p.73),

as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um pronunciamento, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.), a partir de uma dada posição numa dada conjuntura: o ponto essencial aqui é que não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também e sobretudo das construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que essas construções determinam a significação que as palavras terão.

Ainda segundo o filósofo,

certas análises de Michel Foucault fornecem a possibilidade de retificar a distinção althusseriana entre interpelação ideológica e violência repressiva, colocando a mostra o processo de individualização-normatização no qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam os corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados (PÊCHEUX, 2014, p.279).

De acordo com Pêcheux (2014, p.279), “Foucault traz uma contribuição importante para as lutas revolucionárias de nosso tempo, mas, simultaneamente, ele a torna obscura, ficando imprevisíveis os pontos de resistência e a base da revolta de classe”.

Para Gregolin (2006a; 2006b; 2008), Foucault, em sua genealogia do poder, mostrou que categorias como *classe*, *ideologia* e *aparelhos de Estado* precisam ser repensadas por meio de uma microfísica do poder. Nesse sentido, o poder não é unitário e global. Pelo contrário, ele se constitui de modo heterogêneo. Assim, há um deslocamento em relação à noção de aparelhos ideológicos de Estado. Para Foucault, não há uma relação direta entre poder e Estado; não há as ideias de ideologia e de luta de classes. Ele, a partir da perspectiva de uma microfísica, pensa uma analítica do poder.

Sendo assim, posto que o poder não tem um centro e a sua tomada pela classe dominada e a modificação dos aparelhos de Estado não são capazes de transformar ou fazer desaparecer a rede de poderes que impera em uma sociedade por meio da *revolução*, Foucault foi tratado pelos althusserianos como um reformista (GREGOLIN, 2006b).

De acordo com Gregolin (2006a; 2006b), Foucault não nega a existência de um poder de Estado. Ele procura mostrar que existem outros poderes, além daquele do Estado, com naturezas e mecanismos distintos. Para Foucault, os micropoderes estão em toda estrutura social. Concomitantemente, a resistência não tem um ponto fixo. É importante lembrar também que Foucault não relaciona o saber e o poder diretamente com a economia como fazem os teóricos do marxismo clássico. Ele mobiliza a noção de luta pelo poder, mas evita o termo ideologia. Além do mais,

cabe frisar que Foucault não vê os indivíduos como autômatos que de modo passivo aceitam todas as determinações do poder.

Nessa perspectiva, todo saber é político, pois tem sua gênese nas relações de poder. O poder busca controlar e potencializar a produtividade dos corpos. A fim de conseguir esse controle, sociedades disciplinares são criadas por meio da organização de espaços e do controle do tempo (GREGOLIN, 2006b).

Uma das teses centrais da genealogia, segundo Machado (1992), é o poder como produtor de individualidade. Assim, o indivíduo é uma produção do poder e do saber. Não há, conforme sua perspectiva, em Foucault, uma teoria geral do poder. Sendo assim, suas análises não consideram o poder como uma realidade com uma natureza, uma essência que ele definiria por suas características universais. Não há algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares e heterogêneas em transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa. Ele é uma prática social constituída historicamente.

Foucault, segundo Machado (1992), aponta para a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado. Tais formas estão articuladas a ele de diversos modos e são indispensáveis para sua sustentação e atuação eficaz. Os poderes se exercem em diferentes níveis e em pontos diferentes da rede social. Cabe ressaltar também que, neste complexo, os micropoderes estão integrados ou não ao Estado.

No que tange ao aparelho de Estado, Machado (1992) explica que ele é um instrumento específico de um sistema de poderes que não está unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e o complementa. O autor também salienta que nem o controle nem a destruição do aparelho de Estado bastam para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características elementares, a rede de poderes que impera em uma sociedade.

É crucial lembrar, consoante Machado (1992), que não se trata de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em sociedade. O que Foucault pretendia era se opor à noção de que o Estado seria o órgão central e único de poder e de que a rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado.

Na genealogia do poder, de acordo com Machado, Foucault explica o aparecimento dos saberes sobre o homem como peças de relações de poder. Para o pesquisador brasileiro, Foucault, em sua abordagem histórico-filosófica, ao dar importância aos micropoderes, rejeita a identificação entre poder e Estado. Ele caracteriza o poder como repressivo, destruidor, disciplinar, produtivo e normalizador. O filósofo francês analisa o saber como peça de um dispositivo político. Defende, além disso, as resistências como um modo de recusar a dominação burguesa (MISSE, 2017).

Ainda segundo Machado, o vínculo do filósofo francês com a política era profundo. Denunciava as injustiças e as violências dos poderes estabelecidos em lutas contra os oprimidos. O autor conta que, sob influência de Althusser, Foucault ingressou no Partido Comunista da França, permanecendo de 1950 a 1953. Sua sensibilidade política revolucionária se aguçou a partir de 1968, na Tunísia, onde participou de um movimento estudantil marxista, apoiando greves (MISSE, 2017).

Sendo assim, Machado explica que, ainda que teça críticas ao marxismo acadêmico devido a uma concepção jurídica do poder e à ênfase dada ao aparelho de Estado, Foucault defende sua própria concepção tecnológica do poder a partir de *O capital* (MISSE, 2017).

Souza e Garcia (2007), em uma discussão sobre a possibilidade de diálogo entre o pensamento foucaultiano e o marxismo althusseriano, salientam que há várias formas de se pensar o marxismo e de analisar os meios de produção capitalistas. Conforme assinalado pelos autores, Althusser foi professor de Foucault. Sendo assim, determinados aspectos da obra de Foucault foram influenciados por Althusser.

Não há, em Foucault, a noção de uma estrutura binária de poder marcada por uma relação entre classe dominante e classe dominada, visto que, para ele, todas as classes sociais são submetidas às relações de poder e sofrem seus efeitos. Cabe ressaltar que embora o filósofo francês não defenda a existência de uma relação dual de poder, ele salienta a existência de uma luta constante entre poder e

resistência. O filósofo francês problematiza a noção de que todas as relações de poder têm como origem o econômico (SOUZA; GARCIA, 2007).

Foucault e Althusser, cada um a seu modo, colocam em questão e em análise as instituições sociais. É importante enfatizar que as instituições sociais não se limitam a empresas, a escolas e a órgãos de um determinado governo. Dessa forma, crenças e práticas sociais também são entendidas como instituições. Althusser e Foucault, ademais, entendem o homem como sujeito historicamente constituído (SOUZA; GARCIA, 2007).

É preciso que fique claro que, para Foucault, essa constituição é puramente histórica. Para Althusser, por seu turno, trata-se de uma constituição pela via da interpelação ideológica.

Segundo Souza e Garcia (2007), no pensamento de Althusser, todo aparelho é de Estado, mesmo que seja privado. Desse modo, não há diferença entre público e privado em sua teoria, posto que tudo representa e reproduz o interesse de uma classe dominante.

No que tange à ideologia, Althusser e Foucault não a tratam como uma falsa consciência ou alienação. Para eles, a ideologia não deve buscar a libertação dos homens de ideias errôneas. Isso posto, não existe uma impossibilidade de relação entre o marxismo althusseriano e o pensamento foucaultiano (SOUZA; GARCIA, 2007).

Convém assinalar aqui que Althusser (2005) aponta para a existência de uma tradição materialista ignorada, quase completamente, na história da filosofia, a saber, o materialismo da chuva, do desvio, do encontro, da pega. Para ele, o materialismo do encontro escapa aos critérios clássicos de qualquer materialismo.

Ao mobilizar o conceito de modo de produção, Althusser (2005) salienta sua importância, a fim de pensar qualquer formação social e também para periodizar a história. O filósofo frisa que para Marx o modo de produção capitalista surgiu do encontro entre o homem com dinheiro e o proletário desprovido de tudo, à exceção de sua força de trabalho.

Althusser (2005), retomando Marx, reforça que modo de produção é a combinação particular entre elementos, isto é, acumulação financeira, acumulação dos meios técnicos de produção, acumulação da matéria-prima da produção e a acumulação dos produtores.

Para Zoppi-Fontana (2014b), a vertente pecheutiana de análise do discurso, por meio de uma leitura althusseriana de Marx, se inscreve explicitamente no materialismo histórico. Conforme assinalado pela autora, Pêcheux pensou o sujeito ideológico na materialidade específica da língua, ocupando um lugar totalmente original nesse espaço teórico. Assim, a pesquisadora chama a atenção para a compreensão do conceito de acontecimento e sua aproximação com o conceito de materialismo de encontro de Althusser.

Almeida (2017) faz considerações acerca do novo rearranjo dos modos de produção que condicionam o processo da ideologia. Assim, a discussão sobre ideologia em Althusser parte do pressuposto básico do materialismo histórico, a saber, a sociedade existe porque consome, e só existe consumo onde há produção.

Para Althusser, a concepção de ideologia tem um caráter material, uma materialidade que se encarna nos processos que ocorrem em instituições que compõem o aparato dos aparelhos ideológicos de Estado. Cabe salientar, ademais, o caráter interpelativo, e por essa razão constitutivo, da ideologia na construção dos indivíduos concretos como sujeitos (ALMEIDA, 2017).

De acordo com Almeida (2017), as noções de *império* e *multidão* apontam para uma reconfiguração do Estado no contexto da globalização e da manifestação do poder em rede. Assim, império, na perspectiva de Hardt e Negri, é um tipo de poder que não se instaura a partir de um centro territorial. Trata-se de um aparato de poder descentralizado. A soberania do Estado-nação, nesse horizonte, deu lugar ao poder compartilhado do Estado em rede. A multidão, composta por singularidades, é um sujeito social que não pode ser reduzido à uniformidade.

Ainda segundo Almeida (2017), a percepção da materialidade da produção da ideologia e seu caráter interpelativo e constitutivo dos sujeitos se apresentam como

uma chave importante na contemporaneidade para a compreensão dos processos socioculturais.

Para Negri (2004), o conceito de povo é sempre representado como uma unidade. Segundo o filósofo italiano, povo constitui um corpo social. Consoante sua perspectiva, Althusser não está interessado apenas na intempestividade e na descontinuidade da potência social, ou na microfísica e na difusão rizomática das resistências, o filósofo busca revelar esta multiplicidade como signo de uma multidão de trajetórias ontológicas, de subjetividades baseadas na estabilidade de uma tendência comunista.

Negri (2014) assinala que a ideologia estendeu seu domínio sobre todo o real, que se confunde em grande parte com a ideologia. Caso os AIE tenham engendrado o poder, singularizando-o mecanicamente por meio de várias instituições, hoje, esse poder está integrado em todo o processo social. O mundo está subsumido ao capital. Althusser, sem aprofundar muito, segue nesse quesito o pensamento de seu aluno e amigo Michel Foucault.

De acordo com o filósofo italiano, para Foucault, todavia, essa ampliação pós-moderna do poder dos AIE - essa subsequente sobredeterminação da dominação que sua unificação provoca - não acontece sem resistência; resistência do corpo, resistência dos corpos (NEGRI, 2014).

A produção de subjetividade, de acordo com Negri (2004), ainda que seja produzida e determinada pelo poder, possibilita a abertura de resistências por meio de dispositivos irresistíveis. As lutas determinam e constituem o ser. Para o filósofo italiano, a teoria de Foucault se apresenta como a análise de um sistema regional de instituições de lutas que estão abertas a horizontes unilaterais. O teórico também lembra que embora Foucault negue a totalização do poder, não recusa a possibilidade de sujeitos insubmissos multiplicarem os focos de luta e de produção do ser.

De acordo com Althusser (1980b), a luta de classes é o elo decisivo na prática política do movimento operário e também na teoria, na ciência e na filosofia marxista. Na interpretação althusseriana, a luta de classes e a existência das classes são uma e a mesma coisa. Segundo o filósofo argelino, Marx queria mostrar

que as condições da produção, da circulação e da distribuição capitalista estão dominadas e penetradas pela existência das classes sociais e da luta de classes. Sendo assim, a existência das classes se encontra inscrita nas relações de produção. A luta de classes, conforme sua perspectiva, está materialmente enraizada na própria produção.

Conforme assinalado por Gregolin (2006a), existe uma forte relação teórica e afetiva entre Foucault e Althusser. A pesquisadora lembra que Foucault foi um dos poucos intelectuais a visitar Althusser na clínica onde ficou internado até sua morte. Cabe frisar que Althusser foi responsável pela formação de Foucault e impulsionou o princípio de sua carreira .

A autora também lembra que o pensamento de Althusser oferece à obra de Pêcheux sustentação filosófica e política. Além disso, ela afirma que embora Pêcheux e Foucault tenham projetos epistemológicos distintos, encontram-se em vários pontos (GREGOLIN, 2006a).

Segundo a pesquisadora brasileira, Pêcheux dialoga com a linguística por meio de uma relação tensa com Saussure, Marx e Freud. Foucault, por sua vez, apresenta uma relação tensa com Nietzsche, Freud e Marx. Sendo assim, a relação de Pêcheux é muito mais forte com a linguística e a de Foucault com as problemáticas da história e da filosofia (GREGOLIN, 2006a).

Consoante Gregolin (2004), ao retomar da filosofia de Nietzsche os conceitos de genealogia e de interpretação, Michel Foucault questiona os estudos históricos do Iluminismo e desenvolve a noção de história como diagnóstico do presente. A história, na visão de Nietzsche, é uma interpretação imposta de modo violento. Ela é construída por jogos enunciativos. A materialidade, por seu turno, é constitutiva do enunciado, que necessita de uma substância, um suporte, um lugar e uma data.

Em sua obra, a partir de Nietzsche e das teses da Nova História (vertente historiográfica ligada ao movimento de renovação dos estudos históricos conhecido como Escola dos Annales), Foucault estabelece uma relação crítica e profunda com a história. Ele propõe, ao retomar a filosofia nietzschiana, uma história genealógica que traz problematizações sobre o passado para desvelar suas camadas arqueológicas, possibilitando uma crítica aguda ao presente (GREGOLIN, 2006a).

Cabe mencionar também que a Nova História tem como princípio a problematização do documento. Assim, nessa perspectiva, existe uma ampliação do campo do documento histórico, o qual se torna reconhecido em uma multiplicidade de documentos como escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas e documentos orais. Os documentos, ademais, são transformados em monumentos (GREGOLIN, 2006a).

Nessa perspectiva, conforme assinalado por Le Goff (1990, p.545), historiador francês e membro da Escola dos Annales,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Alves (2020) lembra que a concepção de documento, problematizada pela Escola dos Annales e estabelecida por Foucault, tem impacto na teoria do discurso. O termo arquivo de Foucault é tomado pelo grupo de Pêcheux nos anos 1980.

Segundo Foucault (2008, p.8),

a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.

De acordo com Gregolin (2004, 2006a), no método arqueológico, práticas discursivas são descritas. É possível, além disso, analisar as redes de relações entre o discurso e outros domínios, entre eles, instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos. A professora brasileira argumenta que, para Foucault, no momento que se consegue enxergar analiticamente, na dispersão de enunciados, regularidades de acontecimentos discursivos, encontra-se a positividade. A positividade revela como os enunciados falam a mesma coisa, colocando-se no mesmo campo de batalha. Para Foucault (2008, p.36), “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto

quando se referem a um único e mesmo objeto”.

Consoante Gregolin (2006a), em Foucault, o sujeito do enunciado não deve ser reduzido a elementos gramaticais, porquanto ele é historicamente determinado. Assim, ele não é o mesmo de um enunciado a outro. Além do mais, diferentes sujeitos podem exercer a função enunciativa. Ela também aponta que, construída por jogos enunciativos e batalhas discursivas, a história tem uma materialidade que se expressa na existência material dos enunciados.

Todo enunciado é apresentado em uma espessura material que o constitui. Nos dizeres de Foucault (2008,p.113),

O enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer. Além disso, o enunciado tem necessidade dessa materialidade; mas ela não lhe é dada em suplemento, uma vez bem estabelecidas todas as suas determinações: em parte, ela o constitui.

A materialidade é constitutiva do enunciado que precisa de uma substância, um suporte, um lugar, uma data, conforme já mencionado. Foucault ensina que há enunciados que passarão sem deixar vestígios e outros que entrarão na memória dos homens (GREGOLIN, 2006a; PIOVEZANI, 2013). Assim, consoante Henry (2014, p.35) “ser sujeito para Foucault é ocupar uma posição enquanto enunciadador”.

Ao propor a materialidade do enunciado, Foucault está pensando que existe nele uma substância de expressão e um suporte, o que, de acordo com Gregolin (2006a), envolve o linguístico. Cabe enfatizar que o conceito de enunciado não se limita ao enunciado verbal, posto que não está necessariamente submetido a uma estrutura linguística canônica. A autora explica que Foucault, diferentemente da linguística saussureana, estende o enunciado a uma semiologia.

De acordo com Gregolin (2008), existe, na obra foucaultiana, uma base semiológica. Enunciado, arquivo e discurso são conceitos centrais em sua produção. Pensar em uma análise do discurso, na perspectiva de Foucault, envolve a compreensão da formação, da circulação e da transformação de práticas discursivas verbais e não verbais. Conforme assinalado por Foucault (2008, p.30) “uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis - um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos”. Dessa forma, o teórico

francês levanta a questão: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008, p.30).

Assim, em uma perspectiva foucaultiana,

trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, 2008, p.31).

Em Pêcheux, a noção althusseriana de “luta de classes” é um princípio norteador. Nessa perspectiva, a teoria deve ser pensada como intervenção na luta de classes. Por outro lado, a obra de Marx, para Foucault, é um instrumento entre outros, funcionando como uma espécie de caixa de ferramentas. Ele não se preocupa em marcar posição como marxista e critica o culto personalista a Marx (GREGOLIN, 2006a).

Foucault e Pêcheux não são adversários no que concerne a uma teoria do discurso. Suas propostas teóricas não estão em oposição, mas em complementaridade. A diferença entre os dois está no modo como se situam frente às propostas de Althusser (GREGOLIN, 2006a). De acordo com Piovezani e Sargentini (2011), para muitos especialistas em análise do discurso, a dimensão histórica, pensada pelo materialismo histórico ou pela genealogia foucaultiana, é primordial nas análises.

É importante mencionar ainda que, apesar das diferenças no plano da luta política, tanto Althusser como Foucault lutavam a fim de extinguir o humanismo e o idealismo. Os dois partilhavam a mesma luta epistemológica, a fim de arrancar a história do domínio das filosofias transcendentais do sujeito. Eles se opõem, portanto, à concepção humanista de sujeito (GREGOLIN, 2006a).

Gregolin (2006a) assinala que as críticas de Pêcheux a Foucault estão mais no campo da política do que no campo da teoria. Isso posto, ambos tecem críticas que apontam para a necessidade de uma revisão teórica em torno da concepção de leitura, objetivando tomar como objeto de pesquisa os discursos do cotidiano e não somente os grandes textos. Parte dessas críticas é dirigida aos marxistas estruturalistas.

Pêcheux, ao longo de seu percurso teórico, se aproxima das teses foucaultianas e da Nova História, operando transformações em sua teoria (GREGOLIN, 2006a). Conforme assinalado por Maldidier (2020), Pêcheux finalmente reencontra o Foucault que em outro momento não pôde encontrar.

A fim de ratificar essa compreensão, seguem as palavras do próprio Pêcheux (2015c, p.285):

Como os métodos da Nova História, os da Arqueologia foucaultiana chegam, por seu lado, a tratar explicitamente o documento textual como um monumento. Isto é, como um vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede. Desse ponto de vista, a necessidade de levar em conta, na análise das discursividades, as posições teóricas e práticas de leitura desenvolvidas nos trabalhos de M. Foucault constituiu um dos signos recentes dos mais claros da projeção de análise de discurso: a construção teórica da intertextualidade, e de maneira mais geral, do interdiscurso, apareceu como um dos pontos cruciais desse empreendimento, conduzindo a análise de discurso a se distanciar ainda mais de uma concepção classificatória que dava aos discursos escritos oficiais “legitimados” um privilégio que se mostra cada vez mais contestável.

Assim, no que diz respeito a análise do discurso, Pêcheux assinala que:

ela partilha com a tradição lexicométrica a prática de construção de corpus e o recurso eventual a algoritmos informatizados, mas ela não impede que se suponham estruturas sintáticas sob a sucessão das unidades lexicais.

Ela partilha, por outro lado, com as tradições semiológicas e semióticas (que, aliás, designam seus trabalhos como análises de discurso) o cuidado de apreender e descrever as condições estruturais de existência do sentido, mas sem se autorizar a supor estruturas lógico-semânticas subjacentes às sequências discursivas.

Ela partilha, enfim, com a perspectiva arqueológica foucaultiana, o cuidado de considerar as condições históricas de existência de discursos na sua heterogeneidade, mas ela visa a reintroduzir, explicitamente no campo, a problemática da língua (PÊCHEUX, 2020b, p.100).

Em face desses embates teóricos envolvendo Pêcheux e Foucault, contribuindo com os estudos sobre a dimensão política da organização do conhecimento, é possível pensar:

- a) na problematização do documento;
- b) na problematização da concepção de leitura;
- c) nos profissionais da informação como intérpretes de arquivos;

- d) no apagamento do sujeito indexador atrás da instituição que o emprega.

### 3.4 Pêcheux e Gardin: embates e contribuições teóricas

Em 1969, um grupo de pesquisadores franceses, liderado pelo linguista Jean Dubois e pelo filósofo Joseph Sumpf, publicou na revista *Langages* a tradução do artigo *Análise do Discurso*, de Zellig Harris, publicado nos Estados Unidos em 1952 (ACHARD, 1986; METZGER, 2019). Gadet (2014, p.8-9) esclarece que “o método harrissiano permite uma análise a partir da palavra (e esta será a técnica da palavra-pivô), integrando, entretanto, a dimensão de um acontecimento da espessura sintática da língua”.

Durante a década de 1960, Michel Pêcheux desenvolveu a *Análise Automática do Discurso* na Universidade de Paris VII, em parceria com o Laboratório de Psicologia Social do Centre National de la Recherche Scientifique. Influenciado pelo trabalho de Louis Althusser, construiu uma teoria do discurso a partir de representações formais e computadorizáveis de sequências textuais curtas. A informática, nesse período, começava a penetrar nas ciências da linguagem e, mais amplamente, nas ciências humanas e sociais (METZGER, 2019).

Pêcheux (2020b, p.99) explica que “as pesquisas em análise do discurso encontram-se doravante explicitamente inscritas no campo das pesquisas linguísticas desenvolvidas no CNRS”. O filósofo francês tinha como propósito “fornecer às ciências sociais um instrumento científico de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo” (HENRY, 2014, p.13).

Na França, segundo Léon (2015), existem duas áreas de automação de linguagem que precisam ser vinculadas, a saber, documentação automática e análise automática do discurso. A pesquisadora argumenta que um dos motivos dessa proximidade está relacionado à recepção de Harris na França e o prestígio da linguística estrutural na década de 1960. Michel Pêcheux, sendo assim,

concebeu a *Análise Automática do Discurso* na esteira da documentação automática e da recepção de Harris.

Ainda que, por meio de uma relação contraditória, a *Análise Automática do Discurso* deve muito a Harris. Pêcheux e seu grupo são atraídos pela concepção de Harris que esvazia de significado prévio as palavras e toma com reservas o distribucionalismo harrisiano (ALVES, 2020). Segundo Gadet, Leon, Maldidier e Plon (2014, p.44), “MP tornou explícita sua dívida para com Harris. De fato, parece-nos que Harris não apenas fornece alguns procedimentos de análise, ele inspira o estabelecimento de todo o dispositivo da AAD”.

Consoante Achard (1986), o distribucionalismo é um instrumento essencial para a análise do discurso. Ele fornece um meio empírico de localizar fatos repetitivos no corpus, de organizar o vocabulário das noções referenciais e de objetivar campos semânticos, não os baseando na dimensão formal.

Conforme Alves (2020, p.172), a informatização tem um papel central nas preocupações de Pêcheux acerca do simbólico. A pesquisadora lembra que a assepsia dos sentidos e a univocidade empobrecedora como diretamente relacionadas ao sistema técnico são temas presentes em trabalhos do teórico francês.

Léon (2015) lembra que os franceses são pioneiros no campo da documentação automática. Nesse cenário, destacam-se os trabalhos de Jean-Claude Gardin na Seção de Automação Documentária (SAD) criada em 1961 pelo CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) no Instituto Blaise Pascal.

Dado que o desenvolvimento da documentação automática teve que dar conta do aumento do conhecimento e da documentação no pós-guerra, o surgimento dos primeiros sistemas documentais, consoante Léon (2015,) pode ser situado no final dos anos 1950.

A análise documentária tem em Jean-Claude Gardin um dos seus principais teóricos. Ele foi um dos primeiros pesquisadores a argumentar que a atividade de representação documentária está atrelada ao universo da linguagem. Logo, os estudos da área visam à representação da informação do documento, para facilitar sua consulta (VOGEL, 2009; ALMEIDA, 2011).

Em artigo da revista *Diógenes*, em 1955, Gardin analisa os problemas específicos da documentação nas ciências humanas. Traça, além disso, métodos para sistematizar a análise e classificação documental em arqueologia, com base na mecanografia, objetivando construir regras para um inventário de objetos arqueológicos (LÉON, 2015).

A equipe de Gardin desenvolveu SYNTOL (Syntagmatic Organization Language) no âmbito da Seção de Automação Documentária. Trata-se de um dos primeiros e mais proeminentes sistemas desenvolvidos no início dos anos 1960. A linguagem documental do SYNTOL é uma linguagem artificial cujas unidades devem ser inequívocas e não ambíguas (LÉON, 2015).

O SYNTOL é uma ferramenta de análise documental que permite a construção de representações formalizadas, padronizadas e calculáveis de declarações científicas, a partir de um sistema estruturado de vocabulário e um conjunto de relações paradigmáticas e sintáticas (METZGER, 2019).

Salienta-se que o SYNTOL distingue dois eixos. São eles: o eixo sintagmático, segundo o qual as relações entre termos são indicadas por meios de relações sintáticas e o eixo paradigmático, moldado pela estrutura do vocabulário (METZGER, 2019).

Léon (2015) traz a hipótese de que a *Análise Automática do Discurso* foi concebida por Michel Pêcheux como uma máquina documental alternativa aos sistemas existentes, em particular ao SYNTOL, que está muito envolvido na formalização de várias disciplinas das ciências humanas. A autora lembra que a psicologia social, escolhida por Pêcheux como campo de aplicação de suas pesquisas sobre a história da ciência e a teoria das ideologias, é uma das ciências humanas em que a automação documental e a análise de conteúdo são as mais avançadas. Nesse horizonte, cabe ressaltar que “Pêcheux é um filósofo de formação, mas um filósofo fascinado pelas máquinas, pelas ferramentas, pelos instrumentos e pelas técnicas, por razões profundamente enraizadas em sua história pessoal e antecedentes familiares” (HENRY, 2014, p.17).

O projeto de Gardin chama a atenção de Michel Pêcheux e de Paul Henry, um matemático próximo de Pêcheux e de Althusser e pesquisador do Laboratório Europeu de Psicologia Social. Eles criticam a redução de sinonímias e de

polissemias da linguagem natural nas linguagens documentárias, nas quais os termos têm um significado unívoco e consensual para uma determinada disciplina (LÉON, 2015).

É importante destacar, conforme Terra (2019), que as linhas francófonas de análise do discurso afloraram nos anos 1960, momento em que os estudos sobre análise documentária também ganharam força no contexto francês.

Assim,

Lembremos igualmente que o final dos anos 1960 corresponde à introdução, na França, da informática nas ciências humanas (o Centre de Calcul pour les Sciences Humaines do CNRS, em particular, foi criado em 1969), e que na AAD-69 MP se situa no campo dos métodos de análise por computador, criticando os programas de lexicometria e de análise documental tais como o programa Syntol (J.C. Gardin) ou o General Inquirer. O programa AAD-69 foi, juntamente com os programas de lexicometria, aperfeiçoado pela equipe de St. Cloud, um dos primeiros programas operacionais no domínio da “análise de textos por computador” (GADET; LEON; MALDIDIER; PLON, 2014, p.56-57).

Consoante Achard (1886), contra o positivismo latente da abordagem dominante na psicologia social experimental, Pêcheux defende a intervenção de materialidades discursivas globais e a sua ancoragem na dimensão da linguística. O teórico francês, além disso, luta contra o positivismo operacional da análise de conteúdo, semiotizado ou informatizado, tal como proposto por autores como Jean-Claude Gardin.

Gardin (1958), inserido no campo arqueológico, busca uma padrão válido também para outras ciências. Os vestígios materiais das sociedades antigas, para ele, constituem matéria de estudos para arqueologia. O aumento desses vestígios trouxe problemas metodológicos. Ele faz algumas reflexões sobre bibliografias e catálogos. No que tange às bibliografias, de um lado, ele assinala que a classificação ideal seria a que estabelecesse relações unívocas entre suas diferentes rubricas e, do outro lado, os múltiplos aspectos de outro assunto.

Gardin (1958) pontua que os catálogos, por sua vez, são coleções de fatos reunidos e classificados de acordo com uma ou várias características comuns, como por exemplo, função, forma, data e lugar. A escolha de tais características de

agrupamento deve possibilitar a qualquer indivíduo encontrar rapidamente, em qualquer tempo e lugar, diversas categorias de fatos. A classificação ideal para os catálogos é aquela em que as rubricas correspondem a aspectos duráveis e comunicáveis da matéria classificada.

O percurso do pensamento de Gardin, consoante Tálamo e Maimone (2015), tem início na observação do impacto de uso de métodos de análise semântica mais objetivos e rigorosos do que os instrumentos tradicionais que direcionam a interpretação empírica nas humanidades e culmina na proposição da análise documentária. Gardin identificou a importância da linguagem na produção da ciência e a necessidade de um aparato metodológico interpretativo de caráter linguístico.

Sob esse prisma, a análise documentária é um modo de manipulação sónica, de natureza representacional que constitui a semiologia científica. Sendo assim, tal semiologia é informacional. O controle de significação promovido pela terminologia objetiva controlar a dispersão e favorecer a comunicação entre especialistas. Assim, para as autoras, o controle da linguagem é vital (TÁLAMO; MAIMONE, 2015).

Segundo Smit (2015), a relação entre o texto original e sua representação acompanhou Gardin ao longo de toda sua jornada. Gardin, lembra a autora, introduziu a linguística nos estudos da classificação. Ele pensava em sistemas de informação e também em diferentes modalidades de análise de texto. Em sua perspectiva, a análise documentária representa um tipo de análise de textos. Ele propôs debates sobre métodos de análise, sobre ferramentas e sobre estratégias de avaliação e validação das análises.

Uma linguagem, de acordo com Smit (2015), para representar o sentido original dos textos precisa ser uma linguagem artificial, elaborada conforme os objetivos estabelecidos e distinta da linguagem natural. A autora lembra que o SYNTOL não é uma linguagem documentária. Ele é um sistema geral de documentação automática, que tem como finalidade a indexação automática de textos, composto por um léxico organizado, isto é, termos controlados e organizados paradigmaticamente. Ademais, também é formado por um sistema muito elaborado de relações sintagmáticas, a fim de estabelecer a interconexão entre os termos em assuntos mais complexos.

Sublinha-se que existem entendimentos no Grupo Temma de que a linguagem documentária é uma linguagem construída e intermediária. No que diz respeito a essa questão, Lara (2007, p.153) pontua:

a natureza da linguagem documentária é intermediária entre a linguagem natural e as linguagens formalizadas ou artificiais, uma vez que ela compartilha características de ambas as linguagens. Esse aspecto é problemático, porque seu caráter híbrido não autoriza deduzir seus atributos de uma ou outra, obrigando a pensá-la na sua complexidade particular. Não sendo uma linguagem natural, não dispõe dos elementos que permitam seu funcionamento a partir da experiência; não se caracterizando como linguagem artificial no seu pleno sentido, não reduz a interpretação à experiência dos seus próprios símbolos.

É crucial registrar que a concepção do SYNTOL é relevante do ponto de vista teórico, entretanto ele é pouco utilizado na prática. Sua implantação foi comprometida devido a complexidade do sistema e das limitações tecnológicas do período (SMIT, 2015).

A análise documentária de matriz francesa, no Brasil, foi disseminada e institucionalizada pelos trabalhos e esforços de Johanna Smit, orientanda de doutorado de Gardin, com a criação do Grupo Temma nos anos 80, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (GUIMARÃES; SALES 2010; ALMEIDA, 2011). Em sua maioria, o Grupo Temma é composto por pesquisadores da Universidade de São Paulo e alguns pesquisadores da Universidade Estadual Paulista de Marília. As pesquisas do grupo estão voltadas para a construção de conhecimentos relacionados à análise documentária e à organização da informação (VOGEL, 2009). Dessa forma, a vertente gardiniana de análise documentária se enraizou em solo brasileiro e passou a influenciar as pesquisas sobre documentação no país.

A área concentra estudos sobre processos de descrição de conteúdos presentes em documentos, para sua recuperação posteriormente (ALMEIDA, 2011). Para Gardin (1974), a análise documentária trata de textos oriundos do discurso científico. Desse modo, ele divide a literatura entre a científica e as demais categorias de texto, posição que precisa ser revista, conforme Almeida (2011), diante da necessidade de dar notoriedade a outras categorias. Ao definir a análise

documentária, Gardin apresenta um ponto de vista processual, como a extração dos sentidos inseridos nos documentos, especialmente, nos escritos. No que tange aos procedimentos metodológicos, se reduz às operações empíricas com a finalidade de atribuir a um texto uma ou mais palavras-chave, destinadas à recuperação de um documento sobre um tema proposto.

Pêcheux, por outro lado, consoante Costa (2009,p.79) “propõe a construção de uma máquina de leitura – com apoio de ferramentas informatizadas –, cujo funcionamento ficou conhecido como análise automática do discurso, a AAD.”

Seria possível, com esse dispositivo deslinearizar as sequências textuais, deslocando a ordem sintática do enunciado. Além disso, seria possível a construção de novos encadeamentos sintáticos evocando novas redes de sentido. Tal método de leitura possibilitaria a desconstrução da sintaxe linear, da unidade e da continuidade do enunciado, explicitando que ele poderia vir a ser outro (COSTA, 2009).

Segundo Alves (2020, p.17-18),

a AAD 1969 nasce como um sistema alternativo de análise documental para a época. A busca era, então, pelo sentido, não como reflexo do que o pesquisador/instituição desejaria encontrar, mas como o trabalho poderia fazer avançar o conhecimento em rupturas ideológicas.

A fim de marcar a diferença entre os projetos de análise do discurso e de análise documentária, pontua-se que:

[...]as ambiguidades, metáforas e deslizamentos próprios às línguas naturais são propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, que se diferencia por essa razão mesma de toda perspectiva estritamente informacional, documentária ou “intelectiva”. Um corpus de arquivo textual não é um “banco de dados” (PÊCHEUX, 2015b, p. 281).

É possível observar, portanto, que Pêcheux critica duramente essa busca pelo sentido único, pela redução de sinonímias e de polissemias nas linguagens documentárias, presente nos projetos de Jean-Claude Gardin.

Outro aspecto que precisa ser mencionado é o fato de que embora Pêcheux apontasse para a necessidade da construção de programas de análise, as

preocupações com programas informáticos são abandonadas quando a análise do discurso chega em solo brasileiro. Sendo assim, é importante salientar que a teoria criada por Pêcheux se distancia das experiências atreladas à leitura automatizada, mesmo que a relação tensa e contraditória entre sujeito e máquina se mantenha nas pesquisas brasileiras. Por outro lado, por aqui, também é importante enfatizar: a análise do discurso mantém a perspectiva materialista. Ela, assim, surge como crítica às posições positivistas (ALVES, 2020).

No Brasil, a análise do discurso apresenta um conjunto diversificado de interpretações conforme as preferências teóricas e as conveniências institucionais, incluindo as linhas pecheutianas e foucaultianas já assinaladas ao longo deste trabalho. A heterogeneidade desses trabalhos geram conflitos e alianças entre várias correntes teóricas, a saber, análise do discurso francesa, análise do discurso anglo-saxã, análise da conversação, linguística textual e semiótica greimasiana (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2020).

De acordo com Piovezani e Sargentini (2020), existe uma diferença no percurso das ideias de Pêcheux e seu grupo no Brasil e na França. Os autores assinalam que há um silenciamento das principais contribuições de Pêcheux na França, algo muito diferente do que acontece no Brasil. Para eles, esse silenciamento no cenário francês não é neutro. Segundo Gregolin (2006a; 2008), inicialmente, na França, a análise do discurso teve o discurso político como prioridade. No Brasil, por sua vez, as análises foram marcadas pela heterogeneidade de gêneros discursivo. Desse modo, existe uma história da análise do discurso na França e uma história da análise do discurso no Brasil.

Assim, os estudos de Pêcheux em terras brasileiras receberam um reconhecimento legítimo. Vale a pena lembrar que o pensamento francês, sobretudo no campo das humanidades, formou gerações de intelectuais brasileiros. A análise do discurso se encontra atualmente como área hegemônica da linguística no Brasil com estabilidade institucional e produção intelectual consistente (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2020).

Dentro da tradição brasileira de análise do discurso, Eni Orlandi foi uma das pioneiras. A pesquisadora foi responsável pela formação de vários pesquisadores, divulgando, no Brasil, a obra de Pêcheux (GREGOLIN, 2003).

Entre esses pesquisadores, destacam-se, nesta tese, as contribuições teóricas de Clarinda Rodrigues Lucas em sua tese de doutorado, intitulada como *Indexação: gesto de leitura do bibliotecário*, trabalho que trouxe relevantes contribuições para a organização do conhecimento. Em sua pesquisa, defendida no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Lucas (1996) parte da verificação do imaginário que cerca a figura dos profissionais de Biblioteconomia. O bibliotecário era considerado como o guardião dos pergaminhos. Com o passar do tempo, o trabalho desse profissional passou a ser associado à indexação de documentos em bases digitais. De acordo com a pesquisadora brasileira, o bibliotecário é o responsável pela organização da memória. Objetiva, além disso, a organização da informação e do conhecimento e o controle terminológico por meio de linguagens documentárias, a saber, tesouros, terminologias, listas de cabeçalhos. Ela também afirma que a organização da informação e a recuperação do sentido dos textos estão entre a finalidade da Biblioteconomia e dos estudos sobre informação. Nesse sentido, os profissionais da informação por meio de catálogos e descritores tentam conduzir o olhar do leitor.

Para Lucas (1996), ler é muito mais que decifrar códigos, visto que há diferentes sujeitos e diferentes modos de leitura. A autora, nesse sentido, chama a atenção, em seu trabalho, para as tentativas de reduzir a subjetividade do sujeito que lê, idealizando uma linguagem homogeneizada e interpretável pelas máquinas.

Nota-se, portanto, que Lucas não compartilha da perspectiva que “não se preocupa com as condições socio-históricas da produção discursiva” na análise documentária, defendida por Kobashi (1996, p.17), pesquisadora que contribuiu com propagação dos trabalhos de Jean-Claude Gardin no Brasil.

As tensões epistemológicas entre a análise do discurso e a análise documentária não pararam em Pêcheux e em Gardin. Essas tensões não se limitaram ao contexto francês. Ainda hoje, em terras brasileiras, permanecem como

se pode observar nas pesquisas de Clarinda Rodrigues Lucas e Nair Yumiko Kobashi.

A seguir, serão discutidas questões acerca da criação da Organização das Nações Unidas como um espaço institucional de enunciação. Serão discutidos, ademais, assuntos relacionados às barreiras linguísticas presentes no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas.

#### **4. O ESPAÇO INSTITUCIONAL DE ENUNCIÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DAS LÍNGUAS NOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS**

A fim de elucidar e exemplificar a relevância do papel de uma instituição e de seus sistemas de organização do conhecimento para o debate teórico em torno do conceito de regime de informação, será realizada uma discussão sobre a ONU, mostrando como essa instituição surge e quais são seus principais objetivos. Essa discussão justifica-se por procurar compreender como as Nações Unidas sustentam um discurso de proteção e de intervenção na sociedade internacional, representando diferentes países.

##### **4.1 A Organização das Nações Unidas**

Embora a Organização das Nações Unidas seja representada como unificada, como se observa, trata-se de uma organização repleta de conflitos e contradições. A ONU é um lugar de produção de sentidos, portanto, não é um espaço neutro. Ela é um espaço institucional de enunciação que surgiu para gerenciar conflitos por meio do discurso.

O termo Nações Unidas tem origem com o presidente estadunidense Franklin Roosevelt. Esse nome foi utilizado pela primeira vez em 12 de janeiro de 1942, na *Declaração das Nações Unidas*. Representantes de vários países assumiram o compromisso de manter a luta contra as potências do Eixo, a saber, Alemanha, Itália e Japão (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2011).

A Organização das Nações Unidas foi criada oficialmente no dia 24 de outubro de 1945. Nesse importante momento histórico, buscava-se uma forma de evitar tragédias como a II Guerra Mundial. A ONU está associada à manutenção da paz e da segurança internacional, no entanto é importante assinalar que seus objetivos não excluem nenhuma área de intervenção na sociedade internacional. A

organização pode atuar em assuntos econômicos, sociais, políticos, militares, humanitários, culturais e técnico-científicos. Seus propósitos também envolvem a busca de relações amistosas entre as nações e a cooperação internacional, a fim de promover o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2011).

Em Londres, no ano de 1946, ficou estabelecido que a sede permanente da organização seria nos Estados Unidos. Atualmente, a ONU tem sedes em Genebra (Suíça), Viena (Áustria) e Nairóbi (Quênia), todavia a sede central permanece em Nova York. A *Carta das Nações Unidas* foi assinada em 26 de junho de 1945, em São Francisco, após o término da *Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional*, entrando em vigor no dia 24 de outubro, também em 1945. Um dos princípios que norteiam a organização, segundo a carta, é o de igualdade de todos os seus membros (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS RIO DE JANEIRO, 2011).

Salienta-se que embora os discursos da ONU possam gerar efeitos de sentido de igualdade, as Nações Unidas, desde sua criação, contam com uma atuação bastante significativa dos Estados Unidos. Trata-se do país que abriga os principais órgãos da instituição. E mais, é o seu maior fiador. O orçamento regular da ONU é feito por todos os Estados-membros de acordo com a riqueza e o desenvolvimento de cada país. A principal fonte de recursos do orçamento das Nações Unidas são as contribuições, revisadas a cada três anos, feitas pelos Estados, de acordo com a escala de quotas determinada pela Assembleia Geral. A contribuição de cada Estado é determinada, sobretudo, por sua renda nacional total em relação a outros Estados-membros, considerando vários fatores, entre eles, o Produto Interno Bruto (PIB) e o rendimento per capita de cada país. As contribuições, conforme foi determinado pela Assembleia, podem ser de no máximo 22% e no mínimo 0,01% do total do orçamento (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2011).

A organização conta com seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. A Assembleia Geral é o principal

órgão deliberativo das Nações Unidas, no qual todos os 193 países são representados. Trata-se do único órgão com representação universal, pois todos os Estados-membros têm direito de votar. Na Assembleia Geral, discutem-se assuntos relevantes para comunidade internacional, tais como paz, segurança, admissão de novos membros na organização, questões orçamentais, direitos humanos, normas e meios para melhorar a qualidade de vida das crianças, dos jovens e das mulheres e desenvolvimento sustentável (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2011).

O Conselho de Segurança é responsável por manter a paz e a segurança internacional; criar planos de regulamentação de armamentos e autorizar as missões de paz. Ele é composto por quinze membros. Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China são os cinco membros permanentes. Os outros dez membros são eleitos pela Assembleia Geral a cada dois anos. Além disso, é o único órgão da ONU que tem poder decisório, ou seja, todos os membros devem acatar as decisões do Conselho (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2011). Como se observa, não há membros permanentes da África nem da América Latina no Conselho de Segurança da ONU. Sublinha-se que quatro das seis línguas oficiais da ONU, a saber, inglês, francês, russo e chinês, pertencem a países com poder de veto no Conselho de Segurança. Isso expõe como as questões linguísticas marcam as relações de poder entre os países.

Por sua vez, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) é o órgão responsável pela coordenação do trabalho econômico, social e ambiental das Nações Unidas. Ademais, é a plataforma central da ONU para reflexão, debate e pensamento inovador sobre um dos assuntos mais importantes para comunidade internacional, o desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, 2020a).

O Conselho de Tutela foi criado a fim de supervisionar a administração dos territórios sob regime de tutela internacional. O órgão tinha como meta o progresso político, econômico, social e educacional dos povos para que alcançassem a independência. Visto que Palau, último território do mundo que ainda era tutelado pela ONU, tornou-se um Estado soberano, membro da organização, em novembro de 1994, o Conselho suspendeu suas atividades. Agora, por meio da alteração do

seu regulamento interno, atuará quando as circunstâncias exigirem (UNITED NATIONS, 2020a).

A Corte Internacional de Justiça é o único dos seis principais órgãos das Nações Unidas que não está localizado em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Sua sede está localizada em Haia, na Holanda. Trata-se do principal órgão judiciário da ONU. Composta por quinze juízes, a Corte tem como objetivo resolver, de acordo com o direito internacional, os conflitos legais que lhe forem apresentados pelos Estados e elaborar pareceres consultivos sobre questões jurídicas submetidas pelos órgãos das Nações Unidas autorizados e agências especializadas (UNITED NATIONS, 2020a).

O Secretariado, por sua vez, tem a tarefa de prestar serviços a outros órgãos das Nações Unidas e administrar seus programas e políticas (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2011). Cabe a ele, além disso, reunir e preparar informações básicas sobre várias questões, para que os delegados do governo possam estudar os fatos e fazer recomendações; ajudar a cumprir as decisões dos diversos órgãos das Nações Unidas; organizar conferências internacionais; traduzir discursos e distribuir documentos nas línguas oficiais da ONU e manter o público informado sobre o trabalho das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2020b).

No que diz respeito ao chefe administrativo da organização, de acordo com o Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil (2021), “o secretário-geral é o símbolo dos ideais das Nações Unidas e porta-voz dos interesses dos povos do mundo, principalmente dos mais pobres e vulneráveis”.

Existe, conforme salientado por Zoppi-Fontana (2014), uma contradição constitutiva presente no funcionamento enunciativo da figura do porta-voz. Tal contradição se dá por meio de processos de identificação e de diferenciação que igualam e simultaneamente distinguem o porta-voz do grupo que ele representa.

Observa-se aqui que esse discurso que apresenta a figura do secretário-geral da ONU como porta-voz produz o efeito de ilusão de uma organização capaz de dar voz, por meio do seu mais alto funcionário, aos interesses dos povos do mundo,

apagando, assim, a complexidade e as relações de forças em torno desses interesses.

As funções do secretário-geral incluem: levar à atenção do Conselho de Segurança qualquer problema que ameace a paz mundial; propor questões a serem discutidas pela Assembleia Geral ou qualquer outro órgão das Nações Unidas e atuar como árbitro em disputas entre os Estados-membros. Cada secretário-geral também define sua função no contexto de seu tempo específico no cargo (UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL, 2021).

O norueguês Trygve Lie foi o primeiro secretário-geral da ONU. Ele exerceu suas atividades até 1953. Seu sucessor foi o sueco Dag Hammarskjold, que faleceu durante um acidente aéreo na África em 1961, sendo substituído por U Thant, da Birmânia (atual Mianmar). Em 1971, Kurt Waldheim, da Áustria, foi nomeado para o cargo, no qual ficou até 1981. Javier Pérez de Cuéllar, do Peru, assumiu em 1982. No ano de 1992, o egípcio Boutros Boutros-Ghali assumiu a função de secretário-geral, permanecendo no cargo até 1996. No ano de 1997, Kofi Annan, de Gana, se tornou secretário-geral, exercendo a função até o fim de 2006. Ban Ki-moon, da Coreia do Sul, foi o oitavo secretário-geral da ONU, assumiu o cargo em 2007 e serviu até o fim de 2016. António Guterres, de Portugal, é o atual secretário-geral das Nações Unidas. Ele tomou posse em 1º de janeiro de 2017 (UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL, 2021).

Cabe mencionar aqui que embora as Nações Unidas defendam, em seus discursos oficiais, a representação equilibrada de homens e mulheres, sempre teve secretários-gerais homens. Destarte, é importante destacar que as mulheres têm um papel elementar na construção de uma sociedade igualitária. Ademais, é mister assegurar a emancipação das mulheres e sua participação em condições de igualdade nos processos de tomada de decisão, garantindo assim sua autonomia. Torna-se relevante, desse modo, criar oportunidades iguais para que as mulheres participem das atividades da Organização das Nações Unidas.

Nota-se, desse modo, que existem inúmeras relações imaginárias de igualdade que fazem parte do funcionamento do discurso das Nações Unidas.

Salienta-se, no entanto, que essa notável organização internacional apresenta profundas contradições em suas relações administrativas, linguísticas e de gênero, o que, muitas vezes, contradiz seu discurso de igualdade.

#### **4.2 Departamento de Comunicações Globais**

O Departamento de Comunicações Globais, anteriormente conhecido como Departamento de Informação Pública (DPI), foi criado em 1946, por uma resolução da Assembleia Geral, para promover a conscientização e a compreensão global do trabalho das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2020c).

O departamento faz isso por meio de uma ampla gama de atividades, incluindo a produção de notícias e informações multilíngues, usando as mais recentes tecnologias, além de plataformas de mídia social e multimídia para amplificar as mensagens da ONU. Realiza também campanhas de comunicação sobre temas prioritários. Ademais, executa atividades de divulgação com uma ampla gama de parceiros (UNITED NATIONS, 2020c).

O departamento se reporta anualmente ao Comitê de Informação da Assembleia Geral da ONU, responsável por supervisionar o trabalho da organização e fornecer orientação sobre políticas, programas e atividades. É importante frisar que ele se dedica a comunicar os ideais e o trabalho das Nações Unidas ao mundo, além de interagir e formar parcerias com diversos públicos e construir apoio para a paz, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos para todos (UNITED NATIONS, 2020c).

#### **4.3 Biblioteca Dag Hammarskjöld**

Na sua função de agência líder da rede UNBIS (United Nations Bibliographic Information System), a Biblioteca Dag Hammarskjöld visa atingir os objetivos de informação através das seguintes medidas: incentivar todas as bibliotecas da ONU a contribuir com registros de indexação compartilhados para materiais produzidos

localmente e garantir a coordenação entre as bibliotecas participantes; fornecer diretrizes e regras para análise e descrição da documentação da ONU e outros materiais; desenvolver um vocabulário de indexação padronizado (tesauros, registros de autoridade de nomes) para controlar sinônimos e homônimos e evitar a dispersão; fornecer suporte a indexadores e catalogadores a fim de garantir a eficácia da recuperação e a precisão das informações (treinamento e orientação para a equipe; revisão, correção e atualização de registros); realizar diagnósticos regulares do banco de dados para verificar a integridade, a validade e a exatidão dos elementos de dados nos registros; monitorar o uso real do banco de dados, incluindo número de buscas, número de sujeitos que acessam simultaneamente o banco de dados, número de tentativas de obtenção de objetos descritos no registro bibliográfico, etc.; avaliar a interface do sujeito do banco de dados com o objetivo de melhorar sua facilidade de uso; fornecer acesso automatizado a arquivos eletrônicos de texto completo, sempre que disponíveis, com base em acesso codificado e informações de localização no registro bibliográfico; compilar e produzir bibliografias impressas e eletrônicas como o Index to Proceedings (ITP) , o Index to Speeches (ITS) e o United Nations Documents Index (UNDI) (UNITED NATIONS, 2009).

#### **4.4 Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas**

O Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas (UNBIS) é um banco de dados que fornece informações bibliográficas e afins para documentos e publicações emitidas pelas Nações Unidas e suas agências, bem como por editores externos. O UNBIS contém metadados descritivos e análises de assuntos abrangentes para documentos, periódicos, livros, CD-Rom e materiais audiovisuais, além de links diretos para textos eletrônicos de documentos da ONU nos seis idiomas oficiais da organização. As informações do UNBIS estão disponíveis tanto on-line como impressas (UNITED NATIONS, 2009).

Os objetivos gerais da política de análise de informações são criar um banco de dados indexado e pesquisável de registros bibliográficos e afins; fornecer acesso a esses registros por meio de catálogos on-line, bibliografias e índices impressos ou

em outros formatos, como o Índice de Documentos das Nações Unidas (UNDI), o Índice para Procedimentos (ITP) e o Índice para Discursos (ITS) e fornecer metadados selecionados ao Sistema de Documentos Oficiais das Nações Unidas (ODS) (UNITED NATIONS, 2009).

Há também objetivos relacionados aos sujeitos que buscam informações. São eles: permitir que o sujeito encontre informações correspondentes a seus critérios de pesquisa especificados, para localizar materiais e acessar textos completos de documentos; permitir ao sujeito distinguir entre documentos com características semelhantes e confirmar que as informações descritas em um registro correspondam ao documento procurado; permitir que o sujeito recupere um conjunto de documentos de um determinado autor, sobre um determinado assunto e de um determinado tipo; e permitir que o sujeito encontre informações relacionadas e navegue pelo banco de dados por meio de relações entre registros, entre assuntos e entre autores (UNITED NATIONS, 2009).

#### **4.5 Biblioteca Digital das Nações Unidas**

A Biblioteca Digital das Nações Unidas inclui documentos da ONU, dados de votação, discursos, mapas e publicações de acesso aberto. Além do mais, a plataforma fornece acesso a materiais produzidos pela ONU em formato digital e registros bibliográficos para documentos impressos da organização desde 1979 (UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY, 2021).

Os recursos do sistema incluem dados vinculados a documentos como resoluções, registros de reuniões e de votação e refinamento de pesquisas por órgão da ONU, por agência ou por tipo de documento. Cumpre ressaltar que a Biblioteca Digital tem como base seu catálogo anterior, UNBISnet. É importante salientar, além disso, que os metadados foram criados apenas em inglês (UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY, 2021).

#### 4.6 Tesouro multilíngue das Nações Unidas

O Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas( UNBIS Thesaurus) está em sua quarta edição. Pela primeira vez, os termos são encontrados em todas as línguas oficiais das Nações Unidas: árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol (UNITED NATIONS BIBLIOGRAPHIC INFORMATION SYSTEM, 2020).

Esses termos são utilizados na Biblioteca Digital da ONU. Além disso, outros programas da ONU, fundos e comissões regionais utilizam o tesouro para a descrição de materiais bibliográficos e conteúdos da web (DAG HAMMARSKJÖLD LIBRARY, 2022).

Criado pela Biblioteca Dag Hammarskjöld, do Departamento de Comunicações Globais das Nações Unidas, o tesouro contém a terminologia usada na análise de assuntos de documentos e outros materiais relevantes para os programas e atividades das Nações Unidas. Além disso, é usado como autoridade de assunto do UNBIS e foi incorporado como o léxico de assunto do Sistema de Documentos Oficiais das Nações Unidas (UNITED NATIONS BIBLIOGRAPHIC INFORMATION SYSTEM, 2020).

Ele é multidisciplinar em seu escopo e reflete as amplas preocupações da ONU. Os termos incluídos pretendem refletir com precisão, clareza, concisão e um grau suficiente de especificidade assuntos de importância e interesse para as Nações Unidas. Desde o início, em 1981, foram utilizados dois critérios principais na seleção de descritores: consistência com a terminologia utilizada pela própria organização, refletida em seus documentos; e compatibilidade com os termos incluídos nos tesouros produzidos ou utilizados no Sistema ONU, a fim de facilitar a troca de informações com outras organizações (UNITED NATIONS BIBLIOGRAPHIC INFORMATION SYSTEM, 2020).

O tesouro está continuamente sendo expandido e atualizado. Novos termos são propostos, conforme necessário, para refletir as preocupações das Nações Unidas. Eles podem ser usados provisoriamente até que, após discussão e

avaliação, sejam oficialmente adotados e traduzidos nas seis línguas oficiais. Os sujeitos que buscam informações no tesouro, portanto, podem encontrar termos mais novos em diferentes estágios do processo. A terceira edição do tesouro, de 1995, era trilingue. Foi um grande empreendimento ter os quase 7.000 termos traduzidos em três idiomas adicionais. A primeira versão on-line preliminar foi lançada em novembro de 2001. Embora a versão atual apresente algumas melhorias significativas, ela também representa apenas um estágio no desenvolvimento do tesouro (UNITED NATIONS BIBLIOGRAPHIC INFORMATION SYSTEM, 2020).

#### **4.7 Classificação das Línguas**

Conforme já apontado, a ONU tem seis idiomas oficiais. São eles: árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol. Segundo a organização, a correta interpretação e a tradução desses seis idiomas, tanto na forma falada quanto na escrita, é muito importante, pois permite uma comunicação clara e concisa sobre temas de importância global. A maioria dos documentos das Nações Unidas são emitidos em todas as seis línguas oficiais, exigindo a tradução do documento original (UNITED NATIONS, 2020d).

Para a ONU, o multilinguismo permite a comunicação entre os seus diversos Estados-membros. As Nações Unidas são um dos maiores empregadores mundiais de profissionais de idiomas. Nessa organização, o termo *profissional de línguas* se aplica a uma variedade de ocupações especializadas e inter-relacionadas, principalmente intérpretes, tradutores, editores, repórteres textuais, terminólogos, assistentes de referência, preparadores de cópias e revisores (UNITED NATIONS, 2020d).

Cada uma das seis línguas oficiais das Nações Unidas tem um dia próprio para celebração. Os dias foram estabelecidos pelo então Departamento de Informação Pública, hoje Departamento de Comunicações Globais, em 2010, com a finalidade de comemorar a diversidade cultural, promover a equidade entre os

idiomas oficiais e celebrar o multilinguismo. Dessa forma, busca-se aumentar a consciência e o respeito pela história, cultura e realizações de cada uma das seis línguas de trabalho entre a comunidade da ONU (UNITED NATIONS, , 2020d).

. Em 20 de março, mesma data do Dia Internacional da Francofonia, é comemorado o Dia da Língua Francesa. Com 300 milhões de falantes nos cinco continentes, o francês é a quinta língua mais falada no mundo. Por seu turno, o chinês tem sua comemoração no dia 20 de abril. A data é dedicada a Cangjie, fundador da escrita chinesa, uma das línguas mais antigas do mundo e, atualmente, a mais falada. Dentre as seis línguas oficiais das Nações Unidas, o chinês é a única língua oficial usada por um único país (UNITED NATIONS, 2020d).

A língua árabe, por sua vez, tem seu dia celebrado em 18 de dezembro, data referente à inclusão do idioma como língua oficial da ONU. O árabe é um dos idiomas mais populares do planeta, falado por mais de 422 milhões de pessoas . Cabe ressaltar também que a língua árabe é de extrema importância para os muçulmanos, pois é uma língua sagrada, a saber, a língua do Alcorão. Já no dia 23 de abril, data de aniversário de morte de William Shakespeare, comemora-se o Dia da Língua Inglesa. O inglês é a língua mais utilizada na sede da ONU (UNITED NATIONS, , 2020d).

No dia 6 de junho, data de comemoração do aniversário do poeta Alexander Pushkin, celebra-se a língua russa. O russo é o idioma oficial da Federação Russa. Ademais, é usado como segunda língua em mais de uma dezena de países da Europa e da Ásia que já fizeram parte da União Soviética. Comemora-se, na ONU, no dia 23 de abril, mesmo dia do aniversário da morte de Miguel de Cervantes, o Dia da Língua Espanhola. Cumpre ressaltar que o espanhol é a segunda língua do mundo em número de falantes nativos (UNITED NATIONS, 2020d).

Isso posto, cumpre assinalar que tratar alguns idiomas, por questões políticas e econômicas, como oficiais, excluindo outros, sobretudo as línguas dos países em desenvolvimento, é uma das maiores contradições da ONU.

Nesse sentido,

Podemos pensar a ONU como um espaço de enunciação em que há uma regulação específica das línguas que funcionarão na instituição e que seus membros falarão. Como “forte elemento de identificação social”, as línguas na ONU funcionam sustentadas por relações históricas e de poder que marcam as diversas relações da ONU com os países que ela representa (TERRA; GARCIA; SOUSA, 2016, p.16).

Segundo Calvet (2002), não há línguas sem as pessoas que as falam e, além disso, a história de uma língua é a histórica de seus falantes. Há um conjunto de sentimentos e atitudes de um falante para com a sua língua. Para o linguista, política linguística é um conjunto de escolhas feitas de modo consciente, referentes às relações entre línguas e vida social. Além do mais, pode ter uma forte função simbólica e ideológica. O planejamento linguístico, por sua vez, é a implementação prática de uma política linguística.

Para Severo (2013), em sua reflexão sobre o multilinguismo, a tecnologia desempenha uma função política, posto que viabiliza o controle e a circulação de algumas línguas em detrimento de outras. Assim, é importante pensar sobre o modo pelo qual as dimensões ideológicas afetam a seleção e a hierarquização das línguas e dos usos linguísticos, pois diferentes valorações influem nos usos linguísticos.

Há limitações linguísticas nas políticas de informação da ONU, dado que atualmente a organização trabalha com apenas seis línguas oficiais. Ainda hoje, os idiomas dos colonizadores se apresentam como oficiais em documentos das Nações Unidas. A organização e a representação de documentos em diversos idiomas e formatos devem ser prioridades na construção de uma sociedade inclusiva.

Os países que não falam pelo menos um dos seis idiomas oficiais não contam com a tradução de muitos documentos oficiais dessa organização. Desse modo, muitos sujeitos pertencentes a esses países acabam excluídos da organização que diz representá-los. Assim, essa imposição idiomática revela como as relações de poder são fortes nessa organização.

Nas palavras de Dias (2018, p. 172), “a língua é também, portanto, fator de desigualdade, divisão, poder.”

A escolha pelos idiomas oficiais pela ONU, aparentemente, é feita em virtude

ou do maior número de falantes, ou em virtude do maior país, ou porque mais países-membros se comunicam naquela língua. Existe uma presença marcante do discurso estatístico, que busca legitimar numericamente essa escolha pela organização (TERRA; GARCIA; SOUSA, 2016).

Os idiomas oficiais das Nações Unidas estão entre os dez mais falados no mundo conforme a Tabela 1, elaborada com base nos dados do Ethnologue (2022).

**Tabela 1:** Idiomas mais falados no mundo

Idiomas mais falados no mundo	
1º Inglês	1,5 bilhão de falantes
2º Chinês	1,1 bilhão de falantes
3º Híndi	602,2 milhões de falantes
4º Espanhol	548,3 milhões de falantes
5º Francês	274,1 milhões de falantes
6º Árabe	274,0 milhões de falantes
7º Bengali	272,7 milhões de falantes
8º Russo	258,2 milhões de falantes
9º Português	257,7 milhões de falantes
10º Urdu	231,3 milhões de falantes

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados do Ethnologue (2022).

Não é possível gerenciar grandes sistemas de organização do conhecimento de modo arbitrário sem produzir tensões nacionais e internacionais. A Organização das Nações Unidas e seus sistemas de organização do conhecimento não devem ser conduzidos por um centro decisório totalmente restrito que impõe suas línguas, seus interesses políticos e econômicos ao restante do planeta.

Assim, os países em desenvolvimento precisam ter participação ativa nas políticas de informação da ONU. Esses países, incluindo o Brasil, devem ter suas culturas respeitadas e suas línguas valorizadas. O monopólio informacional e linguístico agrava e é agravado pelas desigualdades sociais. Há um desequilíbrio no

intercâmbio de informações que precisa ser corrigido com urgência. Nesse cenário, verifica-se que os avanços tecnológicos trazem novas esperanças e expectativas, mas, paradoxalmente, trazem novos riscos e problemas que não podem ser negligenciados.

Segundo Hudon (1999), autora do campo informacional, a língua é um dos fatores que influenciam as propostas científicas, culturais e comerciais. Dessa forma, predomina o idioma de uma nação dominante. Assim sendo, os interesses das autoridades ficam disponibilizados em uma língua de elite que, na maioria das vezes, as massas não compreendem.

Em termos discursivos, conforme Orlandi (2007d, p.11-12), em seu livro *As formas do silêncio*:

1. há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; 2. O estudo do silenciamento (que já não é silêncio, mas 'pôr em silêncio') nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do 'implícito'.

Marcando uma distinção entre o implícito e o silêncio, a pesquisadora brasileira argumenta que o sentido do silêncio não é algo juntado, sobreposto pela intenção do locutor. Para essa autora, existe um sentido no silêncio (ORLANDI, 2007d).

Assim sendo, ao se aprender uma língua, se aprende uma outra subjetividade, a qual se fragmenta. Ao silenciar línguas, há o silenciamento de subjetividades. Nesse sentido, as barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos. A ausência da língua portuguesa, por exemplo, em espaços de poder e prestígio na Organização das Nações Unidas está atrelada às relações linguísticas desiguais.

Segundo Orlandi (2007d, p.152), “se ao falar sempre afastamos sentidos não-desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele ‘cala’”.

É sabido que um idioma é uma poderosa ferramenta de transmissão cultural. A ONU, que tem como missão combater as discrepâncias existentes entre as nações, utiliza um sistema com um número muito reduzido de idiomas oficiais, conforme mencionado acima. Vale ressaltar que possivelmente a imposição idiomática está relacionada à exploração econômica e à dominação política (TERRA; GARCIA; SOUSA, 2016).

Além disso, sabe-se que a valorização de um idioma em relação a outro pode agravar as desigualdades sociais, ou seja, as Nações Unidas, nesse aspecto, estão indo contra seus objetivos e seus discursos de igualdade. Assim, o discurso das Nações Unidas contribui com o imaginário de igualdade entre as línguas, tentando apagar as relações linguísticas de poder presentes na própria ONU.

No próximo capítulo, serão discutidas questões sobre como documentos, no caso, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, contribui para a construção de uma identidade que tenta abranger cidadãos dos mais diferentes países, colaborando com uma rede de outros textos, a saber, a *Declaração da Independência dos Estados Unidos* e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, para a circulação de discursos que produzem efeitos de sentido e promovem subjetivações.

## 5. AS DECLARAÇÕES E A REDE DISCURSIVA SOBRE DIREITOS HUMANOS

Com o objetivo de elucidar a importância dos documentos e dos sujeitos para o debate teórico em torno do conceito de regime de informação, serão discutidos neste capítulo, em uma perspectiva discursiva, assuntos atrelados a documentos influentes na edificação do conceito de direitos humanos e à classificação dos sujeitos nas Nações Unidas.

O homem classifica plantas, animais, documentos e saberes, mas também classifica as pessoas. Nesse sentido, sujeitos e subjetividades são representados nos sistemas de organização do conhecimento. Assim, a organização do conhecimento está ligada também à classificação de sujeitos e de suas subjetividades.

Destarte, é oportuna uma reflexão sobre como um documento, no caso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos contribui para a construção de uma identidade que tenta abranger cidadãos dos mais variados países, colaborando com uma rede de outros textos para a circulação de discursos que produzem efeitos de sentidos sobre o corpo e promovem subjetivações. É crucial registrar que as vozes que falam na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* fazem eco a outros dizeres que vêm de outros lugares.

É importante, ademais, pensar nas articulações entre as práticas discursivas e a produção de identidades em documentos e sistemas de organização do conhecimento que propõem o governo do corpo, de si e também dos outros. Os documentos e os sistemas de organização do conhecimento podem funcionar como dispositivos de disciplinamento do corpo social. Os discursos sobre direitos humanos e multilinguismo, nesse sentido, se materializam em gêneros distintos, objetivando representações sobre como se deve subjetivar a relação do indivíduo com seu corpo e com sua língua.

Percebe-se, por exemplo, que o termo *direitos humanos* significa algo para um sujeito e significa outra coisa para outro sujeito. Além disso, vale lembrar que os

documentos sobre os direitos humanos e os sistemas de organização do conhecimento, responsáveis pela representação e organização desses documentos, produzem e também reproduzem subjetividades e, muitas vezes, objetivam generalizar os modelos.

O ponto nevrálgico da tese é pensar, no contexto da dimensão política da organização do conhecimento, como três documentos sobre direitos humanos e o Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas contribuem com a gestão social dos indivíduos, disseminando discursos que produzem sentidos sobre os direitos humanos e o multilinguismo.

Esses documentos são a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, a *Declaração da Independência dos Estados Unidos* e a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. É sabido que os discursos sobre direitos humanos não são neutros. Isso posto, torna-se relevante pensar sobre quem são os porta-vozes dos direitos humanos e como esses documentos ajudam a pensar como a vida, a morte e o corpo estão inscritos na ordem do poder.

O monitoramento da implementação das convenções internacionais de direitos humanos, no contexto da ONU, de acordo com Frota e Barbosa Neto (2014), acontece por meio de um conjunto de práticas socioinformacionais decorrentes de um regime de informação e de mediação cultural, política e institucional mais abrangente entre o sistema mundial e o Estado-nação.

Constituídos por convenções e declarações, os regimes internacionais de direitos humanos são criados por organizações internacionais e ratificados pelos seus Estados-membros. De caráter universal, as normas de direitos humanos estabelecem padrões mínimos regulatórios, a fim de orientar as relações sociais e determinar os limites de ação dos Estados (FROTA; BARBOSA NETO, 2014).

Segundo Orlandi (2007b), a forma-sujeito-histórica do sujeito moderno é capitalista, marcada como sujeito jurídico com deveres, direitos e livre circulação social. O Estado e as instituições individualizam a forma-sujeito-histórica. Existe no sujeito uma necessidade de laço social. Assim, o homem é um sujeito socio-histórico e simbólico. O sujeito capitalista é um sujeito dividido que funciona no registro

jurídico, com direitos e deveres, como responsável pelo que diz, determinado pela história.

Com a necessidade de significar o valor do ser humano e de um ideal de liberdade em várias gerações, sobretudo, no século XVIII, os direitos humanos foram se desenvolvendo. As revoluções liberais democráticas, a Revolução Americana em 1776 e a Revolução Francesa em 1789, emergem nesse cenário. A formação discursiva que marca o discurso sobre direitos humanos é marcada por esses acontecimentos. Entre os princípios desses movimentos, estão a propriedade privada e os direitos dos cidadãos (ORLANDI, 2007b).

O discurso dos direitos humanos, por conseguinte, tem em sua base o pensamento político europeu e internacional do século XVIII. Enquanto a Carta Americana é mais prática, a francesa é mais abstrata, de acordo com os estadunidenses (ORLANDI, 2007b).

Entende-se que aqui opera uma possibilidade de interpretação da formação ideológica, conceito já discutido no percurso metodológico, dado que os sentidos produzidos por meio dessas declarações sobre direitos humanos estão inscritos em uma formação ideológica liberal.

No discurso dos direitos humanos, os sentidos sobre povo acabam reforçados. O povo e Deus são os espaços das decisões. A *Carta Americana* e a *Declaração Francesa* fazem apelos a Deus, na Americana como Criador, na Francesa como Ser Supremo (ORLANDI, 2007b).

Segundo Orlandi (2007b), um discurso não começa nele mesmo. O artigo 1º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* sintetiza a filosofia da declaração. A palavra fraternidade nos remete ao lema da Revolução Francesa, a saber, liberdade, igualdade e fraternidade. A pesquisadora brasileira lembra que não somos iguais em relação à classe. Nesse sentido, há um silenciamento na declaração. Segundo ela, o texto da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, para muitas sociedades colonizadas, é um padrão a seguir, dado que os sentidos não foram conquistados e integrados em suas memórias sociais e políticas. O termo *igualdade* não faz sentido

para muitos sujeitos, pois, em sua memória discursiva, eles não foram afetados por esse processo de significação.

Nas relações do capitalismo, existem sujeitos cuja experiência é marcada pela segregação e pela desigualdade. Existem, por outro lado, sujeitos cuja experiência é marcada pela posição de poder e onipotência. Para estes, o termo *igualdade* também não faz sentido (ORLANDI, 2007b).

É salutar explicitar que, conforme já apontado por Matellart (2009), a luta pelos direitos humanos está longe de acabar. No contexto das relações de poder, a aparente igualdade perante a lei é prejudicada pelas desigualdades econômicas e culturais.

Segundo Pêcheux (2014, p.25),

Encontramos essa divisão nas relações de produção capitalistas, e sob sua forma jurídica, que deve tirar os equívocos com contratos, trocas comerciais, etc. (igualdade linguístico-jurídica entre as partes contratantes), e, simultaneamente, manter o equívoco fundamental do 'contrato de trabalho', o que se pode resumir dizendo que, no direito burguês, 'todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros'!

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* não menciona rei, nobreza ou igreja. Segundo o documento, "os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem" são a fundação de todo e qualquer governo. A declaração atribui a soberania à nação, não ao rei. Ela declara que todos são iguais perante a lei. De modo implícito, elimina todo privilégio baseado no nascimento. Existe uma universalidade nas afirmações feitas. As referências "homem", "todo homem", "todos os homens", "todos os cidadãos", "cada cidadão", "sociedade" e "toda sociedade" ofuscam a única referência aos franceses (HUNT, 2012).

Segundo Hunt (2012), ainda que seja por meio de muitas controvérsias provocadas pela Revolução Francesa, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* materializou a promessa de direitos humanos universais. Sendo assim, vale ressaltar que, em 1948, quando a ONU adotou a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que diz "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e

direitos", a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* já havia declarado que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos".

As pessoas que estruturaram e que redigiram as declarações foram consideradas elitistas, racistas e misóginos devido à incapacidade de considerar todas pessoas verdadeiramente iguais em seus direitos. Foram homens que viveram em sociedades construídas sobre a escravidão e a submissão natural. É estranho pensar que figuras como Jefferson e Lafayette, um senhor de escravos e um aristocrata respectivamente, pudessem tratar dos direitos inalienáveis de todo ser humano. Os direitos humanos, de acordo com a definição de Jefferson, não capacitavam os africanos e os afro-americanos a agir em seus próprios nomes (HUNT, 2012).

Assim sendo, pela teoria do discurso, é possível sustentar que a memória discursiva da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* está atrelada à Revolução Americana e à Revolução Francesa e conseqüentemente às declarações americana e francesa.

Lynn Hunt (2012) traz reflexões sobre as questões paradoxais dessas declarações. Por que ocorreram em tempos e lugares específicos? Se os direitos humanos são universais, por que não são universalmente reconhecidos? É importante pontuar que os direitos humanos precisam ser naturais, iguais e universais. Naturais, pois devem ser inerentes aos seres humanos; iguais, pois precisam ser os mesmos para todos; universais, pois devem ser aplicáveis em toda parte.

Os direitos humanos tornaram-se significativos no momento em que ganharam sentido político. Trata-se de direitos humanos em sociedade, direitos em suas relações uns com os outros. Eles são assegurados no mundo político secular, ainda que sejam caracterizados como sagrados. Salienta-se, além disso, que são direitos que exigem a atuação daqueles que os detêm (HUNT, 2012).

As pessoas do século XVIII não utilizavam com frequência a expressão *direitos humanos* e quando o faziam, geralmente diriam algo diferente do que se conhece hoje. Antes de 1789, Jefferson, por exemplo, usava com frequência o termo

*direitos naturais*. A expressão *direitos do homem* passou a ser utilizada apenas depois de 1789 (HUNT, 2012).

De acordo Hunt (2012), o termo *direito humano* apareceu em francês em 1763 pela primeira vez. Seu significado estava relacionado ao termo *direito natural*, contudo o termo não se alastrou, ainda que Voltaire o tenha usado em seu *Tratado sobre a tolerância*. A expressão *direitos do homem* passou a circular em francês depois de sua aparição em *O contrato social*, de Rousseau. Por volta de junho de 1763, o termo *direitos do homem* havia se tornado comum (HUNT, 2012, p.22).

Os direitos humanos não se limitam a uma doutrina formulada em documentos. Eles se baseiam em disposições em relação às pessoas. Trata-se de um conjunto de convicções sobre como é o ser humano e como as pessoas distinguem o certo e o errado (HUNT, 2012).

É crucial lembrar que os direitos humanos devem ser continuamente discutidos, pois a percepção de quem tem direitos e o que são esses direitos mudam. Dessa forma, a revolução dos direitos segue um ciclo contínuo (HUNT, 2012).

A transformação das noções de interioridade e de profundidade da psique, desde a alma dos cristãos até a consciência dos protestantes e as noções de sensibilidade do século XVIII, preenchia a individualidade com um novo sentido. Esses processos aconteceram durante um longo período (HUNT, 2012).

Como parte integrante dos processos judiciais, a tortura e outras formas extremas de punição corporal passaram a ser consideradas inaceitáveis. Tais transformações contribuíram para uma percepção da separação e do autocontrole dos corpos individuais e para a possibilidade de empatia com o próximo (HUNT, 2012).

Hunt (2012) também argumenta sobre como a leitura de romances contribuiu de modo bastante significativo com os sentidos de igualdade entre as pessoas. Alguns romances mostravam particularmente o desejo de autonomia. Logo, criaram um senso de empatia e também de igualdade por meio do envolvimento com os

enredos. Salieta-se que muitos moralistas temiam que a leitura de romances provocasse descontentamentos na mente dos criados e das moças.

No século XVIII, clérigos e médicos viam a leitura de romances como perda de tempo. Acreditavam que uma leitora poderia imitar a ação do romance, fugindo com um devasso, por exemplo. Críticos acreditavam que o aumento de adultérios e de prostituição estava ligado ao aumento do número de romances. Nesse sentido, os romances estimulavam excessivamente o corpo. Em outra perspectiva mais positiva, os romances ajudavam os leitores a se tornarem mais compreensivos em relação aos outros (HUNT, 2012).

Os direitos humanos só puderam ser difundidos, quando as pessoas compreenderam o valor de pensar no outro como seu semelhante. Essa compreensão se dá a partir, ao menos em parte, da identificação com personagens comuns que se mostram familiares, ainda que fictícios (HUNT, 2012).

Contribuindo com as discussões acerca da relação entre literatura e os direitos humanos, Antonio Candido (2004), crítico literário brasileiro, ressalta que a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, podendo tornar o homem mais compreensivo e aberto às questões da natureza, da sociedade e do semelhante.

Para o crítico literário, a título de exemplo, “a entrada do pobre no cenário do romance, no tempo do Romantismo, e o fato de ser tratado nele com a devida dignidade, é um momento relevante no capítulo dos direitos humanos através da literatura” (CANDIDO, 2004, p. 184)

Esse autor também aponta para o caráter de coisa organizada da obra literária. Em sua perspectiva, esse fator deixa as pessoas mais capazes de ordenar suas próprias mentes e sentimentos; e, conseqüentemente, mais capazes de organizar suas visões de mundo (CANDIDO, 2004).

É preciso destacar também a relação entre as mulheres e os direitos humanos. No que diz respeito às mulheres, ressalta-se que muitos revolucionários franceses, após 1789, defenderam publicamente os direitos dos protestantes, dos judeus, dos negros livres e também dos escravos, contudo não fizeram o mesmo em

relação às mulheres. Nos Estados Unidos, ainda que a escravidão fosse tema de discussões acaloradas, os direitos das mulheres eram tratados com uma ênfase ainda menor do que no cenário francês (HUNT, 2012).

Mattelart (2009) lembra que uma das críticas à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão diz respeito ao fato de não atribuir à mulher a condição de cidadã. É importante mencionar que, nesse contexto, Olympe de Gouges foi guilhotinada por ser uma defensora dos direitos da mulher. Ademais, o sociólogo belga, ao se referir à declaração francesa, aduz que ela não toca nas relações econômicas entre os cidadãos.

No que concerne ao corpo, é importante mencionar que, de acordo com Hunt (2012), ele, antes, era considerado sagrado dentro de uma perspectiva religiosa definida, na qual pelo bem comum poderiam ser mutilados e torturados. Depois, o corpo se tornou sagrado numa perspectiva secular, baseada na autonomia e na inviolabilidade das pessoas. Sendo assim, no decorrer do século XVIII, as violações corporais desencadearam reações cada vez mais negativas.

As transformações em relação à percepção do corpo, apontavam para o advento de um ser fechado em si mesmo. Dessa forma, os limites precisavam ser respeitados nas interações sociais. Ações, como cuspir e dormir numa cama com desconhecidos, tornaram-se repulsivas e o descontrole violento das emoções e das agressões deixaram de ser socialmente aceitáveis. Salienta-se também que, nessa nova perspectiva, punições cruéis públicas se transformaram em um ataque à sociedade (HUNT, 2012).

Nessa nova estrutura social, os indivíduos tinham autonomia sobre seus corpos. Além disso, tinha o direito à individualidade e à inviolabilidade de seus corpos, reconhecendo nos outros paixões e sentimentos semelhantes aos seus (HUNT, 2012).

Hunt (2012) também faz questionamentos sobre como os direitos humanos precisam ser apresentados numa declaração. Ademais, indaga sobre a necessidade dessa afirmação social. Na perspectiva da autora, uma afirmação formal e pública ratifica as transformações ocorridas.

Observa-se que a história da palavra *declaração* aponta para uma mudança na soberania. A palavra inglesa *declaration* deriva da francesa *déclaration*. No contexto francês, a palavra fazia originalmente referência a um catálogo de terras que deveriam ser dadas em troca do juramento de vassalagem a um senhor feudal. No decorrer do século XVII, se referia cada vez mais às afirmações públicas do rei. Assim sendo, o ato de declarar estava relacionado à soberania. A partir do momento que a autoridade foi deslocada, isto é, dos senhores feudais para o rei francês, o poder de fazer declarações também se deslocou (HUNT, 2012).

Embora, em 1789, deputados franceses não estivessem preparados para questionar, de modo explícito, a soberania do rei, omitiram qualquer menção ao rei na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. As listas sobre os direitos específicos do ser humano tratavam, quase todas, de assuntos ligados à liberdade de imprensa, à liberdade religiosa em alguns casos, à igualdade de tributação, à igualdade perante a lei e à proteção diante de prisões autoritárias (HUNT, 2012).

Havia uma variação terminológica entre os deputados na França, utilizava-se expressões como *os direitos do homem na sociedade*, *os direitos do cidadão francês* ou apenas *direito*, todavia era mais comum o uso de *os direitos do homem* (HUNT, 2012).

Segundo Hunt (2012), assim como nos Estados Unidos, na França, foram declarados os direitos como parte integrante de um rompimento com a autoridade estabelecida. Os deputados franceses, no documento, buscaram reunir como um novo fundamento para legitimar o governo, as proteções legais dos direitos individuais. Nesse documento, não eram feitas citações sobre o rei, a história francesa ou a Igreja Católica. Vale ressaltar que todo agente público precisaria prestar contas de seus atos e que os direitos eram declarados “na presença e sob os auspícios do Ser Supremo”.

Os artigos da declaração não fazem menção a grupos específicos. Dessa forma, as classes, as religiões e os sexos não constavam no documento. É importante enfatizar que o ato de declarar não resolvia todos os problemas, mas abria espaço para novos debates sobre grupos como escravos e mulheres e

aumentava a urgência de questões ligadas às minorias religiosas e aos direitos das pessoas sem propriedade. Além disso, a declaração era uma forma dos deputados se apoderarem da soberania. O ato de declarar abriu espaço para discussões, antes, impensáveis sobre o papel do rei, sobre quem melhor representava a nação e sobre a limitação de direitos por causa de idade, sexo, raça, religião e riqueza (HUNT, 2012).

Segundo Hunt (2012), a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* transformou a linguagem da França e do mundo inteiro. Essa declaração traçou princípios gerais de justiça, a saber, a lei deveria ser a mesma para todas as pessoas, não havia mais espaço para prisões arbitrárias e os acusados deveriam ser considerados inocentes até serem julgados culpados. Entre as consequências da criação da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, está o surgimento de um novo código penal.

Nos Estados Unidos e na França, as declarações de direitos faziam referências aos homens, ao cidadão, ao povo e à sociedade independentemente das posições políticas. Ainda que os deputados não fizessem menção à religião, à raça ou ao sexo, estava pressuposto que mulheres e escravos estavam excluídos (HUNT, 2012).

No que concerne aos discursos dessas declarações, é possível afirmar, respaldado pela análise do discurso, que eles contribuem com o imaginário de igualdade entre os sujeitos, apagando as relações de preconceito e discriminação das sociedades do período em que foram elaboradas.

De acordo com Hunt (2012), a Revolução Francesa mostrou que os direitos humanos possuem uma lógica interna. É crucial registrar que a França concedeu direitos políticos aos negros livres em 1792 e emancipou os escravos em 1794, muito antes de qualquer outro país. Os Estados Unidos só aboliram oficialmente a escravidão em 1865. A difusão dos *direitos do homem* fez com que a manutenção do sistema de escravos fosse muito mais difícil para os franceses (HUNT, 2012).

Não é demais frisar que apenas um grupo reduzido afirmava que os direitos também se aplicavam às mulheres. Mesmo assim, as questões das mulheres

passaram a ser discutidas. Assim, os deputados estenderam seus direitos civis. Elas ganharam direito ao divórcio pelos mesmos motivos que os homens (HUNT, 2012).

Os direitos das mulheres foram tratados com descaso. Elas foram excluídas dos direitos políticos no século XVIII. Antes do fim do século XIX, não puderam votar em eleições nacionais em nenhum lugar do mundo. Possivelmente isso aconteceu pelo fato das mulheres não serem consideradas um grupo minoritário perseguido. Ao contrário dos escravos, elas tinham alguns direitos, ainda que limitados (HUNT, 2012).

É crucial lembrar que a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* não impediu a morte das pessoas consideradas inimigas na França. Apesar de algumas críticas, a declaração foi elogiada por vários escritores e políticos europeus e estadunidenses, contudo, a partir do momento em que a Revolução Francesa foi se radicalizando, a opinião pública se polarizou (HUNT, 2012).

Segundo algumas críticas, a declaração representava a má influência da filosofia iluminista, do ateísmo, do protestantismo e também da maçonaria. Além disso, levava as pessoas a pensarem somente em desejos individuais e a França a uma situação anárquica (HUNT, 2012).

Napoleão, paradoxalmente, abriu caminho para a tolerância religiosa e para os direitos políticos e civis iguais de grupos religiosos minoritários em todos os lugares em que comandou, porém, na França, restringiu duramente a liberdade de expressão e de imprensa (HUNT, 2012).

Convém lembrar que os socialistas e os comunistas defendiam que as classes baixas tivessem igualdade social e econômica e não somente direitos políticos iguais. Muitos socialistas desconfiavam dos *direitos do homem*, pois consideravam uma hipocrisia. Eles faziam questionamentos sobre as propriedades privadas (HUNT, 2012).

Marx não simpatizou com a ênfase política nos direitos do homem. Lênin também fez duras críticas aos direitos individuais. Nessa perspectiva, os direitos

individuais protegem a propriedade privada, mantendo a exploração dos trabalhadores (HUNT, 2012).

Marx (2004) fez duras críticas ao direito à propriedade privada. Segundo ele, trata-se do direito de desfrutar de um patrimônio e dele dispor arbitrariamente, não atendendo as demais pessoas. Assim, trata-se de um direito do interesse pessoal. Em sua perspectiva, a liberdade individual faz parte do fundamento da sociedade burguesa. Segundo ele, os direitos do homem não ultrapassam o egoísmo do homem, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seus interesses particulares, em sua arbitrariedade privada.

União Soviética e Grã-Bretanha, em 1944, rejeitaram propostas de integrar os direitos humanos à *Carta das Nações Unidas*. Os soviéticos não queriam interferências no seu campo de influências e os britânicos temiam a influência que essa atitude poderia ter nos movimentos de independência de suas colônias. É crucial lembrar que inicialmente os Estados Unidos se opuseram a uma sugestão chinesa de acrescentar uma afirmação sobre igualdade racial. Atendendo às pressões, os Estados Unidos concordaram em incluir os direitos humanos na *Carta*. União Soviética e Grã-Bretanha cederam, pois o documento garantia que as Nações Unidas não iriam interferir em assuntos internos de uma nação (HUNT, 2012).

A *Carta das Nações Unidas* dava ênfase aos assuntos de segurança internacional, dedicando poucas linhas aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Embora tratasse pouco do tema dos direitos humanos, criava uma Comissão dos Direitos Humanos que teve como sua primeira atividade o esboço de uma carta dos direitos humanos (HUNT, 2012).

Eleanor Roosevelt teve um papel decisivo, porquanto conseguiu que uma declaração fosse rascunhada. John Humphrey, professor de direito da Universidade McGill, no Canadá, fez o rascunho preliminar. Em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral aprovou a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Quarenta e oito países votaram a favor e oitos países do bloco soviético se abstiveram. Nenhum país votou contra (HUNT, 2012).

Convém assinalar aqui que, conforme Hunt (2012), não havia na declaração mecanismos de imposição. Segundo a historiadora, se houvesse, possivelmente, não seria aprovada. Assim, o documento tem sido padrão para debates e atuações internacionais sobre os direitos humanos.

Na perspectiva de Hunt (2012), a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* é o começo do processo e não o seu auge. De acordo com a professora, ainda que no início, os comunistas tivessem resistido ao consenso internacional sobre a importância de se defender os direitos humanos, o progresso desses direitos foi mais notório entre eles. Partidos comunistas da Europa Ocidental, no início da década de 1970, passaram a defender os direitos humanos. O bloco soviético, no final da década de 1980, passou a caminhar pela mesma direção.

Aqui é importante pontuar que os efeitos de sentidos, produzidos em torno das expectativas do surgimento de uma sociedade onde as nações possam manter relações amistosas, foram produzidos ideologicamente pelo discurso dos direitos humanos como superação dos acontecimentos funestos da II Guerra Mundial. O conceito de direitos humanos, sendo assim, têm historicidade, porquanto foi delineado em condições de produção específicas, em dados domínios científicos e em espaços institucionais de enunciação determinados.

Silva (2013b), na busca por uma compreensão da constituição do sujeito universal, aponta para a ilusão de uma inclusão total. Em sua perspectiva, existe uma grave contradição discursiva na qual o sujeito universal de direitos humanos não se apresenta do modo como afirmam as declarações sobre direitos humanos. O pesquisador argumenta que pensar na existência de um "todos" de fato universal, como uma verdade absoluta ou um ideal a ser seguido, é desconsiderar e anular as diferenças entre as culturas.

Silva (2013b) explica que o sentido de sujeito-de-direito universal, ao carregar contradições, está sempre em movimento. Assim, torna-se necessário ampliar e incorporar outros sujeitos que pelo seu caráter universal já deveriam estar incluídos. Por isso, a necessidade de outras declarações que afirmem o direito da mulher, da

criança, das minorias étnicas, dos deficientes físicos, dos presidiários e dos indígenas, por exemplo. Sempre caberá exclusão no "todos".

A seguir, sob a perspectiva da análise do discurso de matriz francesa, será realizada uma análise do termo HUMAN RIGHTS no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas.

## **6. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS SENTIDOS SOBRE DIREITOS HUMANOS E A EXCLUSÃO DE SUJEITOS NO TESAURO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DAS NAÇÕES UNIDAS**

Será realizada, neste capítulo, uma análise discursiva do termo HUMAN RIGHTS, em português DIREITOS HUMANOS, no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Assim, nesta perspectiva, o tesouro enquanto um dispositivo de controle dos sujeitos pelo controle dos vocabulários produz sentidos, constituindo-se como um objeto de análise sob o prisma da teoria do discurso.

De acordo com a ONU, o conceito de direitos humanos é definido da seguinte maneira:

Os direitos humanos são direitos que temos simplesmente porque existimos como seres humanos, ou seja, não são concedidos por nenhum Estado. Estes direitos universais são inerentes a todos nós, independentemente da nacionalidade, sexo, origem nacional ou étnica, cor, religião, língua, ou qualquer outro estatuto. Além disso, são também inalienáveis, o que significa que não podem ser retirados (exceto em situações específicas e de acordo com os devidos processos) e indivisíveis (CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO PARA A EUROPA OCIDENTAL, 2023).

A norma ISO 25964-1 define conceito como unidade de pensamento. Os conceitos, segundo essa norma, podem ser expressos de várias maneiras diferentes. Eles existem na mente como entidades abstratas independentes dos termos usados para expressá-los. O termo, por seu turno, é definido como palavra ou frase usada para nomear um conceito.

Conforme a figura 3, na sequência, ao acessar o tesouro, há apresentação de um esquema de conceitos representado por dezoito termos. São eles: POLITICAL AND LEGAL QUESTIONS, ECONOMIC DEVELOPMENT AND DEVELOPMENT FINANCE, NATURAL RESOURCES AND THE ENVIRONMENT, AGRICULTURE, FORESTRY AND FISHING, INDUSTRY, TRANSPORT AND COMMUNICATIONS, INTERNATIONAL TRADE, POPULATION, HUMAN SETTLEMENTS, HEALTH,

EDUCATION, EMPLOYMENT, HUMANITARIAN AID AND RELIEF, SOCIAL CONDITIONS AND EQUITY, CULTURE, SCIENCE AND TECHNOLOGY, GEOGRAPHICAL DESCRIPTORS, ORGANIZATIONAL QUESTIONS.

**Figura 3:** Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas

UNBIS Thesaurus	
<a href="#">Browse Concepts</a> <a href="#">Browse Alphabetically</a> <a href="#">About</a>	
<input type="text" value="Search"/>	
Concept	01 - POLITICAL AND LEGAL QUESTIONS
Schemes	02 - ECONOMIC DEVELOPMENT AND DEVELOPMENT FINANCE
	03 - NATURAL RESOURCES AND THE ENVIRONMENT
	04 - AGRICULTURE, FORESTRY AND FISHING
	05 - INDUSTRY
	06 - TRANSPORT AND COMMUNICATIONS
	07 - INTERNATIONAL TRADE
	08 - POPULATION
	09 - HUMAN SETTLEMENTS
	10 - HEALTH
	11 - EDUCATION
	12 - EMPLOYMENT
	13 - HUMANITARIAN AID AND RELIEF
	14 - SOCIAL CONDITIONS AND EQUITY
	15 - CULTURE
	16 - SCIENCE AND TECHNOLOGY
	17 - GEOGRAPHICAL DESCRIPTORS
	18 - ORGANIZATIONAL QUESTIONS
URI	<a href="http://metadata.un.org/thesaurus/00">http://metadata.un.org/thesaurus/00</a>
Version	20210714
Language Equivalents	
ar	مركز نظام الأمم المتحدة للمعلومات البليوغرافية
zh	联合国书目信息系统叙词表
en	UNBIS Thesaurus
fr	Thésaurus UNBIS
ru	Тезаурысе ЮНБИС
es	Tesouro UNBIS

**Fonte:** Dag Hammarskjöld Library (2022).

Os conceitos HUMAN RIGHTS e SOCIAL CONDITIONS AND EQUITY (em português CONDIÇÕES SOCIAIS E EQUIDADE) estão hierarquicamente

relacionados. Aquele subordinado a este. De acordo com a norma ISO 25964-1 (2011), a relação hierárquica deve ser estabelecida entre um par de conceitos quando o escopo de um deles se insere completamente no escopo do outro. Essa relação deve ser baseada em graus ou níveis de superordenação e subordinação, em que o conceito superordenado representa uma classe ou um todo e os conceitos subordinados se referem aos seus membros ou partes.

A principal função da relação hierárquica, lembra Dextre Clarke (2001), é alertar o sujeito para termos alternativos que podem ser usados para transmitir o mesmo conceito, mas em um nível diferente de especificidade. De acordo com a autora, a manipulação cuidadosa de termos hierarquicamente relacionados permite ao sujeito ampliar ou restringir uma pesquisa à vontade.

Além de HUMAN RIGHTS, estão em uma relação hierárquica com o conceito SOCIAL CONDITIONS AND EQUITY: WOMEN'S ADVANCEMENT, DISCRIMINATION, GENEALOGY AND EMBLEMS, NARCOTIC DRUGS, CRIME AND CRIMINAL JUSTICE, SOCIAL SCIENCE DISCIPLINES AND METHODOLOGIES, PSYCHOLOGY, SOCIAL DEVELOPMENT, WELFARE AND SOCIAL SERVICES.

No tocante aos termos relacionados a HUMAN RIGHTS, encontram-se: ABUSE OF POWER, ACADEMIC FREEDOM, ADMINISTRATIVE DETENTION, AMNESTY, ARBITRARY DETENTION, CAPITAL PUNISHMENT, CENSORSHIP, CIVIL AND POLITICAL RIGHTS, CIVILIAN PERSONS, CONCENTRATION CAMPS, CONSCIENTIOUS OBJECTORS, CRIMES AGAINST HUMANITY, DEATH IN CUSTODY, DEBT BONDAGE, DETAINED JUVENILES, DETAINED PERSONS, DETENTION, DETENTION CENTRES, DETENTION ON GROUNDS OF MENTAL ILLNESS, DIPLOMATIC ASYLUM, DISAPPEARANCE OF PERSONS, DISSIDENTS, DUTY OF THE INDIVIDUAL TO THE COMMUNITY, ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS, EQUALITY, EQUALITY BEFORE THE LAW, ETHNIC CLEANSING, EXTRALEGAL EXECUTIONS, FAMILY RIGHTS, FORCED LABOUR, FREEDOM, FREEDOM OF ASSOCIATION, FREEDOM OF EXPRESSION, FREEDOM OF INFORMATION, FREEDOM OF MOVEMENT, FREEDOM OF THE PRESS, FREEDOM OF THOUGHT, GENOCIDE, GENOCIDE

PREVENTION, HONOUR KILLINGS, HUMAN RIGHTS, HUMAN RIGHTS ACTIVISTS, HUMAN RIGHTS ADVANCEMENT, HUMAN RIGHTS EDUCATION, HUMAN RIGHTS IN ARMED CONFLICTS, HUMAN RIGHTS INDICATORS, HUMAN RIGHTS INSTITUTIONS, HUMAN RIGHTS MONITORING, HUMAN RIGHTS POLICY, HUMAN RIGHTS VIOLATIONS, HUMAN SECURITY, HUMANITARIAN INTERVENTION, HUMANITARIAN STANDARDS, INCOMMUNICADO DETENTION, JUSTICE, LABOUR EXPLOITATION, LAND RIGHTS, MASS GRAVES, PETITIONS, POLITICAL PRISONERS, POLITICAL REPRESSION, PRISON VISITS, PRISONER TREATMENT, PRISONERS OF WAR, RELIGIOUS FREEDOM, RELIGIOUS INTOLERANCE, REPRODUCTIVE FREEDOM, RESPONSIBILITY TO PROTECT, RIGHT OF ARRESTED PERSONS TO COMMUNICATE, RIGHT OF ASSEMBLY, RIGHT OF ASYLUM, RIGHT OF PETITION, RIGHT TO A FAIR TRIAL, RIGHT TO COMMUNICATE, RIGHT TO COUNSEL, RIGHT TO CULTURE, RIGHT TO DEVELOPMENT, RIGHT TO DRINKING WATER, RIGHT TO EDUCATION, RIGHT TO FOOD, RIGHT TO HEALTH, RIGHT TO HOUSING, RIGHT TO LIFE, RIGHT TO NATIONALITY, RIGHT TO OWN PROPERTY, RIGHT TO PEACE, RIGHT TO PRIVACY, RIGHT TO SECURITY OF TENURE, RIGHT TO THE TRUTH, RIGHT TO VOTE, RIGHT TO WORK, RIGHTS OF THE ACCUSED, RIGHTS OF THE CHILD, SELF-DETERMINATION OF PEOPLES, SLAVERY, SOLITARY CONFINEMENT, SPECIAL PROCEDURES, SUMMARY EXECUTIONS, TORTURE AND OTHER CRUEL TREATMENT, TORTURE PREVENTION, TORTURE VICTIMS, TRADE UNION RIGHTS, TRAFFICKING IN PERSONS, TRAVEL RESTRICTIONS, TRUTH COMMISSIONS, WAR CRIMES, WAR CRIMINALS, WOMEN'S RIGHTS, WORKERS' RIGHTS.

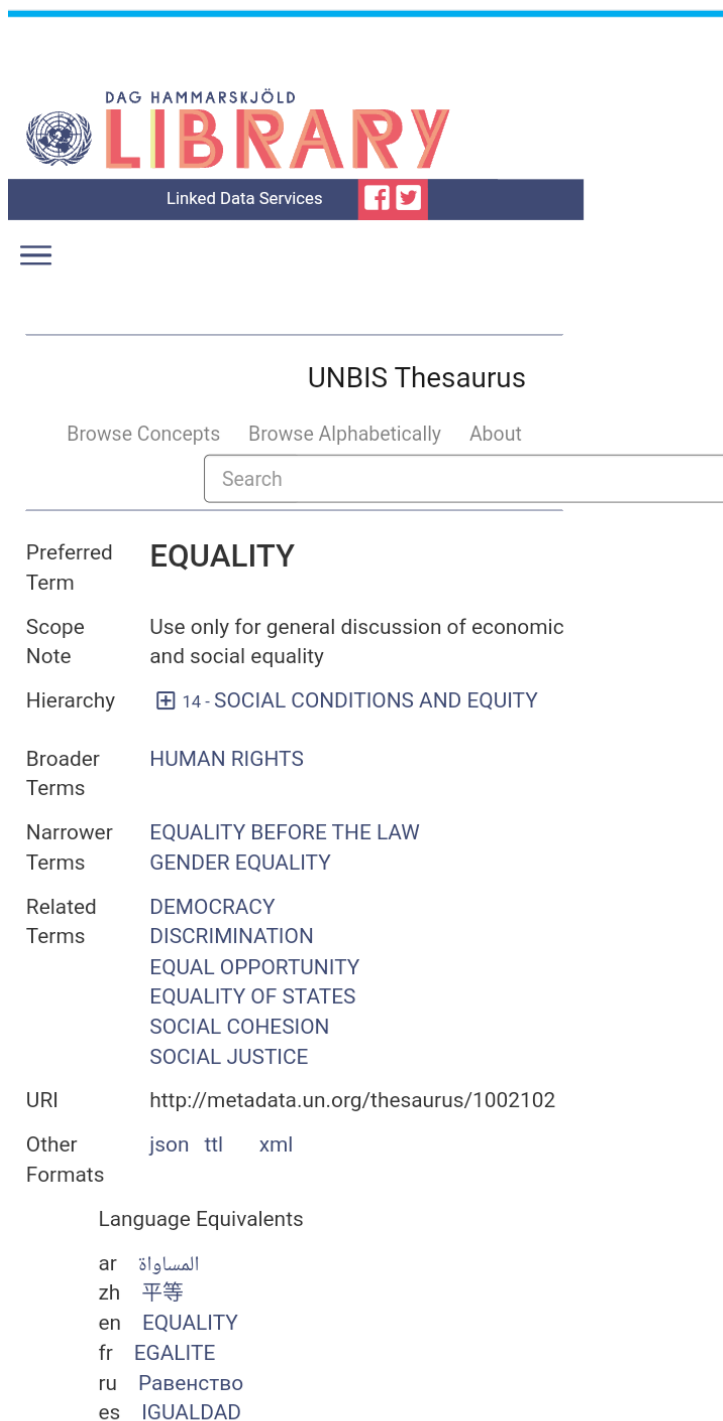
Segundo a norma ISO 25964-1 (2011), o termo relacionado é um termo preferido que representa um conceito que tem uma relação associativa com o termo em questão. Constatou-se que os termos relacionados aos direitos humanos podem ser associados aos sentidos de guerra e de paz. Tais sentidos estão historicamente atrelados aos discursos das Nações Unidas. O termo CONCENTRATION CAMP, em português CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO, por exemplo, remete à memória discursiva do holocausto judaico na II Guerra Mundial.

Aqui vale evocar que as Nações Unidas buscam “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade” (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2007).

Sob a luz da teoria do discurso, não é demais frisar que o termo HUMAN RIGHTS traz em si uma memória. Há vários termos, no tesouro, ligados aos direitos humanos que remetem à Revolução Francesa cujo lema era liberdade, igualdade e fraternidade. Entre esses termos, estão: EQUALITY, EQUALITY BEFORE THE LAW, FREEDOM, FREEDOM OF ASSOCIATION, FREEDOM OF EXPRESSION, FREEDOM OF INFORMATION, FREEDOM OF MOVEMENT, FREEDOM OF THE PRESS, FREEDOM OF THOUGHT.



O termo EQUALITY (em português IGUALDADE), consoante a figura 4, tem como termos relacionados: DEMOCRACY, DISCRIMINATION, EQUAL OPPORTUNITY, EQUALITY OF STATES, SOCIAL COHESION, SOCIAL JUSTICE.

**Figura 4 :** O termo EQUALITY no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas



The image shows a screenshot of the UNBIS Thesaurus website. At the top, there is a blue header with the logo of the Dag Hammarskjöld Library, which includes the United Nations emblem and the text 'DAG HAMMARSKJÖLD LIBRARY'. Below the logo, there are links for 'Linked Data Services' and social media icons for Facebook and Twitter. A hamburger menu icon is visible on the left. The main content area is titled 'UNBIS Thesaurus' and includes navigation links: 'Browse Concepts', 'Browse Alphabetically', and 'About'. A search bar is present with the text 'Search'. The entry for 'EQUALITY' is displayed, showing its preferred term, scope, note, hierarchy, broader terms, narrower terms, related terms, URI, and other formats. Below these, there is a section for 'Language Equivalents' listing the term in various languages.

**DAG HAMMARSKJÖLD LIBRARY**

Linked Data Services  

☰


**UNBIS Thesaurus**

[Browse Concepts](#) [Browse Alphabetically](#) [About](#)

Search

Preferred Term **EQUALITY**

Scope Note Use only for general discussion of economic and social equality

Hierarchy  14 - SOCIAL CONDITIONS AND EQUITY

Broader Terms HUMAN RIGHTS

Narrower Terms EQUALITY BEFORE THE LAW  
GENDER EQUALITY

Related Terms DEMOCRACY  
DISCRIMINATION  
EQUAL OPPORTUNITY  
EQUALITY OF STATES  
SOCIAL COHESION  
SOCIAL JUSTICE

URI <http://metadata.un.org/thesaurus/1002102>

Other Formats [json](#) [ttl](#) [xml](#)

Language Equivalents

ar المساواة

zh 平等

en EQUALITY

fr EGALITE

ru Равенство

es IGUALDAD

**Fonte:** Dag Hammarskjöld Library (2022).

Por sua vez, a termo FREEDOM (em português LIBERDADE), conforme a figura 5, tem como termos relacionados: DEMOCRACY DUTY OF THE INDIVIDUAL TO THE COMMUNITY, HUMAN RIGHTS INDICATORS, LIBERALISM, SOCIAL CONTROL, TOTALITARIANISM.

**Figura 5:** O termo FREEDOM no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas

---

**UNBIS Thesaurus**

[Browse Concepts](#)   [Browse Alphabetically](#)   [About](#)

---

Preferred Term	<b>FREEDOM</b>
Scope Note	Use only for very general materials
Used For	LIBERTY
Hierarchy	<a href="#">14 - SOCIAL CONDITIONS AND EQUITY</a>
Broader Terms	HUMAN RIGHTS
Related Terms	DEMOCRACY DUTY OF THE INDIVIDUAL TO THE COMMUNITY HUMAN RIGHTS INDICATORS LIBERALISM SOCIAL CONTROL TOTALITARIANISM
JRI	<a href="http://metadata.un.org/thesaurus/1002522">http://metadata.un.org/thesaurus/1002522</a>
Other Formats	<a href="#">json</a> <a href="#">ttl</a> <a href="#">xml</a>
Language Equivalents	
ar	الحرية
zh	自由
en	FREEDOM
fr	LIBERTE
ru	Свобода
es	LIBERTAD

**Fonte:** Dag Hammarskjöld Library (2022).

Ao inserir o termo HUMAN RIGHTS no tesouro, conforme a figura 6, verifica-se também que ele é usado para (Used for) INDIVIDUAL RIGHTS, na língua portuguesa DIREITOS INDIVIDUAIS. É relevante mencionar que existem outros modos de se referir aos direitos humanos, sem ser direitos individuais, como por exemplo, direito do homem, direitos básicos ou direitos fundamentais.

**Figura 6:** O termo HUMAN RIGHTS no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas

---

Preferred Term	<b>HUMAN RIGHTS</b>
Used For	INDIVIDUAL RIGHTS
Hierarchy	⊕ 14 - SOCIAL CONDITIONS AND EQUITY
Broader Terms	HUMAN RIGHTS
Narrower Terms	CIVIL AND POLITICAL RIGHTS HUMAN RIGHTS IN ARMED CONFLICTS RIGHT OF ASYLUM RIGHT TO PEACE WOMEN'S RIGHTS WORKERS' RIGHTS
Related Terms	ANIMAL RIGHTS ARBITRARY DETENTION COMMUNITY GRIEVANCE MECHANISMS HUMAN RIGHTS ADVANCEMENT HUMAN RIGHTS INDICATORS HUMAN RIGHTS MONITORING HUMAN RIGHTS POLICY HUMAN RIGHTS VIOLATIONS HUMAN SECURITY HUMANITARIAN INTERVENTION HUMANITARIAN STANDARDS HUMANKIND PROPORTIONALITY SOLIDARITY
URI	<a href="http://metadata.un.org/thesaurus/1002975">http://metadata.un.org/thesaurus/1002975</a>
Other Formats	json ttl xml
Language Equivalents	
ar	حقوق الإنسان
zh	人权
en	HUMAN RIGHTS
fr	DROITS DE L'HOMME
ru	Права человека
es	DERECHOS HUMANOS

**Fonte:** Dag Hammarskjöld Library (2023).

A indexação, de acordo com a NBR 12676 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992), é o “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”.

Posto isso, mesmo que exista um termo superordenado, SOCIAL CONDITIONS AND EQUITY, capaz de conduzir o olhar que se deve ter no que diz respeito aos conceitos subordinados, ver-se-á que, no processo de indexação, há uma associação entre direitos humanos e direitos individuais. Assim, a princípio, faltam associações entre direitos humanos e direitos coletivos, por exemplo, que poderiam reforçar os efeitos de sentido de equidade do termo superordenado. Conforme já apontado, a liberdade individual faz parte do fundamento da sociedade burguesa. Há no tesouro elementos que corroboram esse entendimento, podendo produzir efeitos que reforçam os sentidos de alienação para com o próximo e de espírito individualista, conforme as críticas marxistas.

Tem-se aí, de acordo com a perspectiva de Lucas (1998b), a atuação do indexador como intérprete, a partir de condições de produção específicas e dentro de sua formação discursiva. Conforme já mencionado, essas condições de produção específicas regem a interpretação (ORLANDI, 2007a).

É importante pontuar, respaldado por Orlandi (2007c), que esses sentidos sobre os direitos humanos têm a ver com o que é dito no tesouro, bem como em outros lugares, do mesmo modo com o que não é dito, e com o que poderia ser dito, mas não foi.

Bragato (2014) assinala que a teoria dominante dos direitos humanos conta a história dos direitos dados a uma parcela muito pequena da humanidade em um certo espaço e tempo, a saber, o Ocidente moderno. Essa, todavia, não deve ser considerada a história dos direitos humanos como um todo. O discurso dominante dos direitos humanos é localizado e parcial em razão de seu caráter eurocêntrico. A autora critica a concepção dos direitos humanos como um fenômeno atrelado às sociedades metropolitanas e que ignora o percurso constitutivo nos espaços invisíveis da humanidade.

Ainda segundo ela, a gênese europeia dos direitos humanos é um conceito-chave para fortalecer o imaginário que apresenta o Ocidente como o locus legítimo de enunciação e de produção de conhecimento válido e legítimo. Isso devido ao fato de corroborar os sentidos de que somente o Ocidente tem as condições para o estabelecimento destes direitos e que, quando o restante da humanidade atingir a mesma etapa, estará apta a desfrutar dos mesmos direitos, o que está no centro do projeto homogeneizante de negação da diversidade cultural. Embora não se deva ignorar as contribuições e o protagonismo ocidental nas mais diversas áreas do conhecimento e também na afirmação dos direitos humanos, é preciso deixar claro que elas são limitadas e pontuais (BRAGATO, 2014).

Para Bragato (2014, p.219),

as brutalidades e os horrores do colonialismo, representados nas figuras do genocídio indígena, da escravidão africana, do saque das riquezas dos continentes colonizados e, especialmente, da ideologia do racismo e da intolerância, reproduzida no século XX dentro da própria Europa e responsável por duas guerras de dimensões globais, descortinam a realidade de que a concepção geo-histórica dominante dos direitos humanos é uma contradição em si mesma.

Vale ressaltar também que a história tida como “oficial” dos direitos humanos aponta para como esses direitos foram reconhecidos a uma pequena parcela da humanidade (branca e proprietária), entretanto encobre como foi produzido um discurso de gradação e hierarquização que permitiu que uma parcela bem significativa da humanidade não tivesse acesso a esses direitos (BRAGATO, 2014).

Na figura 7, aparece o termo francês para direitos humanos: DROITS DE L'HOMME. Esse termo também merece uma atenção nesta análise, a fim de problematizar o modo como um termo, tão relevante para diferentes culturas, é indexado no tesouro. Ademais, é possível pelo conceito de memória discursiva, uma reflexão sobre como diferentes sujeitos significam as concepções de DROITS DE L'HOMME.

**Figura 7:** O termo DROITS DE L'HOMME no Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas

Terme préférentiel	<b>DROITS DE L'HOMME</b>
Employé pour	DROITS DE LA PERSONNE, DROITS HUMAINS
Hiérarchie	☒ 14 - QUESTIONS SOCIALES
Termes génériques	DROITS DE L'HOMME
Termes spécifiques	DROIT A LA PAIX DROIT D'ASILE DROITS CIVILS ET POLITIQUES DROITS DE L'HOMME DANS LES CONFLITS ARMES DROITS DE LA FEMME DROITS DES TRAVAILLEURS
Termes associés	DETENTION ARBITRAIRE DROITS DES ANIMAUX HUMANITE INDICATEURS DES DROITS DE L'HOMME INTERVENTION HUMANITAIRE MECANISMES COMMUNAUTAIRES DE REGLEMENT DES GRIEFS NORMES HUMANITAIRES OBSERVATION DES DROITS DE L'HOMME POLITIQUE DES DROITS DE L'HOMME PROMOTION DES DROITS DE L'HOMME PROPORTIONNALITE SECURITE HUMAINE SOLIDARITE VIOLATIONS DES DROITS DE L'HOMME
URI	<a href="http://metadata.un.org/thesaurus/1002975">http://metadata.un.org/thesaurus/1002975</a>
Autres formats	json ttl xml
Équivalents linguistiques	
ar	حقوق الإنسان
zh	人权
en	HUMAN RIGHTS
fr	DROITS DE L'HOMME
ru	Права человека
es	DERECHOS HUMANOS

**Fonte:** Dag Hammarskjöld Library (2022).

Segundo Willsher (2015), correspondente em Paris do jornal britânico The Guardian, há grupos na França, sobretudo ligados a movimentos feministas, que questionam o termo DROITS DE L'HOMME, chegando a pedir uma mudança

terminológica. Eles entendem que a expressão *direitos do homem* torna as mulheres e suas lutas invisíveis. Por outro lado, alguns críticos desses movimentos argumentam que o termo *Homme* quando em maiúscula denota a humanidade como um todo. As feministas, no entanto, apontam que o *H* maiúsculo raramente é usado quando escrito e não pode ser distinguido quando falado. Além disso, elas argumentam que a França é o único país que traduziu *direitos humanos* como *direitos do homem* para a declaração universal das Nações Unidas.

De acordo com o Conselho Superior para a Igualdade entre Mulheres e Homens (2018), o termo *direitos humanos* é usado no Quebec francófono, mostrando o isolamento da França. O órgão também afirma que nunca foi intenção dos autores da Declaração de 1789 conceder às mulheres os mesmos direitos que os homens, lembrando o fim de Olympe de Gouges. Assim sendo, defende pôr fim à lógica discriminatória que a língua francesa carrega.

A memória discursiva do termo em questão, nesse caso, permite a retomada de discursos produzidos em condições históricas nas quais os direitos femininos eram bastante restritos.

Constata-se, assim, que os sistemas de organização do conhecimento produzem subjetividades. Há sujeitos que não se sentem representados pelo termo DROITS DE L'HOMME, devido a possíveis sentidos de exclusão. Assim, o que é dito em outro lugar também significa no termo de um tesouro.

Esses complexos sistemas estão inseridos em um espaço discursivo, pois os termos e os conceitos são constituídos a partir de materialidades vinculadas a diversas redes de sentidos. Existem, assim, relações de poder nesses sistemas.

Diante dessas discussões em torno do termo DROITS DE L'HOMME, observa-se que, consoante Pêcheux (2020a, p.64), “as palavras podem mudar de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”.

Tem-se aí, conforme Orlandi (2007a; 2007b), a prova de que a interpretação é um gesto do sujeito e está carregada de ideologia. Não existe, assim, como ter certeza de como as pessoas significam as palavras. Não há como controlar o modo

como a ideologia funciona. Verifica-se, assim, que os sentidos não são iguais para sujeitos diferentes.

De acordo com Pêcheux (2014, p.25),

Na base econômica, no próprio interior das condições materiais de produção capitalistas: necessidades na organização do trabalho, da mecanização e da standardização que impõem uma comunicação sem equívocos – clareza lógica das instruções diretivas, propriedade de temas utilizados etc.

Destarte, o discurso de sentido único e de redução de polissemia na organização do conhecimento gera efeitos de sentidos de concordância, de harmonia. Produz, além disso, a ilusão de consenso na escolha de um termo para nomear um conceito. No entanto, é necessário frisar: a língua é um lugar de tensão, de disputa, de confrontos, de poder.

Em concordância com Orlandi (2007a): a metalinguagem formal não escapa aos princípios de significação. Uma vez que não há univocidade entre pensamento, mundo e linguagem, sempre haverá o espaço da interpretação e do equívoco.

Nunes (2002), autor da ciência da informação, questiona os sentidos que buscam precisar inequivocamente um termo. Segundo o autor, é mister incorporar as variações semânticas decorrentes do processo de investigação e de produção de novos conhecimentos. Existe um paradoxo, posto que, por um lado, se constrói uma linguagem pretensamente unívoca que busca por homogeneidade de significado e, por outro lado, deixa-se de atender à necessidade futura de heterogeneidade, imprescindível ao progresso científico.

Para ele, é muita pretensão esperar que as linguagens documentárias alcancem a univocidade. O autor explica que, na construção da linguagem documentária, o conceito de univocidade implica que cada termo tenha um único significado, precisamente definido (NUNES, 2002).

O autor defende que somente uma ruptura na direção de uma plurivocidade possibilitará que a análise documentária se abra à compreensão mais completa do fenômeno do conhecimento científico em suas dimensões epistemológicas,

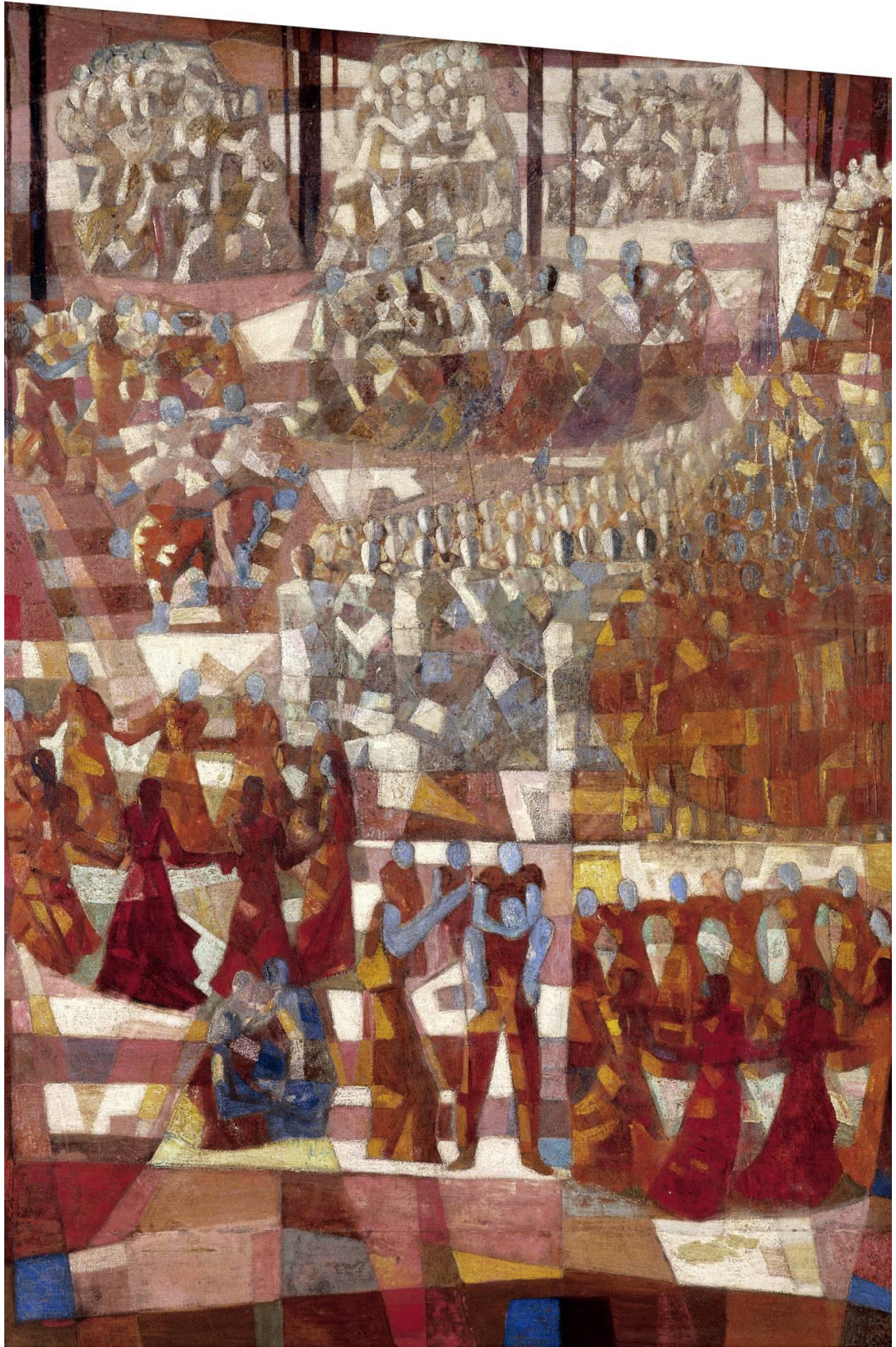
sociológicas e comunicacionais (NUNES, 2002).

Isso posto, cumpre ressaltar que as limitações dos termos relacionados aos direitos humanos não os tornam nulos ou sem relevância. No entanto, é relevante marcar que: as relações linguísticas de poder se pautam na produção de dispositivos de controle dos sujeitos pelo controle dos vocabulários.

Sendo assim, como um dispositivo de controle de vocabulário, por meio de seus termos, o tesouro pode produzir imaginariamente efeitos de consenso, naturalizando sentidos que aparentam ser os únicos viáveis na representação de um conceito.

Portanto, pensar a esfera política da organização do conhecimento, na perspectiva discursiva, implica compreender como a ideologia do regime de informação funciona via sistemas de organização do conhecimento atrelados às linguagens documentárias em busca da univocidade, do sentido exato, do controle dos sentidos, da língua perfeita.

Em seguida, no derradeiro capítulo, serão feitas considerações finais sobre a pesquisa.



(PORTINARI, 1952)

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a ONU tenha contribuído de forma bastante significativa, para o desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento, não se pode mascarar as limitações que impedem que seu trabalho seja melhor. Um dos principais empecilhos, aqui apontado, é a limitação linguística. Assim, ao silenciar línguas, há o silenciamento de subjetividades.

É lamentável pensar que uma organização internacional, cujas atividades atendem mais de 190 países, tenha apenas seis línguas oficiais. A fim de que as diversidades culturais dos sujeitos sejam respeitadas, é elementar o respeito às diversidades linguísticas. Tratar alguns idiomas, por questões políticas e econômicas, como oficiais, excluindo outros, sobretudo as línguas dos países em desenvolvimento, é uma das maiores contradições da ONU.

Os termos de um tesouro são matérias significantes. Desse modo, eles são criados de acordo com condições de produção específicas, atendendo interesses institucionais também específicos. Sob esse prisma, a organização do conhecimento é também a organização dos sentidos.

Dessa forma, é importante que haja a desestabilização dos sentidos de exclusão e de segregação no campo informacional. É necessário, além disso, que diferentes sujeitos ressignifiquem os termos presentes nos sistemas de organização do conhecimento, subvertendo os efeitos de sentido único e considerando que existem outros sentidos possíveis, diferentes dos sentidos dominantes e estabilizados.

Há uma necessidade de que surjam novos processos de significação no campo informacional. Ademais, é importante apresentar propostas de novos modos de subjetivação no âmbito da organização do conhecimento. Conforme a discussão da tese, os profissionais da informação são intérpretes que trabalham com diferentes materialidades discursivas. Assim, os tesouros e outros tipos de vocabulários controlados são meios para controlar a produção discursiva.

No que diz respeito à indexação, é preciso afirmar: ela é afetada por processos históricos e por sujeitos interpelados ideologicamente numa dada posição. O sujeito-indexador faz seu trabalho de leitura afetado por uma ideologia e determinado por condições históricas. Sendo assim, ele trabalha com sistemas de organização do conhecimento que estão inseridos em inquietantes relações de sentido.

É preciso pontuar também que políticas linguísticas e institucionais interferem na organização do conhecimento. É elementar refletir sobre o que motiva instituições a escolherem uma ou outra opção linguística e como as línguas interferem nesse processo de subjetivação. Nesse sentido, entende-se o tesouro como um dispositivo com mecanismos de controle de sentido que atende interesses institucionais. Assim, o Tesouro do Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas contribui com a institucionalização de determinados sentidos, podendo materializar sentidos de exclusão.

Os regimes de informação estão entranhados em complexas relações linguísticas de poder e em disputas pelos sentidos que são difundidos socialmente, por meio de discursos produzidos e agenciados por organizações internacionais, que administram importantes sistemas de organização do conhecimento, em determinadas condições de produção. Tendo isso em conta, cabe reforçar que os modos de representar e organizar o conhecimento, a partir de padrões regulatórios de organizações internacionais, não são os únicos possíveis.

Portanto, verifica-se que a classificação e a hierarquização das línguas e dos sujeitos afetam diretamente a organização do conhecimento. Assim, existem diferentes valorações linguísticas nas Nações Unidas que impactam no modo como os documentos são organizados e os sujeitos se veem representados. Nesse cenário, esse trabalho denuncia sentidos que excluem sujeitos e convoca uma resistência às imposições idiomáticas atreladas aos interesses políticos e econômicos de certos países em um regime de informação.

Acerca da dimensão política da organização do conhecimento, é preciso destacar que se trata de um terreno fecundo para os estudos discursivos,

especialmente, no que diz respeito às inquietações em torno da leitura de arquivos e às tensões geradas pelo controle de sentidos nos sistemas de organização do conhecimento. Considera-se, tendo a teoria do discurso em perspectiva, que há relações de poder inscritas na organização do conhecimento. Tais relações são marcadas por embates, por disputas, por inquietações e por tensões em torno da língua, da informação e do conhecimento.

Destarte, no tocante ao regime de informação, existe uma gestão administrativa dos arquivos que passa pelas Nações Unidas. Há um discurso nesse regime de informação, sustentado pelos documentos e pelo tesouro e naturalizado pelo funcionamento da ideologia, que fortalece o imaginário de uma instituição que busca “relações amistosas entre as nações” e que está fora dos embates e das relações de poder em torno dos sujeitos e das línguas.

## REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Discours et sociologie du langage. **Langage & société**, v. 37, n. 1, p. 5-60, 1986. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/lsoc\\_0181-4095\\_1986\\_num\\_37\\_1\\_2066](https://www.persee.fr/doc/lsoc_0181-4095_1986_num_37_1_2066) . Acesso em: 17 fev. 2021.
- ALMEIDA, Carlos. Cândido de. **Elementos de linguística e semiologia na organização da informação**. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109182/ISBN9788579832055.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 25 jan. 2023.
- ALMEIDA, Marco Antonio de. Informação, cultura e sociedade: reflexões sobre a Ciência da Informação a partir das Ciências Sociais. In: LARA, Marilda Lopes Ginez; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. São Paulo: Néctar; ECA/USP, 2007, p. 96-118. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- ALMEIDA, Marco Antonio de; CRIPPA, Giulia. De Bacon à Internet: considerações sobre a organização do conhecimento e a constituição da Ciência da Informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 109 -131, ago. 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3284/2613>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- ALMEIDA, Marco Antonio de. Aparelhos ideológicos do ciberespaço? Apontamentos para uma releitura de Althusser na perspectiva da sociedade da informação. In: SOUSA, Lucília Maria Abrahão; GARCIA, Dantielli Assumpção (Orgs). **Ler Althusser hoje**. EdUFSCar, 2017.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980a.
- ALTHUSSER, Louis. Marxismo e luta de classes. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições II**. Rio de Janeiro: Graal, 1980b. p. 131-137.
- ALTHUSSER, Louis. A corrente subterrânea do materialismo do encontro (1982). **Crítica marxista**, São Paulo, n. 9, p. 9- 48. 2005. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/critica20-A-althusser.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica20-A-althusser.pdf). Acesso em 02 jan. 2021.
- ALVARENGA, Lídia. **A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil: estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 1944-74**. 1996. Tese de doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. 244p.

ALVES, Mariana Garcia de Castro. **Osso de borboleta**: leitura discursiva do Fundo Michel Pêcheux pela textometria. 2020. 1 recurso online (219 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em:

[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/355628/1/Alves\\_MarianaGarciaDeCastro\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/355628/1/Alves_MarianaGarciaDeCastro_D.pdf) .Acesso em: 15 fev. 2021.

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. National Information Standards Organization. **ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010)**: guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2010.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992. 4p

BEZERRA, Emy Pôrto et al. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57935>. Acesso em 13 out. 2020.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 1, p. 165-192, 2011 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42340/46011>. Acesso em :10 mar.2021.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Novos estudos jurídicos**, v. 19, n. 1, p. 201-230, 2014. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/5548>. Acesso em: 29 mai. 2022.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In: **The emergent global information policy regime**. Palgrave Macmillan, London, 2004. p. 12-38. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230377684\\_2](https://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230377684_2). Acesso em: 21 out. 2020.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, df: Briquet de Lemos / Livros, 2016.

BUCKLAND, Michael. Document theory. In: HJØRLAND, Birge; GNOLI, Claudio. (Eds.). **Encyclopedia of knowledge organization**, 2020. Disponível em:< <https://www.isko.org/cyclo/document> > . Acesso em: 04 nov. 2020.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.

CAPRIOLI, Mariana da Silva. **Análise do discurso literário**: proposta de metodologia no processo de análise documental de textos narrativos de ficção. 2018. 104 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152778/caprioli\\_ms\\_me\\_mar.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152778/caprioli_ms_me_mar.pdf?sequence=5&isAllowed=y) . Acesso em: 02 jun. 2022.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Brascher Basílio. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, p. 53-73, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1675> . Acesso em: 11 jul. 2022.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **O secretário-geral**. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <https://unicrio.org.br/o-secretario-geral/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Abc das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: [http://unicrio.org.br/img/2011/09/ABC\\_maio\\_2011.pdf](http://unicrio.org.br/img/2011/09/ABC_maio_2011.pdf). Acesso em: 30 set. 2020.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO PARA A EUROPA OCIDENTAL. **75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Bruxelas: 2023. Disponível em: <https://unric.org/pt/75-anos-da-declaracao-universal-dos-direitos-humanos/> . Acesso 03 fev. 2022.

CINTRA, Anna Maria Marques. Subjetividade e interdisciplinaridade na Biblioteconomia. **Transinformação**, v. 8, n. 3, 1996. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1599/1571>. Acesso em 5 out. 2020.

COSTA, Grciely .Cristina da. Discurso de divulgação científica cinematográfica: apontamentos sobre uma ciência encenada. **Revista Tecnologia de linguagem e produção do conhecimento**, Coleção Hipersaberes, Santa Maria, v. II, 2009. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/hipersaberes/volumell/textos\\_pdf/TXTS\\_PDF/Grciely\\_da\\_Costa.pdf](http://w3.ufsm.br/hipersaberes/volumell/textos_pdf/TXTS_PDF/Grciely_da_Costa.pdf). Acesso em: 03 fev. 2023.

DAG HAMMARSKJÖLD LIBRARY. **About the UNBIS Thesaurus**. Nova York: 2022. Disponível em: <https://research.un.org/en/thesaurus> . Acesso em: 16 jun. 2022.

DELAIA, Claudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em**

**Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 107-130, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362010000300007&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362010000300007&script=sci_arttext). Acesso em: 22 nov.. 2020.

DEXTRE CLARKE, Stella . G. Thesaural relationships. In: BEAN, A.; GREEN, Rebecca (Ed.). **Relationships in the organization of knowledge**, p. 37-52, 2001.

DEXTRE CLARKE, Stella . G. . Thesaurus (for information retrieval). In: HJØRLAND, Birger; GNOLI, Claudio. (Eds.). **Encyclopedia of knowledge organization**, 2019. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/thesaurus> . Acesso em 28 out. 2020.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Caderno de Estudos do Discurso e do Corpo**, Vitória da Conquista, v. 10, p. 8-20, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236654535.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

DIAS, Cristiane. O sentido da automatização na Análise de Discurso: sobre a maquinaria dos sentidos. **Línguas e instrumentos linguísticos**, n. 44, p. 198-221, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657800>. Acesso em: 1º fev. 2021.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DODEBEI, Vera. Cultura digital : novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramZero: revista de ciência da informação**, v. 12, n. 2, p.1-12, abr. 2011. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2011/04/pdf\\_15b7c5a842\\_0016272.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/04/pdf_15b7c5a842_0016272.pdf). Acesso em: 4 mar. 2021.

ESTIVALS, Robert. A dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 10, n. 2, p. 121-152, 1981. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/15968> . Acesso em: 12 jan. 2020.

ETHNOLOGUE. **What are the top 200 most spoken languages?** Ethnologue: Languages of the World, 2022. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/guides/ethnologue200>. Acesso em: 1º fev. 2023.

FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Interações entre Semiótica da Cultura e Organização do Conhecimento: conceitos integradores. In: **II Congreso ISKO España-Portugal. Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos**. Universidad de Murcia, 2015. p. 603-617.

Disponível em: [http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/98\\_Farias.pdf](http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/98_Farias.pdf). Acesso em 19 nov. 2020.

FERNANDES, Carolina, RAMOS, Thaís Valim. Leitura/leitor. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (org.). **Glossário de termos do discurso**: edição ampliada. Campinas, SP: Pontes, 2020. p. 221- 224.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Arquivo, documento e memória na concepção discursiva. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 24, p. 152-171, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14702411.pdf> . Acesso em: 21 jan. 2023.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Sentidos de biblioteca escolar no discurso da ciência da informação. **Informação & Sociedade**, v. 18, n. 3, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95455>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O corpo como materialidade discursiva. **REDISCO**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 77-82, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2697/2242>. Acesso em : 02 dez. 2020.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2020.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; Hubert DREYFUS. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica** . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 122 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.  
FOUCAULT, Michel. Diálogos Sobre o Poder (1978). In.: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 253-266.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**: o governo de si e de outros II: Curso no Collège de France (1983-1984).São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FREIRE, Bernadina Maria Juvenal; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Ciência da Informação: buscando abrigo para um sujeito. **TransInformação, Campinas**, v. 12, n. 2, p. 71-79, 2000.

FREITAS, Lídia. Silva de. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. **Morpheus**, Ano 9, n.14, p.58-73 ,2012. Disponível em: <

<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4830/4320> >. Acesso em: 18 set. 2020.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: **Annual Conference of the Canadian Association for Information Science**. 1995. p. 7-10. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf> . Acesso em 10 ago. 2020.

FROHMANN, B. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research, **Journal of Library and Information Science Education**, v. 42, n. 1, p. 13- 28, 2001.

FROHMANN, Bernd. Foucault, Deleuze, and the ethics of digital networks. In: CAPURRO, Rafael; FRÜHBAUER, Johannes; HAUSMANNINGER, Thomas. **Localizing the Internet: Ethical Aspects in Intercultural Perspective**. Munich: Verlag, 2007. p. 5768

FROHMANN, Bernd . O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes ; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopez Ginez de (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cult. Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008a.

FROHMANN, Bernd. Subjectivity and information ethics 1. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 59, n. 2, p. 267-277, 2008b.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 8, n. 14, 2012. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4828>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha; BARBOSA NETO, Pedro Alves. Regimes de informação e regimes internacionais de direitos humanos: perspectivas teóricas e metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15, 2014, Belo Horizonte. **[Anais...]**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2710>. Acesso em 10 out. 2020.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RIO BRANCO, Luciana Beatriz Piovezan; ALVES, Roberta Caroline Vesú. Evolução teórica sobre tesouro. **Scire: representación y organización del conocimiento**, v. 26, n. 1, p. 13-25, 2020. Disponível em: <https://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4623/4257>. Acesso em: 3 nov. 2020.

GADET, Françoise. Prefácio. In:GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

GADET, Françoise; LEON, Jacqueline; MALDIDIER, Denise; Michel, PLON. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In:GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

GARDIN, Jean-Claude. Problemas da documentação. **Revista do Serviço Público**, v. 80, n. 02, p. 146-159, 1958. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4193>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GARDIN, Jean-Claude. **Les analyses de discours**. Delachaux et Niestlé, 1974.

GIORGENON, Daniela; SOUSA, Lucília Maria Abrahão; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. Sujeito, corpo e um espelho (cibernético): a memória em imagem e em discurso. **Tempo psicanalítico**, v. 46, n. 1, p. 81-97, 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382014000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382014000100007) . Acesso em: 02 dez. 2020.

GOMES, Pablo; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Organização do conhecimento em perspectiva social: tesouros e o compromisso com a diversidade cultural. **ISKO Brasil**, v. 6, 2019; 514-523, v. 24, n. 2, p. 523-514. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/125403> . Acesso em: 20 jul. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A reinvenção contemporânea da informação : entre o material e o imaterial. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.2, n.1, jan./dez. 2009. p.115-134 Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/116/1/GonzalezGomezTendencias2009.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A documentação e o neodocumentalismo. In: CRIPPA, Giulia.; MOSTAFA, Solange. Puntel. **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376/8576>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade**, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/44357> .Acesso em: 20 nov. 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. (Org.). **Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7of8DSvP60Jd2ZqMUgxZEdXek0/view>. Acesso em: 22 jul. 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C.A.; SANTOS, J.B.C. (org). **Análise do Discurso. Unidade e Dispersão**. Uberlândia : Entremeios, 2004, p. 19-42. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1nK9-7hEyYEQIFla2stQzNJRkU/view>. Acesso em 25 jul. 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. Claraluz, 2006a.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: Beth Barit. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2006b, v. 1, p. 33-52. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7of8DSvP60JS0ILdkMxVXVHYVk/view>. Acesso em 24 jul. 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário. No diagrama da AD Brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, Pedro (org). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Claraluz, 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7of8DSvP60JbWpSYXZKdGxzVWs/view>. Acesso: Acesso em 24 jul. 2020.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; SALES, Rodrigo. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em ciência da informação. **DataGramZero**, v. 11, n. 1, p. A02, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45467> . Acesso em: 25 jan. 2023.

HAUT CONSEIL À L'ÉGALITÉ ENTRE LES FEMMES ET LES HOMMES. **"Droits humains" vs "Droits de l'Homme"** : en finir avec une logique linguistique discriminatoire. Paris, 10 dez. 2018. Disponível em: : <https://haut-conseil-egalite.gouv.fr/parite/actualites/article/droits-humains-une-expression-qu-il-est-temps-de-generaliser>. Acesso em: 30 mai. 2022.

HENRY Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

HUDON, Michèle. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.

HUDON, Michèle. Accessing documents and information in a world without frontiers. **The Indexer**, London, v. 21, n. 4, p. 156-159, 1999.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Curitiba: A Página, 2012.

ISO 25964-1:2011. Thesauri and interoperability with other vocabularies. Part 1: thesauri for information retrieval. Geneve: International Standard Organization, 2011.

KOBASHI, Nair. Yumiko. Análise documentária e representação da informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40976>. Acesso em: 28 jan. 2023.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. A construção da informação no universo da linguagem na contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de.; FUJINO, Asa.; NORONHA, Daisy. Pires. (Orgs.) **Informação e Contemporaneidade**: Perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 149-163.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Problemas da organização do conhecimento na contemporaneidade. In: DODEBEI, Vera. GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orgs.). **Estudos Avançados em Organização do Conhecimento**, v. 2, Rio de Janeiro: Isko-Brasil, p.238-245, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/135149>. Acesso em: 18 nov. 2020.

LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento". In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 535-553.

LÉON, Jacqueline. Documentation automatique et analyse automatique de discours. Spécificité des réceptions de Harris en France In: LÉON, Jacqueline. **Histoire de l'automatisation des sciences du langage**. Lyon: ENS Éditions, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/enseditions/3744>. Acesso em: 3 fev. 2021.

LUCA, Andrea Quirino de; LAGAZZI, Suzy Maria. Contribuições da análise de discurso para a política pública de educação ambiental. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/8207>. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 24, n. 2, 2016. Acesso em: 07 dez. 2020.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. O olhar leitor do bibliotecário e a leitura de arquivos. **Transinformação**, v. 7, n. 1/2/3, 1995. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1633/1604>. Acesso em 5 mar. 2021.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. **Indexação**: gesto de leitura do bibliotecário. 1996. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–UNICAMP, Campinas.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Os senhores da memória e do esquecimento.

**Transinformação**, v. 10, n. 1, 1998a. Disponível em:

<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1567/1540>. Acesso em 26 out. 2020.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Relação do sujeito com a linguagem: a teoria e a prática da indexação. **Transinformação**, v. 10, n. 3, 1998b. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22520>. Acesso em: 04 mar. 2021.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. A metalinguagem como lugar da interpretação: terminologia e bases de dados informatizadas. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 15, n. 1, 1999. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000100007&script=sci\\_arttext&tling=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000100007&script=sci_arttext&tling=pt). Acesso em: 20 out. 2020.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Discurso acadêmico disponível em Ciências Humanas: o funcionamento discursivo da indexação em uma base de dados bibliográfica computadorizada. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 12-21, 2003. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2086>. Acesso em: 7 mar. 2021.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. VII-XXIII.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org). **Legados de Michel Pêcheux**. Inéditos em análise do discurso. São Paulo: Editora Contexto, 2020, p. 39-62.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em revista**, v. 7, n. 2, 2011. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3278/2899>. Acesso em: 10 out. 2020.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. Informática e Análise do Discurso. **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, p. 111-115, 2020.

MARTELETO, Regina Maria. Lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, Marilda Lopes Ginez; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. (Org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. São Paulo: Néctar; ECA/USP, 2007, p. 13-26. Disponível em:

<http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MARTINES, Alexandre ROBSON; OLIVEIRA, Lais Pereira de; SABBAG, Deise Maria Antonio. Subjetividade, conceito e representação da informação. A. Subjetividade, conceito e representação da informação. In: **Organização do Conhecimento responsável**: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, 2019., p. 11-18. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123163>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MARX, Karl. A questão Judaica. **The Marxists Internet Archive**, 10 nov. 2004. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>. Acesso em: 29 ago. 2020.

MATTELART, Armand. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 32, n.1, p. 33-50, jan. / jun. 2009. São Paulo. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/236/229>. Acesso em 28 nov. 2020.

MAZZOCCHI, Fulvio. Knowledge organization systems (KOS). In: HJØRLAND, Birger; GNOLI, Claudio (Eds.). **Encyclopedia of knowledge organization**. 2017. Disponível em: <http://www.isko.org/cyclo/kos>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Subjetividades digitais: micropolíticas info-comunicacionais e uma introdução programática. **Brazilian Journal of Information Studies**: research trends. Marília, SP. Vol. 13, n. 2 (2019), p. 26-35, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/196805>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Dispositivos de subjetividades : algoritmos nas redes de poder e informação. **Texto Digital**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 105-123, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/215383>. Acesso em: 2 dez. 2020.

METZGER, Jean-Paul. **Discourse**: A concept for information and communication sciences. John Wiley & Sons, 2019.

MISSE, Michel. Impressões de Foucault: entrevista com Roberto Machado. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, pág. 17-30, abril de 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-38752017000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752017000100017&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 de dez. 2020.

MORAES, João Batista Ernesto; LIMA, Larissa Mello; CAPRIOLI, Mariana Silva. Análise do discurso e ciência da informação: aportes teóricos para organização e

representação da Informação. **Scire**, v. 22, n. 2, 2016. Disponível em: <https://ojs.ibersid.eu/index.php/scire/article/view/4233/3865> . Acesso em 14 jan. 2016.

MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lídia; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesouros e ontologias. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 6, p. 1-25, 2004. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/01/pdf\\_25cb9ed242\\_0007645.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_25cb9ed242_0007645.pdf) . Acesso em: 21 out. 2020.

MOREIRA, Walter. Sistemas de organização do conhecimento: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. 2018. 164 f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/190878>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MOREIRA, Walter; SABBAG, Deise Maria Antonio. Diálogos entre as questões socioculturais e os sistemas de organização do conhecimento. **Scire: representación y organización del conocimiento**, v. 28, n. 2, p. 35-43, 2022. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4835/4326> . Acesso em 30 dez. 2022.

MOSTAFA, Solange Puntel; SABBAG, Deise Maria Antonio. A relação saber-poder na organização e representação do conhecimento. **Scire: representación y organización del conocimiento**, p. 15-24, 2016. Disponível em: <https://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4296/3828>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MOURA, Maria Aparecida. Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da subjetividade. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 9, n. 2, p. 158-169, 2004. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/11/pdf\\_27cee00e06\\_0013188.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_27cee00e06_0013188.pdf) .Acesso em: 22 out. 2020.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4472> > Acesso em 30 dez. 2020.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A Carta das Nações Unidas**. Brasília: 2007. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nacoes-unidas>. Acesso em 03 fev. 2023.

NATHANSOHN, Bruno; BEZERRA, Arthur Coelho. A construção de regimes de informação sobre refugiados. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da

Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104840>. Acesso em: 03 dez. 2020.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar comum**, v. 19, n. 20, p. 15-26, 2004. Disponível em:

[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%A7%C3%A3o%20ontol%C3%B3gica%20da%20multid%C3%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%A7%C3%A3o%20ontol%C3%B3gica%20da%20multid%C3%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf). Acesso em: 05 out. 2020.

NEGRI, Antonio. A favor de Althusser. Notas sobre a evolução do pensamento do último Althusser. Tradução de Pedro Eduardo Zini Davoglio. **Lugar Comum**, nº 41, p. 51 – 69, set-dez. 2014. Disponível em:

[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/111404140953A%20favor%20de%20Althusser%20-%20Antonio%20Negri.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/111404140953A%20favor%20de%20Althusser%20-%20Antonio%20Negri.pdf) . Acesso em 06 jan. 2020.

NUNES, Claudio Omar Iahnke. Análise documentária: os limites da univocidade.

**BIBLOS**, [S. l.], v. 14, p. 185–199, 2002. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/670>. Acesso em: 23 mar. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise de Discurso. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 10, n. 2, 1994. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/45408> . Acesso em: 30 jun. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1, 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003. 18 f.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes Editores, 2007a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Educação em Direitos Humanos: um discurso. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy [et al.]. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico- metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007b.

ORLANDI, Eni Puccinelli . **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 7ª ed. Campinas : Pontes, 2007c.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007d.

ORTEGA, Cristina Dotta.; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de otlet aos dias de hoje. **DataGramZero**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7087>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. SPE, p. 189-203, 2019. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362019000600189&script=sci\\_arttext&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362019000600189&script=sci_arttext&lng=pt). Acesso em: 12 jan. 2020.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino. **Em questão**, v. 12, n. 1, p. 73-90, 2006. disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645954005.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 19, p. 7-24, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823/4544> . Acesso em 26 set. 2020.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org) [et. al.]. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução: Bethânia S. C. Mariani [et. al]. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.55-66 (Coleção Repertórios). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4931448/mod\\_label/intro/PECHEUX\\_LerOArquivoHoje.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4931448/mod_label/intro/PECHEUX_LerOArquivoHoje.pdf). Acesso em: 26 set. 2020.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (org.). **Papel da memória**. São Paulo: Pontes, 1999. p.49-57.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5º ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso. In: Pêcheux Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4ª. ed. Campinas: Pontes; 2015a. p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel. Análise de discurso e informática. In: Pêcheux Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4ª. ed. Campinas: Pontes; 2015b. p. 275 - 282.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. In: Pêcheux Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4ª. ed. Campinas: Pontes; 2015b. p. 283 - 294.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.) **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2020a. p. 63-75.

PÊCHEUX, Michel. Especificidade de uma disciplina de interpretação. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2020b. p. 99-103.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.

PIOVEZANI, Carlos. Presenças do Curso de linguística geral na Análise do Discurso. In: FIORIN, J. L.; FLORES. V do N.; BARBISAN, L. B. **Saussure: a invenção da Linguística**, São Paulo: Contexto, 2013.

PORTINARI, Cândido. Guerra. 1952. 137 x 102.5 cm. In : PORTINARI, João Cândido (Org). **Projeto Portinari**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, [2013?]. Disponível em : <http://www.portinari.org.br/> . Acesso em: 06 out. 2016.

PORTINARI, Cândido. Paz. 1952. 140 x 95 cm. In : PORTINARI, João Cândido (Org). **Projeto Portinari**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, [2013?]. Disponível em : <http://www.portinari.org.br/> . Acesso em: 06 out. 2016.

PUECH, Christian. L'emergence du paradigme sémiotique-structural en France. In: BETTINI, G. et al. (org.) **Semiotica: configurazione disciplinare e questioni contemporanee**. Milano, 2002.

RABELLO, Rodrigo; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 7, Marília-SP, 19 - 22 nov. 2006.

Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1278>.

Acesso em: 21 nov. 2020.

RABELLO, Rodrigo. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 51, p. 138-156, 2018. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/147/14753783011.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

RABELLO, Rodrigo. Informação institucionalizada e materializada como documento. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8932>. Acesso em: 10.ago. 2020.

REIS, Livia de Lima. **Dos modelos classificatórios tradicionais na ciência da informação à folksonomia: um enfoque discursivo**. 2012. 96 f. Dissertação 127 (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/5779/5534.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Michel Pêcheux e as Ciências da Informação e da Documentação: uma aposta na interlocução. In: SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo; MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da (Orgs.). **Os Pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a 'via simbólica': sob a tensão da 'neodocumentação'. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 65-88, 2013. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/500/1/Saldanha.pdf> Acesso em: 23 set. 2020.

SALDANHA, Gustavo. Silva. Epistemologia crítica e social da ciência da informação: 50 anos de uma escola dialética. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102965>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SALES, Rodrigo de; CAFÉ, Lígia. Diferenças entre tesouros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 99-116, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362009000100008&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362009000100008&script=sci_arttext) Acesso em: 11 ago. 2020.

SEVERO, Cristine Gorski. Política (s) linguística (s) e questões de poder. **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto), v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-57942013000200006&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-57942013000200006&script=sci_arttext). Acesso em: 29 jul. 2020.

SHINTAKU, M. et al. Guia sobre a construção de tesouros. Brasília: Ibict, 2021. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1167/4/Guia%20sobre%20a%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20Tesouros.pdf> . Acesso em 30 jan. 2023.

SILVA, Diego Barbosa da. Indexação para o acesso: novas perspectivas para a Arquivologia em interface com a análise do discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. (org.). **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013a, p.270-276.

SILVA, Diego Barbosa da. A contradição discursiva no processo de universalização do sujeito de direitos humanos. **Entretextos**, Londrina, v.13, nº 02, p. 415 - 430, jul./dez. 2013b. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/15047>. Acesso em: 8 mar. 2021.

SILVA, Rachel Polycarpo da. **Biblioteca para quem não sabe ler?**:

a quebra de paradigma sobre leitura, leitores, usuários de bibliotecas e o papel do bibliotecário escolar na educação infantil. 2014. Dissertação—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em:

[https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/7491/DISSERTA%  
c3%87%c3%83O\\_PPGCI\\_Rachel%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/7491/DISSERTA%c3%87%c3%83O_PPGCI_Rachel%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 22 jun. 2022.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A busca pela eficiência na representação da informação e do conhecimento - desdobramentos posteriores no pensamento de Gardin. In: GUIMARÃES, J.A.C.; DODEBEI, V. (Org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015, v. 1, p. 726-735. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135592>. Acesso em 18 mar. 2021.

SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 4, n. 4, p. 29-39, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364/n4Ailton.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SOUZA, Eloisio Moulin de; GARCIA, Agnaldo. Um diálogo entre Foucault e o Marxismo: Caminhos e Descaminhos. **Revista Aulas**, v. 1, n. 3, 2007. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1916>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SP-ARTE. **Conheça o painel de Portinari que fez história na ONU**. SP-Arte (site), , 1º out. mar. 2019, 13h49 Disponível em: <https://www.sp-arte.com/editorial/conheca-o-painel-de-portinari-que-fez-historia-na-onu/>. Acesso em 11 nov. 2022.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SILVA, Daniela Cândido da; SILVA, Amanda Ingrid Silva de. A presença de Michel Foucault na produção científica nacional da Biblioteconomia e Ciência da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 11, n. 1, p. 52-72, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/167038>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TEIXEIRA, Thiciane Mary Carvalho; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Processo de busca e recuperação de informação em ambientes organizacionais: uma reflexão teórica sobre a subjetividade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 4, p. 82-97, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362017000400082&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362017000400082&script=sci_arttext). Acesso em: 11 mar. 2021.

TERRA, Marcos Vinícius Santos de Carvalho; GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. A Organização das Nações Unidas e suas línguas: um discurso da exclusão? **Entremeios [Revista de Estudos do Discurso]**, Seção

Estudos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 12, p. 11-25, jan. - jun. 2016. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/307.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

TERRA, Marcos Vinícius Santos de Carvalho. **Análise do discurso na perspectiva da ciência da informação**: dialogicidade epistemológica da organização do conhecimento com Foucault, Pêcheux e a sociolinguística. 2019. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/terra\\_mv\\_sc\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/terra_mv_sc_me_mar.pdf). Acesso em: 22 jun.2022.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; MAIMONE, Giovana Deliberali. Jean-Claude Gardin e a análise documentária: trajetória da constituição de uma semiologia da representação. In: GUIMARÃES, J.A.C.; DODEBEI, V. (Org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil; FUNDEPE, 2015, v. 1, p. 736-747.

UNGER. Roberto José Gervásio.; FREIRE, Isa Maria.. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão de informação. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 87-114, jan./jun. 2008. Disponível em:<https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57935/37087>. Acesso em: 24 nov. 2020.

UNITED NATIONS. **UNBIS**: Reference manuals.Nova York: 2009. Disponível em: [https://www.un.org/depts/dhl/unbisref\\_manual/background.html#objectives](https://www.un.org/depts/dhl/unbisref_manual/background.html#objectives). Acesso em: 07 dez. 2020.

UNITED NATIONS. **About the UN**: main organs. Nova York: 2020a. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/about-un/main-organs/index.html> . Acesso em 30 set. 2020.

UNITED NATIONS. **Model United Nations**: Secretariat. Nova York: 2020b. Disponível em: <https://www.un.org/en/model-united-nations/secretariat>. Acesso em 17 nov. 2020.

UNITED NATIONS. **About Us**: Department of Global Communications. Nova York: 2020c. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/departments/department-global-communications/about-us/index.html#:~:text=About%20Us-.About%20Us.work%20of%20the%20United%20Nations> . Acesso em: 17 nov. 2020.

UNITED NATIONS. **About Us**: Official Languages. Nova York: 2020c. Disponível em: <https://www.un.org/en/sections/about-un/official-languages/index.html> . Acesso em: 19 nov. 2020.

UNITED NATIONS BIBLIOGRAPHIC INFORMATION SYSTEM. **About the UNBIS Thesaurus**. 2020. Disponível em: <  
<https://lib-thesaurus.un.org/DPI/DHL/DHLUNBISThesaurus.nsf/zHelpDocuments/English+About+Help?OpenDocument> . Acesso em: 26 out. 2020.

UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL. **About**. Disponível em:  
<https://www.un.org/sg/en>. Nova York: 2021. Acesso em: 08 jun. 2021.

UNITED NATIONS DIGITAL LIBRARY. **About/Scope**. Disponível em:  
[https://digitallibrary.un.org/pages/?page=newVersion\\_02#4](https://digitallibrary.un.org/pages/?page=newVersion_02#4). Nova York: 2021. Acesso em: 16 jun. 2021.

VARGAS, Dóris Fraga ; LANN, Regina Helena Van der. A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesouros. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n. 1, p. 21-34, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22770>. Acesso em: 20 jan. 2023.

VITAL, Luciane Paula; HERNANDEZ, Bianca Ferreira; SANTOS dos, Andreia. Análise de conteúdo da produção científica da Organização do Conhecimento em sua dimensão política e social no Brasil. **Informação & Informação**, v. 24, n. 3, p. 1-27, 2019. Disponível em:  
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38709>. Acesso em: 18 nov. 2020.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. A influência da Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, p. 80-92, 2009. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/105620>. Acesso em 25 jan. 2023.

WEISS, Leila Cristina; BRÄSCHER, Marisa. Relações semânticas em tesouros: contribuições da abordagem pragmática. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 2, p. 136-155, 2016. Disponível em:  
<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/99277/118539>. Acesso em: 09 mar. 2021.

WILLSHER, Kim. French feminists demand rewording of 1789 'rights of man' declaration. **The Guardian**, Londres, 21 mai. 2015. Disponível em:  
<https://www.theguardian.com/world/2015/may/21/french-feminists-rights-of-man-declaration-petition#comments>. Acesso em: 30 mai. 2022.

XAVIER, Ana Laura Silva; SABBAG, Deise Maria Antonio. A representação das questões de gênero em instrumentos terminológicos: tesouro da UNESCO e tesouro de gênero. In: **VIII Seminário em Ciência da Informação-SECIN**. 2019. Disponível em:  
<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2019/secin2019/paper/viewFile/557/411>. Acesso em: 11 mar. 2021.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; DE ALBUQUERQUE, Ana Cristina. Os conceitos de informação, documento e regime de informação a partir da perspectiva frohmanniana na Ciência da Informação: uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 19, n. 00, p. e021008, 2021. DOI: 10.20396/rdbci.v19i00.8662643. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8662643>. Acesso em: 6 jul. 2021.

ZENG, Marcia Lei. Knowledge organization systems (KOS). **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 160-182, 2008.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. **Cidadãos Modernos**: discurso e representação política. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela . Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal. **Revista Conexão Letras**, v. 9, n. 12, 2014b. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/303986538.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.